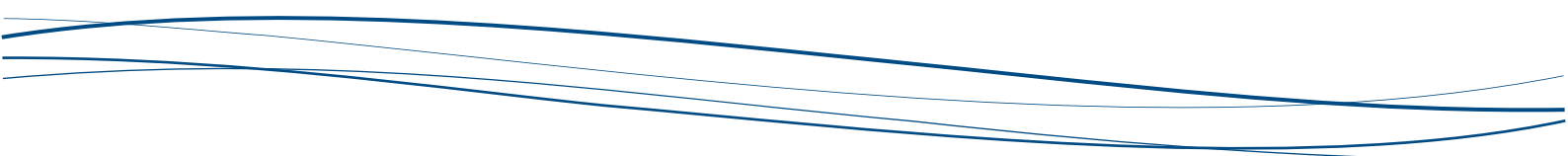




Relatório e Contas 2011



AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.
Relatório e Contas 2011





Estação de Tratamento de Águas Residuais de Mértola

A obra em curso, situa-se na margem esquerda do Rio Guadiana, em frente à Vila de Mértola e destina-se a tratar os efluentes dos seus de 2.200 habitantes. O projeto prevê ainda a construção de uma Estação Elevatória para transportar os efluentes entre as duas margens. O valor da empreitada de construção/conceção, a cargo da empresa Oliveiras - Engenharia e Construção, S. A., é de 1.447.120 euros, prevendo-se a sua conclusão para setembro de 2012.



Índice

Mensagem do Presidente	07
A Empresa	09
Principais Acontecimentos	17

A - Governo da Sociedade

1. Missão, Objetivos e Políticas	23
2. Regulamentos Internos e Externos	25
3. Informação sobre Transações Relevantes	25
4. Modelo de Governo	26
5. Remunerações e Outros Encargos	32
6. Análise de Sustentabilidade	34
7. Gestão do Capital Humano	34
8. I&D e Inovação	38
9. Ética e Prevenção da Corrupção	38
10. Controlo de Risco	39
11. Prevenção de Conflitos de Interesses	40
12. Divulgação de Informação	41
13. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional	41
14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa	42
15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo	43
16. Relatório dos Administradores não Executivos	47

B - Atividade da Empresa

1. Introdução	49
2. Enquadramento Macroeconómico	50
3. Enquadramento do Setor	50
4. Regulação	54
5. Análise Económica e Financeira	55
6. Atividade Operacional	57
7. Objetivos de Gestão	80
8. Perspetivas para o Futuro	83
9. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício	85
10. Sucursais da Sociedade	85
11. Considerações Finais	85
12. Proposta de Aplicação de Resultados	85
13. Anexo ao Relatório	85

C - Contas do Exercício 2011

1. Contas Individuais	90
2. Relatório e Parecer do Fiscal Único	127
3. Certificação Legal das Contas	131

Mensagem do Presidente



Senhores Acionistas,

Para a Águas Públicas do Alentejo (AgdA) o ano de 2011 foi um exercício com diversas particularidades distintivas em termos de funcionamento da Empresa, de atividades operacionais, de financiamento e de investimento na execução de infraestruturas.

Efetivamente no que concerne à estrutura organizativa dos recursos humanos e materiais, foi consolidado e estabilizado o modelo organizacional da AgdA, podendo afirmar-se com segurança, de que foi ultrapassada a fase de instalação inicial da Empresa.

No que às atividades operacionais diz respeito, além da exploração dos dez sistemas municipais da responsabilidade da AgdA desde 2010, a Empresa assumiu a responsabilidade pela gestão, exploração e manutenção de mais oito sistemas municipais de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, correspondentes aos Municípios de Almodôvar, Castro Verde, Grândola, Ourique, Odemira, Vendas Novas, Alcácer do Sal e Santiago do Cacém.

Na perspetiva territorial, a atividade da AgdA passou de facto a cobrir praticamente a totalidade do território abrangido pelo Sistema Integrado, restando apenas para integrar os sistemas Municipais de Montemor-o-Novo, Arraiolos e Ferreira do Alentejo, cuja integração se espera concretizar a muito curto prazo.

No ano de 2011 e, após um longo período de troca de informação e análises detalhadas por parte da entidade gestora do POVT- Fundo de Coesão, foram finalmente assinados no 4º Trimestre daquele ano, os contratos de financiamento correspondente à 1ª fase das candidaturas relativas ao abastecimento e saneamento de águas residuais do Sistema Público Integrado de Águas do Alentejo, cuja responsabilidade de gestão foi cometida à AgdA.

No plano dos financiamentos comunitários ficaram assim reunidas as condições para se concretizarem os investimentos programados, ainda que num prazo mais reduzido face ao período que mediou entre a data da apresentação das candidaturas e a data em que as mesmas foram objeto de contratualização.

Sobre a componente investimentos em execução em infraestruturas de captação, tratamento e adução de água e em infraestruturas de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, o ano de 2011 foi caracterizado pela elaboração e conclusão dos projetos relevantes do Sistema, bem como pela materialização dos procedimentos subjacentes à aplicação da contratação pública relativos às principais Estações de Tratamento e Condutas de Adução de Água e das Estações de Tratamento de Efluentes do Sistema, ficando, assim, a AgdA em condições de proceder à

adjudicação e consignação das obras relacionadas com infraestruturas e equipamentos relevantes do Sistema.

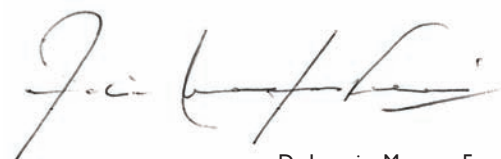
No entanto, apesar da aparente situação favorável decorrente de se terem realizado em tempo os procedimentos inerentes aos processos de contratação pública, o facto marcante é que a condicionante imposta à AgdA por força da aplicação do Despacho relativo à assunção de compromissos pelo Setor Empresarial do Estado com projetos de investimento superiores a 5% do Capital Social das empresas públicas, condicionou, negativamente, a execução do plano de investimentos programado e previstos nos Contratos de Financiamento assinados com a Entidade Gestora do POVT- Fundo de Coesão.

Senhores Acionistas,

Por fim, e apesar do que antecede o Conselho de Administração entende que nas condições em que a atividade da AgdA se exerceu o ano de 2011 pode ser considerado como positivo o que é evidenciado pelos resultados operacionais, pelo *superavit* tarifário, pelas empreitadas em curso de execução e pela atividade de gestão dos sistema municipais integrados.

Tal desiderato só foi possível de conseguir graças não só ao empenho e dedicação dos colaboradores mas também à excelente colaboração das Câmaras Municipais e ao apoio da Auditoria, do Fiscal Único e da AdP, SGPS e AMGAP na sua qualidade de Acionistas.

A todos o Conselho de Administração entende dever agradecer e evidenciar a sua contribuição para o desempenho da AgdA em 2011.



Dr. Joaquim Marques Ferreira
O Presidente do Conselho de Administração



ETAR de Milfontes

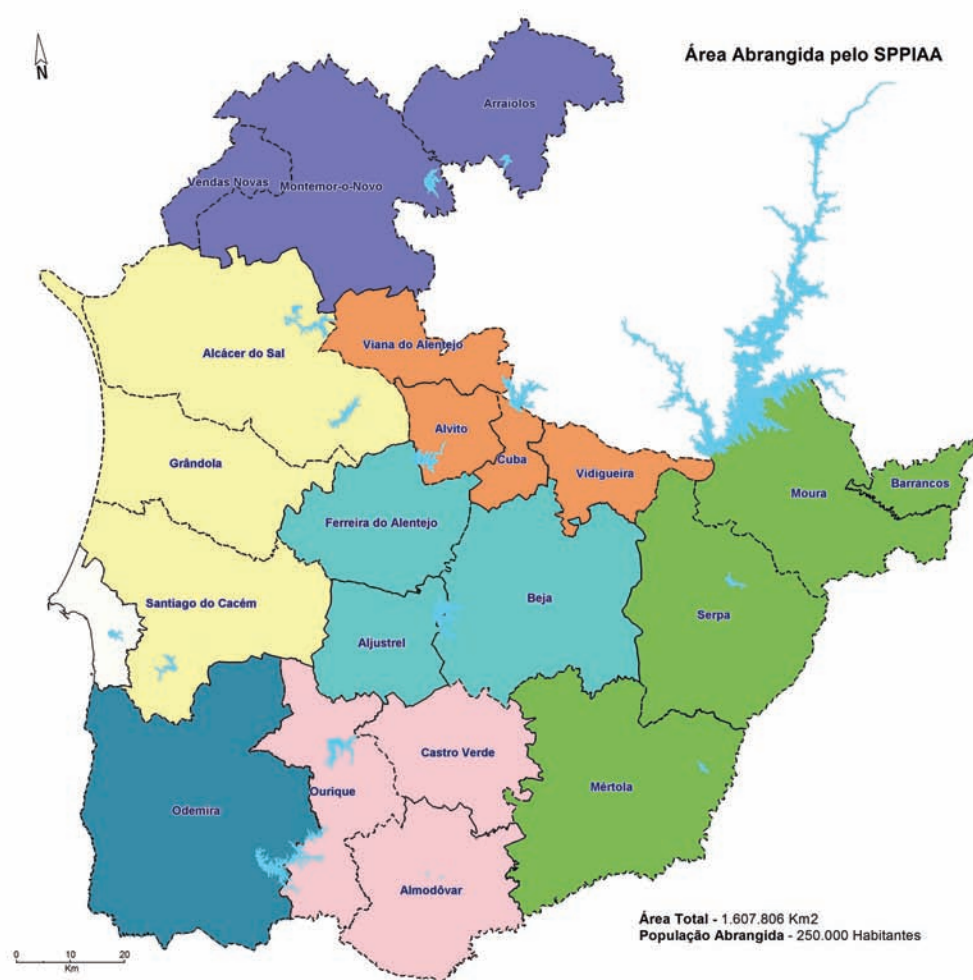
A obra em curso, visa assegurar o tratamento de águas residuais geradas pela população de Vila Nova de Milfontes, com um equivalente populacional de 15.000 habitantes. O valor da empreitada de construção/conceção, a cargo do Consórcio EFACEC – Chupas e Morrão é de 2.155.236,93 euros, prevendo-se a sua conclusão em novembro de 2012.

A Empresa

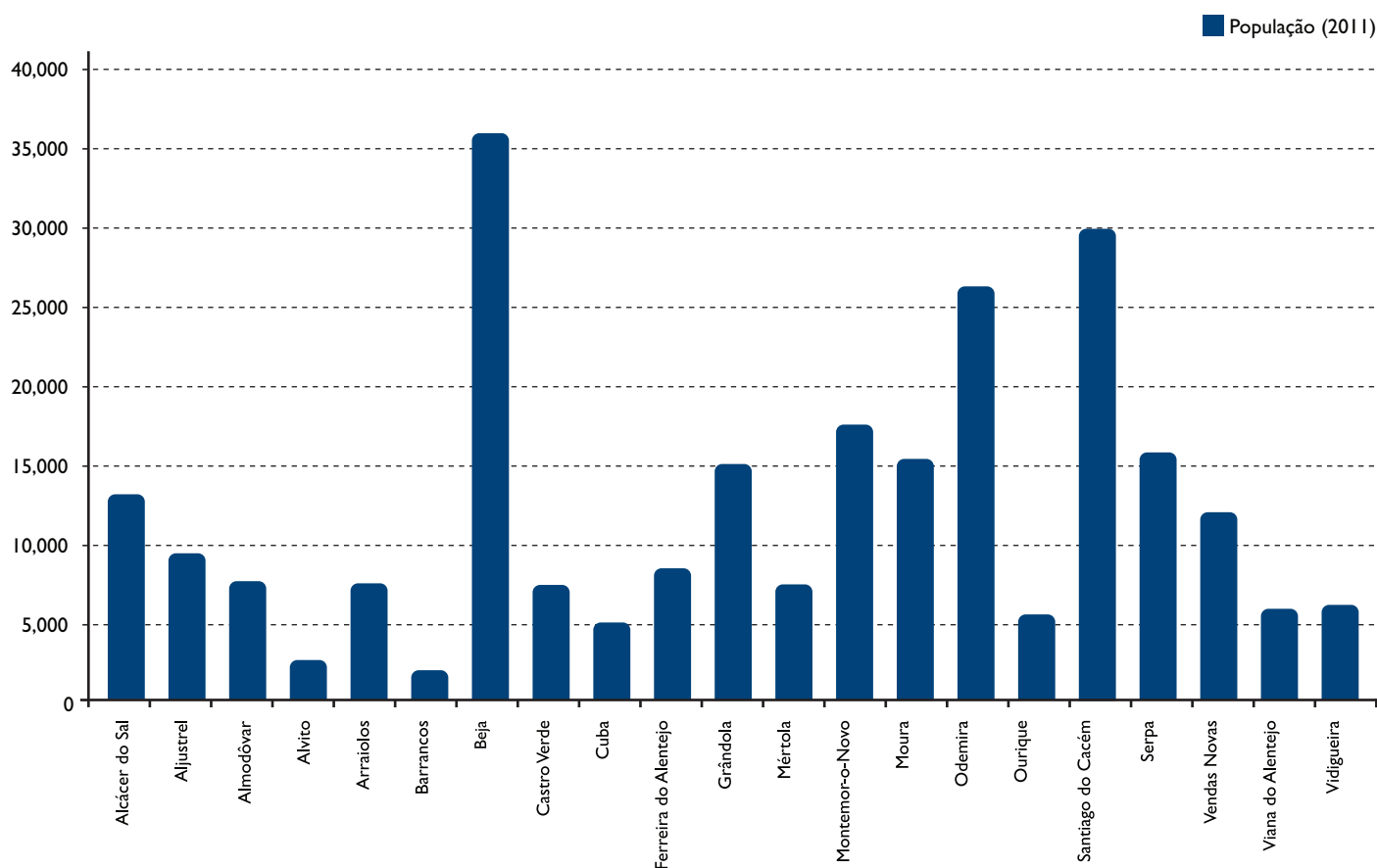
A empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A., foi constituída em 25 de setembro de 2009, tendo por acionistas a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e a AMGAP- Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo.

Esta empresa surge na sequência do Contrato de Parceria Pública, para a gestão de forma integrada, dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, celebrado a 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

Municípios abrangidos:



Distribuição da População por Concelhos



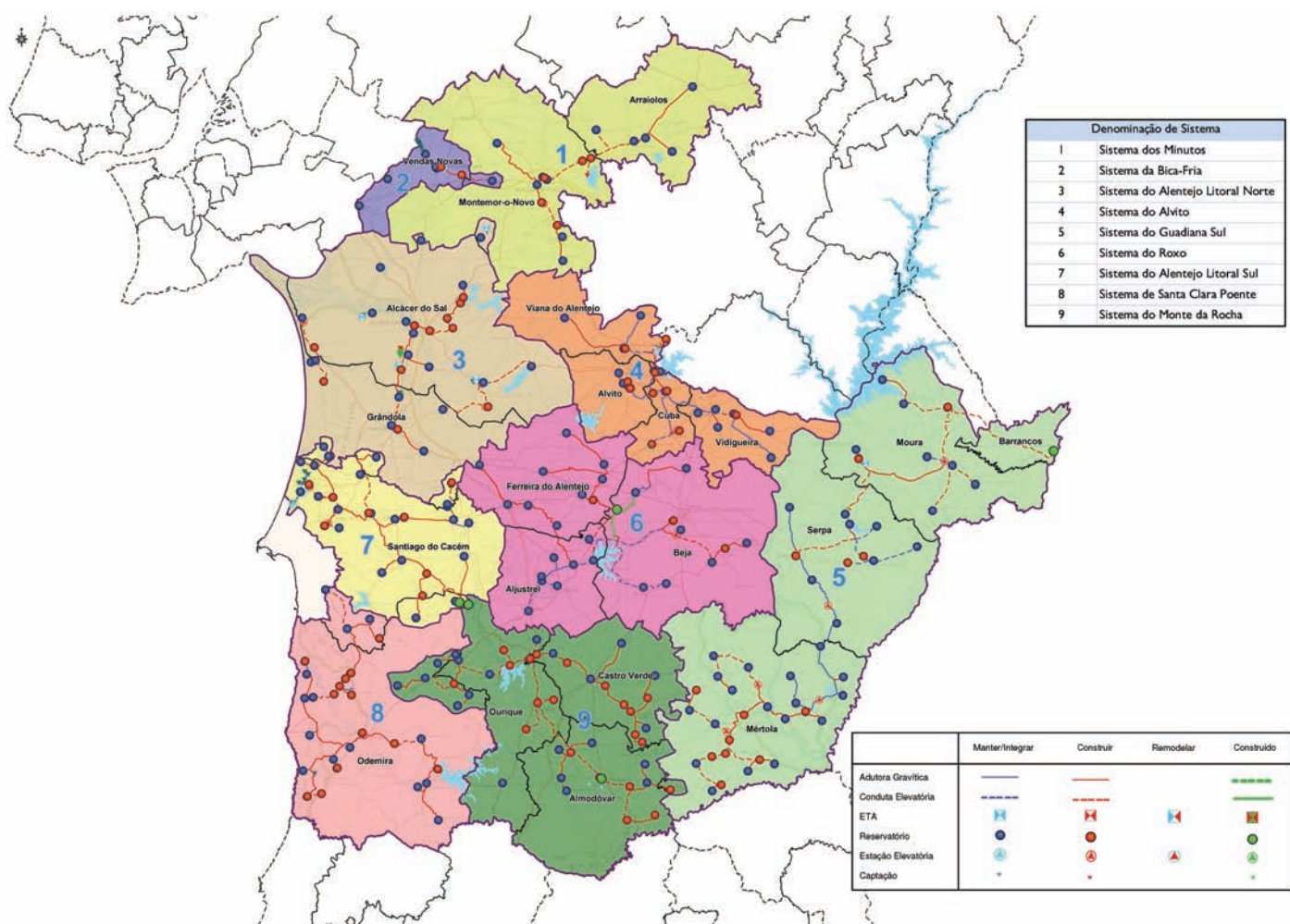
Esta parceria visa garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços de águas em “alta”, numa região com necessidades especiais, nomeadamente problemas de escassez de recursos hídricos e dispersão populacional.

Benefícios do Contrato de Parceria Pública celebrado:

- Garantir de forma regular, contínua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;
- Através de um investimento inicial de 227 milhões de euros, a ser realizado até 2015, participado em 70% por fundos comunitários, promover a conceção, reparação e renovação e assegurar a construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público e à recolha, ao tratamento e à rejeição de águas residuais;
- Assegurar a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, 250.000 habitantes, em 18,5% do território nacional, de forma a promover a saúde pública, o bem-estar das populações, o aumento do emprego local, a proteção do ambiente e a sustentabilidade económico-financeira dos setores;
- Contribuir para o desenvolvimento regional e para o ordenamento do território.

Com este contrato de parceria é criado o SPPIA Alentejo - Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, que se decompõe no Sistema Integrado de Abastecimento de Água e no Sistema Integrado de Águas Residuais.

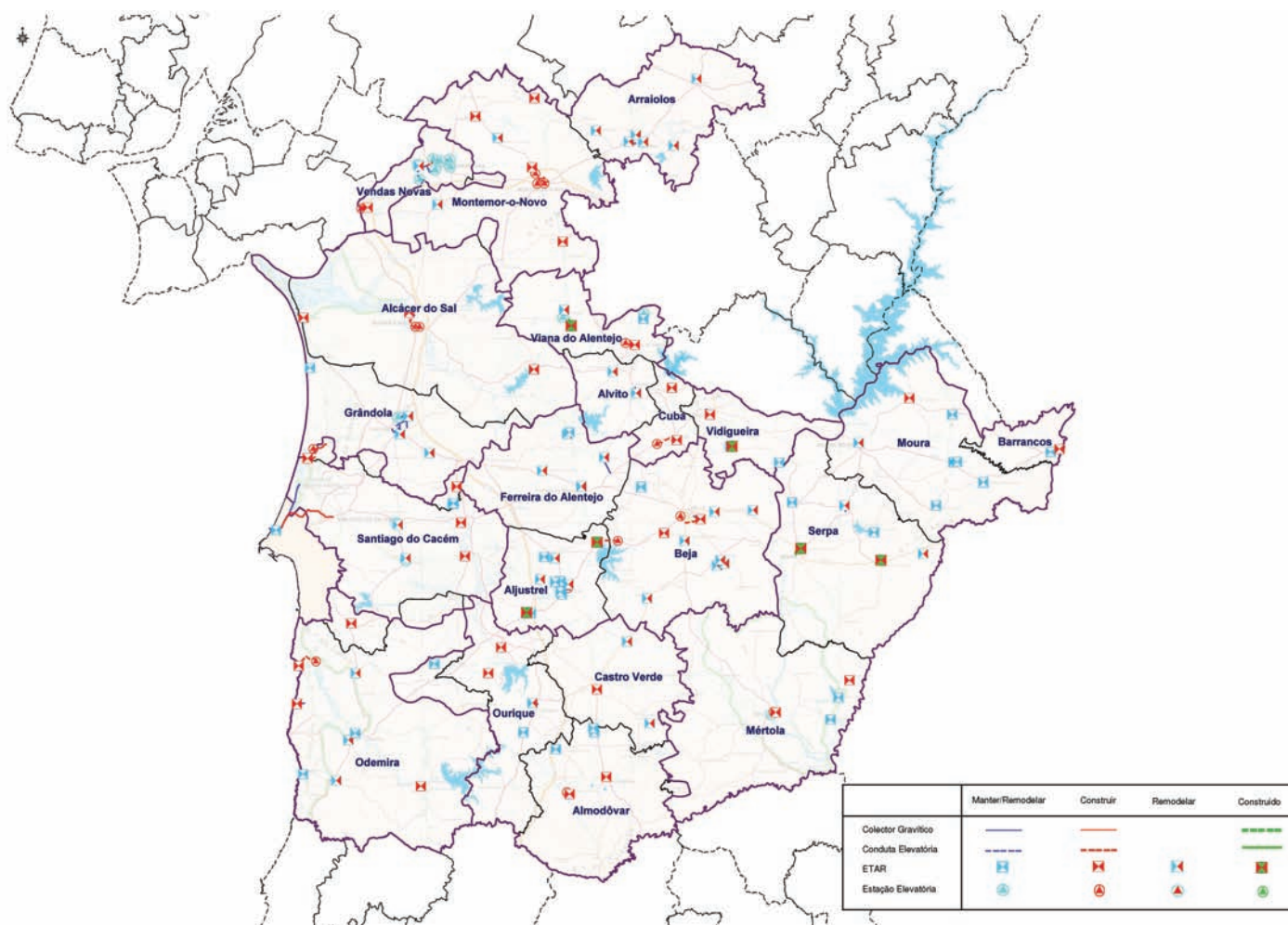
Sistema Integrado de Abastecimento de Água



Infraestruturas que integram o Sistema de Abastecimento de Água

Abastecimento de Água	Integrado	A Integrar	Remodelado	A Remodelar	Construído	A Construir	Total
Captação (un)	43	2			6	14	65
Estação Elevatória (un)				35	2	56	93
ETA (un)	9		1	14	1	2	27
Reservatório (un)				77	4	85	166
Adutoras (km)	317	4		22	17	1.275	1.635

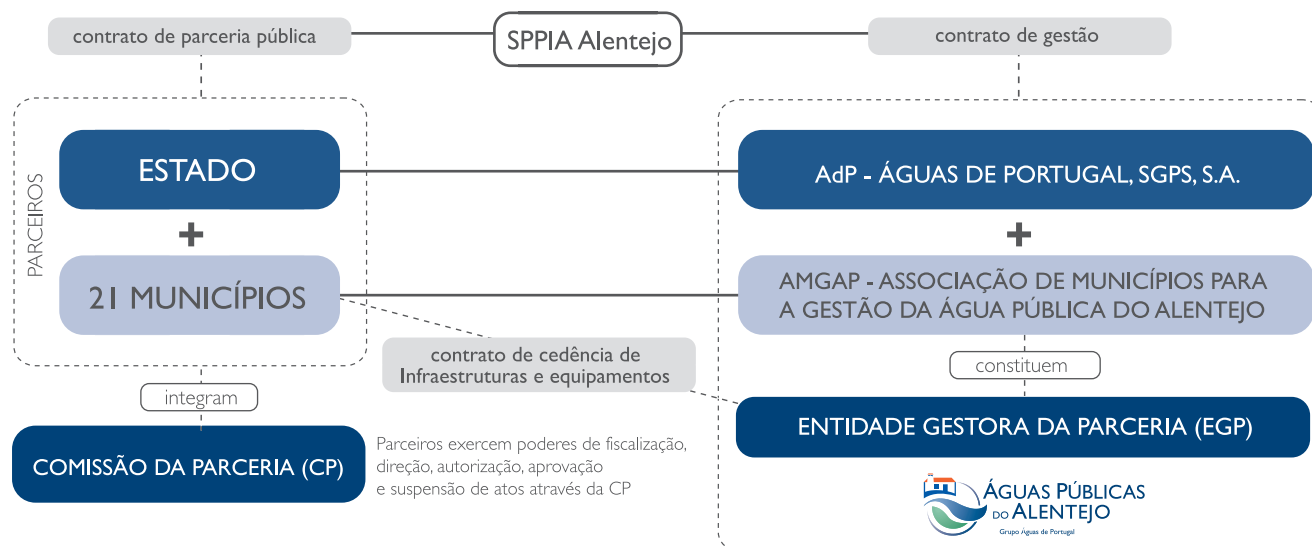
Sistema Integrado de Saneamento de Águas Residuais



Infraestruturas que integram o Sistema de Saneamento de Águas Residuais

Saneamento de Águas Residuais	Integrado	A Integrar	Remodelado	A Remodelar	Construído	A Construir	Total
ETAR (un)	30	1		40	6	33	110
Estação Elevatória (un)				13		15	28
Colectores (km)	72	13			6	59	150

Modelo de Gestão Adotado

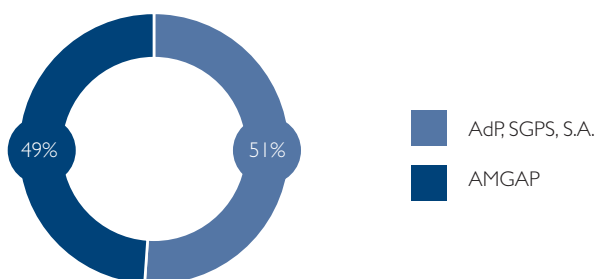


O Contrato de Gestão, assinado a 25 de setembro de 2009, entre a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. a AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo e a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., atribui a esta, em regime de exclusividade por um período de 50 anos, a responsabilidade pela conceção, construção e exploração do SPPIA Alentejo - Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

Acionistas

De acordo com o modelo de gestão adotado para a gestão da Parceria, a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., a quem foi atribuída a função de Entidade Gestora da Parceria, é constituída por dois acionistas, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A em representação do Estado Português e a AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão de Águas Públicas do Alentejo, repartindo-se o seu capital social em 51% para o primeiro, e 49% para o segundo.

Acionistas da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.



Cadeia de Valor

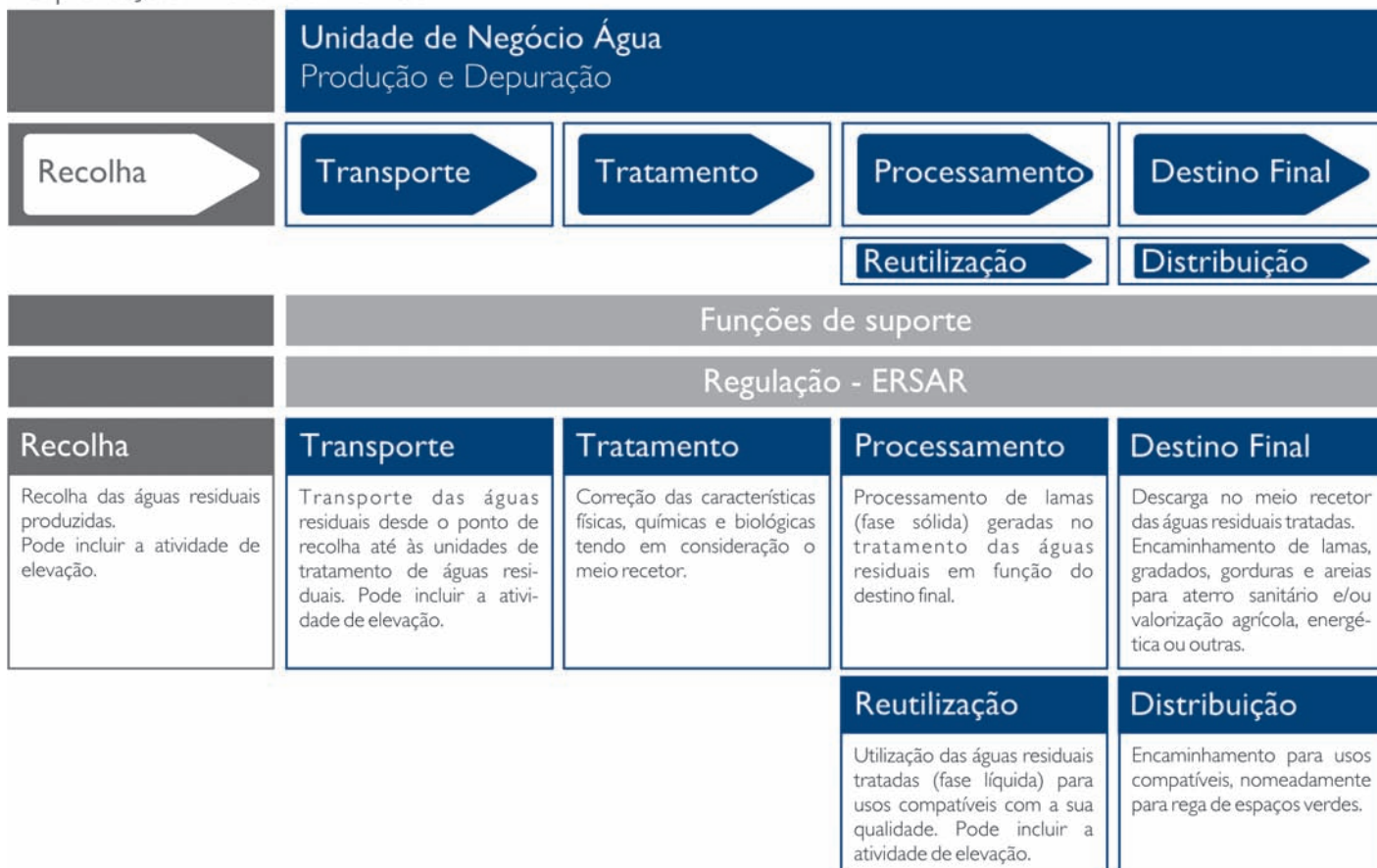
A empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

Operação - Água



Operação - Saneamento



Síntese de Indicadores

Indicadores de Atividade

	2009	2010	2011
Investimento total (milhares de euros)	0	5.028	4.123
Numero médio de colaboradores	0	84	131
Número de colaboradores a 31 de dezembro	0	89	132
Número de municípios abrangidos			
Abastecimento de água	0	21	21
Saneamento	0	0	21
Número de municípios servidos			
Abastecimento de água	0	10	18
Saneamento	0	0	18
População abrangida em abastecimento de água			
Abastecimento de água	0	217.213	216.435
Saneamento	0	0	181.491
População servida em abastecimento de água			
Abastecimento de água	0	95.351	175.060
Saneamento	0	0	145.918
Volume de água captada (10 ³ m ³ /ano)	0	6.597	20.859
Volume de água produzida (10 ³ m ³ /ano)	0	6.238	19.702
Volume de água fornecida (10 ³ m ³ /ano)	0	5.724	18.879
Volume de água faturada (10 ³ m ³ /ano)	0	5.724	18.507
Volume de efluente recolhido (10 ³ m ³ /ano)	0	0	8.715
Volume de efluente tratado (10 ³ m ³ /ano)	0	0	7.753
Volume de efluente faturado (10 ³ m ³ /ano)	0	0	0

Indicadores Financeiros

	2009	2010	2011
Capital social	150.000	500.000	500.000
Capital próprio	152.578	528.271	569.414
Ativo líquido total	760.350	17.362.523	45.857.109
Investimento	0	5.027.644	4.123.185
Divida de clientes	0	2.218.549	8.295.625
Volume de negócios	61.227	3.731.961	8.659.766
Vendas	0	3.110.528	9.532.542
Desvios tarifários	61.227	621.433	-872.776
EBITDA	5.817	521.669	1.769.519
Resultados operacionais	3.054	139.083	263.395
Resultados financeiros	-56	-64.953	-167.451
Resultados antes de impostos	2.997	74.130	95.945
Resultado líquido do exercício	2.578	25.693	68.000

Indicadores de Gestão

	2009	2010	2011
Solvabilidade (CP/P)	82,69%	3,14%	1,26%
Autonomia financeira (CP/ATL)	45,26%	3,04%	1,24%
Endividamento (P/ATL)	54,74%	96,96%	98,76%
Estrutura do endividamento (Pc/P)	100,00%	61,33%	52,41%

Principais Acontecimentos



ETAR e Emissário de Vila Nova de São Bento

A ETAR de Vila Nova de S. Bento efetua o tratamento das águas residuais domésticas da povoação de Vila Nova de São Bento, através de um sistema de tratamento de lamas ativadas em vala de oxidação. Em termos de população a ETAR encontra-se dimensionada para servir aproximadamente 3 400 habitantes.

O valor da construção desta infraestrutura, a cargo do consórcio Agrocinco – construções S.A, Carija S.A e Etamap – Engenharia de tratamento de águas e meio ambiente de Portugal Lda. foi de 943.279,03 e encontra-se a funcionar desde finais de 2011.

serão elevadas através da Estação Elevatória a construir no local da ETAR existente e transportadas por uma conduta fixa ao tabuleiro da Ponte do Guadiana para a ETAR, situada na outra margem do rio.



Linha de tratamento

1-Fase líquida

- Tamisagem;
- Equalização;
- Pré-tratamento e equalização dos efluentes de limpa-fossas;
- Tratamento biológico por sistema de lamas ativadas;
- Desinfecção por ultravioletas; (produção de água para reutilização na ETAR);
- Microtamisação/ filtração (produção de água para reutilização na ETAR).

2-Fase sólida

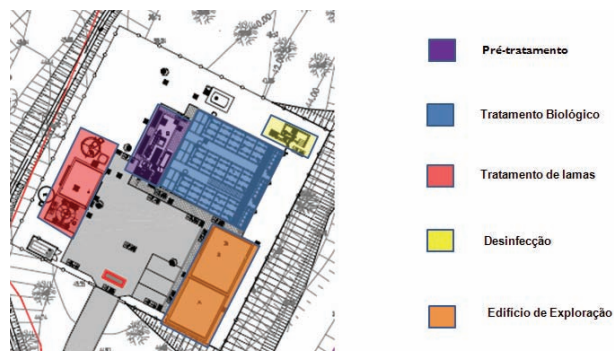
- Elevação de lamas biológicas em excesso;
- Espessamento estático das lamas;
- Desidratação mecânica das lamas por centrifugação.

3-Fase gasosa

- Ventilação e desodorização das seguintes operações unitárias:
- Pré-tratamento;
- Equalização e Estação Elevatória da margem direita do rio Guadiana;
- Pré-tratamento e equalização dos efluentes de limpa-fossas;
- Espessamento das lamas;
- Desidratação das lamas;
- Armazenamento das lamas desidratadas.

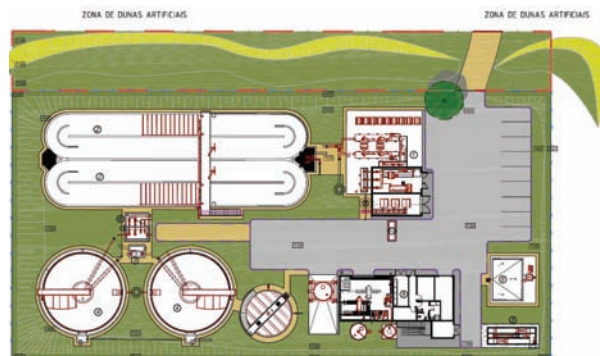
Dados da empreitada

- Adjudicatário: Oliveiras - Engenharia e Construção, S.A.;
- Valor de adjudicação: €1.447.120;
- Data de adjudicação: 03-02-2011;
- Data da consignação: 17-06-2011;
- Data de conclusão: maio 2013;
- Fiscalização: AFAPLAN;
- População abrangida: 2.170 habitantes.



Descrição da empreitada da ETAR de Vila Nova de Milfontes

A empreitada de Conceção e Construção da nova ETAR de Vila Nova de Milfontes prevê a construção de uma ETAR baseada no sistema de lamas ativadas por reator biológico, e foi dimensionada para tratar as águas residuais domésticas geradas pelas populações de Vila Nova de Milfontes, assim como de Foros do Galeado/ Brunheiras, perfazendo um total estimado de 15.000 habitantes equivalentes.



Linha de tratamento

1-Fase líquida

- Tamisagem;
- Desarenamento e remoção de gorduras;
- Tratamento biológico por sistema de lamas ativadas, em regime contínuo ou sequencial;
- Microtamisação/ Filtração (produção de água para reutilização na ETAR);
- Desinfecção por ultravioletas (produção de água para reutilização na ETAR).

2-Fase sólida

- Elevação de lamas biológicas em excesso;
- Espessamento mecânico das lamas;
- Armazenamento das lamas espessadas;
- Desidratação mecânica das lamas através de centrífugas;
- Higienização de lamas por via química;
- Armazenamento de lamas desidratadas.



3-Fase gasosa

- Ventilação e desodorização das seguintes operações unitárias:
- Gradagem/ tamisagem;
- Desarenamento e desengorduramento;
- Tratamento de subprodutos;
- Espessamento das lamas;
- Armazenamento das lamas espessadas;
- Desidratação das lamas;
- Armazenamento das lamas desidratadas.



Dados da empreitada

- Tipo de concurso: Concurso Público;
- Valor de adjudicação: €2.155.237;
- Adjudicatário: Consórcio OIKOS/EFACEC;
- Fiscalização: Consulgal;
- Data de assinatura do contrato: 17-02-2011;
- Data de consignação: 22-03-2011;
- Data de conclusão: setembro 2012;
- População abrangida: 15.000 habitantes.



Na sequência das obras para a construção da ETAR de Vila Nova de Milfontes foram efetuadas escavações que permitiram encontrar objetos de índole arqueológico.

Adjudicação de empreitadas

Foram adjudicadas duas empreitadas cruciais para resolver o problema de abastecimento de água à margem esquerda do Rio Guadiana, nomeadamente, Safara e Amareleja e Póvoa de S. Miguel. Uma é a empreitada para a construção de uma conduta adutora para ligar Moura a Safara, e outra para a construção de um novo reservatório de água na Amareleja. O montante global de investimento é de 4,4 milhões de euros.

Empreitada conduta Moura - Safara

- Valor da empreitada: €4.020.000,10;
- Duração da empreitada: 365 dias;
- Data de assinatura do contrato: 19-09-2011;
- Adjudicatário: Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.;
- Fiscalização: Pengest- Planeamento, Engenharia, S.A.

A empreitada "Conduta Moura-Safara" contempla a construção de um reservatório em São Lourenço (Moura) com um volume de armazenamento de 1000 m³; a construção de uma conduta em ferro fundido dúctil com 22km de comprimento, diâmetro 300mm PN10, entre o reservatório de São Lourenço e o cruzamento de Safara e a construção de uma conduta em ferro fundido dúctil com 4,5km de comprimento, diâmetro 400mm PN10, entre o reservatório de São Lourenço e a Herdade dos Machados.

A construção do reservatório permite um aumento da garantia do abastecimento a Moura. A execução das referidas condutas, permite, numa 1ª fase, transportar água com origem nos furos da Fonte da Telha até Safara, Amareleja, Póvoa de São Miguel, Santo Aleixo da Restauração e Santo Amador, para reforço do abastecimento de água a essas povoações, em complemento do atual sistema com origem na ETA do Ardila. Numa 2ª fase, estas condutas permitirão ligar o sistema do Ardila à ETA do Enxoé, que passará a ser a principal origem de todo o Sistema de Abastecimento do Guadiana Sul.

Este Sistema integra os Municípios de: Barrancos, Mértola, Moura e Serpa.

Lançamento de empreitadas

Na área do abastecimento, foram lançados os concursos públicos para as empreitadas da ETA do Roxo e da ETA

do Monte da Rocha, que visam abastecer os Municípios de Aljustrel, Beja e Ferreira do Alentejo, a primeira, e Almodôvar, Castro Verde, Odemira (parte) e Ourique, a segunda. O preço base para estas duas empreitadas é de 13,2 milhões de euros.

Foi, ainda publicado o concurso para a construção de mais cinco ETAR, de sedes de municípios e que se encontram em contencioso comunitários ou nacional devido a incumprimentos dos normativos de descarga, para além de outros quatro concursos já lançados em 2010. O preço base para a totalidade dos concursos já lançados e prontos a adjudicar de empreitadas para ETAR, é de 29.7 milhões de euros.

Financiamento dos investimentos - QREN

Não menos importante foi a assinatura dos contrato de comparticipação financeira com o POVT, no âmbito do QREN, tendo em 10 de novembro de 2011 sido assinado o do Abastecimento de Água no valor de 50.683.519,00 euros, e no dia 14 de novembro de 2011 o contrato para o Saneamento de Água Residual no valor de 30.961.860,00 euros, ambos com uma taxa de comparticipação de 70%.

Desenvolvimento dos projetos de execução dos sistemas de abastecimento de água

Foi dado seguimento aos 16 contratos para o desenvolvimento de projetos de execução num valor total de 1,74 milhões de euros.

Responsabilidade Empresarial

Licenciamentos

No âmbito do licenciamento de utilização de recursos hídricos foram solicitados nove pedidos de informação prévia e 59 licenças de descarga, em matérias de águas residuais.

Relativamente a captações, foram instruídos e submetidos os processos de licenciamento para 31 captações subterrâneas e os processos de pedido de concessão para sete captações superficiais.

Administrativa e Financeira

Desenvolvimento e consolidação da empresa

Nesta área e no ano de 2011 desenvolveram-se ações essencialmente na vertente da consolidação da estrutura iniciada em 2010, em particular ao nível do recrutamento de recursos humanos e da logística para o seu funcionamento.

No que concerne com os Recursos Humanos, e de forma a dotar a empresa dos meios necessários à corrente atividade operacional, procedeu-se por um lado, à integração de funcionários dos municípios que estavam ligados à operação da "alta", nos termos do Contrato de Gestão, e por outro ao desenvolvimento de um processo de recrutamento para a contratação de colaboradores por forma a operação dos novos municípios.

No sentido de assegurar toda a operação na fase de transição da operação dos sistemas dos municípios para a AgdA, recorreu-se ainda à contratação de trabalho temporário e ao apoio dos municípios até à admissão dos novos colaboradores através do processo de recrutamento externo.

Importa referir que à data de 31 de dezembro de 2011 a AgdA contava com 132 colaboradores segregados em funções que vão desde as áreas administrativas, às áreas de operação, construção e manutenção descentralizadas territorialmente pelos sete Centros Operacionais constituídos.

Estrutura da Empresa

Na sequência do aumento dos quadros de pessoal, procedeu-se à alteração da sede social da empresa, onde se situam atualmente as áreas de suporte a toda a atividade operacional, nomeadamente a administração e respetivas áreas de *staff*, a direção administrativa e financeira, a direção de infraestrutura e a coordenação da direção de operações.

Foram ainda desenvolvidos mais quatro centros operacionais, passando assim a empresa a ter uma presença territorial junto dos municípios e dos sistemas, baseada em sete instalações descentralizadas.

Nas instalações foram efetuadas as intervenções necessárias com o objetivo de instalar a estrutura da empresa tendo-se efetuado algumas obras de adaptação e melhoria das infraestruturas e também, adquirido material de escritório, equipamentos informáticos, contratualizado meios de comunicação de voz fixa, voz móvel, circuitos de ligação dedicados e internet.

No que respeita a comunicações e, com o objetivo de otimizar as ligações com os centros operacionais, foi implementada a solução de comunicações através da criação de circuitos de comunicação dedicada entre os centros operacionais e a sede da empresa e entre estes. Esta solução servirá de plataforma para a instalação do sistema de telegestão, atualmente em desenvolvimento.

Estrutura de Financiamento

De forma a dar cumprimento ao plano de investimentos da empresa, previsto em Contrato de Gestão, procedeu-se ao aumento de linhas de financiamento existente e à contratualização de novas linhas de financiamento. É de referir que, apesar da conjuntura nacional de acesso a meios financeiros disponíveis, foram já contratualizadas linhas de financiamento com o Banco Espírito Santo, uma linha de apoio de tesouraria sob a forma de descoberto bancário e uma linha de financiamento com o Banco Santander Totta,

entidades cujos relacionamentos comerciais a AgdA irá aprofundar durante o exercício de 2012.

No que diz respeito aos Fundos Comunitários, em 2011 foi aprovada e contratualizada a 1ª fase da candidatura de Abastecimento de Água e a

1ª fase da candidatura de Águas Residuais garantindo assim o acesso a comparticipações a fundos perdidos no valor de 57 milhões de euros após a apresentação de despesa de investimento elegível.



ETA da Ravasca

Por forma a ultrapassar os problemas de qualidade de água em alguns sistemas em exploração pela AgdA, designadamente nos municípios de Ourique e Mértola, foram instalados, em 2011, seis instalações para remoção de ferro e manganês, de que é exemplo a ETA da Ravasca. O investimento total foi de 115.000 euros.

Esta melhoria destina-se a assegurar a qualidade da água distribuída em quanto não são construídos os sistemas integrados de Abastecimento de Água do Guadiana Sul e do Monte da Rocha.

A população total beneficiada com estes investimentos é de cerca de 2100 habitantes.



A - Governo da Sociedade

I. Missão, Objetivos e Políticas

Missão

No âmbito da sua missão, a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAlentejo), em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

Proporcionar aos clientes, os serviços de suporte comuns que são necessários ao seu funcionamento, de forma eficiente e a preços competitivos, potenciando a obtenção de economias de escala, disponibilizando soluções tecnologicamente avançadas, incorporando boas práticas de gestão e contribuindo decisivamente para a prossecução dos objetivos da empresa nas diferentes áreas de atuação.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

Visão

A AgdA pretende ser reconhecida como empresa de referência, pela qualidade, continuidade e eficiência dos serviços que presta, numa região com necessidades especiais, devidas essencialmente a problemas de escassez de recursos hídricos e à dispersão populacional.

Valores

A AgdA assume como valores:

- Espírito de servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor.

Princípios

A AgdA rege-se pelos seguintes princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Políticas

A AgdA, está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como o tratamento de águas residuais, aos 21 municípios, de um modo responsável, ambientalmente sustentável e num grupo de trabalho seguro e saudável para todas as pessoas que trabalham sob o seu controlo, num clima de bem-estar e confiança entre, clientes, acionistas, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

Assim, num quadro de sustentabilidade económica e social a Águas Públicas do Alentejo, S.A. pretende:

- Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores, restantes partes interessadas e comunidade;
- Avaliar e verificar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização;
- Promover a ecoeficiência das suas atividades de forma a prevenir a poluição, diminuindo o consumo dos recursos naturais, de matérias-primas e de energia, e promovendo a reutilização de reciclagem;
- Avaliar as implicações ambientais da atividade;
- Avaliar e controlar continuamente a Higiene e Segurança, promovendo a identificação, a avaliação e o controlo dos perigos e riscos de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e das instalações, incluindo acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, pela implementação de medidas de prevenção e monitorização eficazes;
- Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as atividades da empresa;
- Envolver e promover a participação de todos os colaboradores da AgdA e dos que trabalham em seu nome, de modo a garantir o seu compromisso com o SRE - Sistema de Responsabilidade Empresarial;
- Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e a sua motivação, pela sua formação, atualização e sensibilização permanentes, assegurando e melhorando as condições laborais e sociais, em conformidade com os requisitos da norma SA 8000.
- Subscrever e cumprir o Código de Conduta e Ética do grupo AdP.

Posicionamento e Estratégia Adotada

Através de um investimento inicial de 227 milhões de euros, a ser realizado até 2015, participado em 70% por fundos comunitários, a AgdA pretende:

- Promover a conceção, reparação, renovação, construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários assegurando o abastecimento de água e de saneamento de águas residuais bem como à população residente, 250.000 habitantes em 18,5% do território nacional, de forma a:
 - Garantir de forma regular, contínua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para o consumo público;
 - Garantir de forma regular, contínua e eficiente, a recolha e o tratamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;
 - Melhorar a saúde pública e o bem-estar das populações;
 - Aumentar o emprego local;
 - Proteger o ambiente;
 - Promover e assegurar a sustentabilidade económico-financeira da empresa;
 - Contribuir para o desenvolvimento da região e o ordenamento do território;
 - Dotar os colaboradores de competências que contribuam para a excelência dos serviços prestados;
 - Obter a certificação nas áreas da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social.

2. Regulamentos Internos e Externos

A AgdA dispõe de um conjunto de regulamentos aprovados em Conselho de Administração e disponibilizados aos colaboradores e outras partes interessadas:

- Contrato de Parceria;
- Contrato de Gestão;
- Contratos de fornecimento de água;
- Regulamento de visita às infraestruturas;
- Regulamento de segurança e ambiente para visitantes;
- Regulamento de atribuição e utilização de viaturas;
- Regulamento de atribuição e utilização de equipamentos de comunicação móvel;
- Manual de acolhimento a novos funcionários;
- Código de conduta e ética;
- Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas;
- Regulamento para atribuição de patrocínios, subsídios e donativos;
- Regulamento de estágios.

Encontram-se ainda em curso de elaboração e processo de aprovação:

- Regulamento de exploração do serviço público de abastecimento de água para consumo humano do SPPIAAIentejo;
- Regulamento de exploração do serviço público de saneamento de águas residuais do SPPIAAIentejo;
- Regulamento das condições de afluência de águas residuais às infraestruturas do SPPIAAIentejo;
- Regulamento de admissibilidade de efluentes provenientes de fossas sépticas às infraestruturas de saneamento do SPPIAAIentejo;
- Regulamento de controlo de alcoolémia e estupefacientes;
- Regulamento para fornecedores.

3. Informação sobre Transações Relevantes

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Durante o exercício de 2011, a empresa aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria.

Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas

Transações com entidades relacionadas

	31.12.2011 Rendimentos	31.12.2011 Gastos	31.12.2010 Rendimentos	31.12.2010 Gastos
AdP - SGPS, S.A.	0	903.460	0	161.393
AdP - Serviços, S.A.	0	578.934	0	307.571

Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não ocorreram transações sem que tenham sido em condições de mercado.

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos de serviços externos

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) durante o ano de 2011 ou mais de 5% do universo dos FSE's da empresa.

Transações Relevantes Superior a 5% FSE

	2011	%
Lusotemp - Empresa Trab Tem	347.030	7%
Iberdrola Generación, Sau	443.949	8%
AdP Águas de Portugal, Serviços Ambientais	578.934	11%

3.1. Informação sobre contratos de prestação de serviços

Em matéria de contratação pública, cumpre assinalar que na atividade desenvolvida pela AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. foi implementada a orientação vertida no Despacho n.º 438/10 - SETF, de 10 de maio de 2010, em cumprimento do estabelecido no Ofício Circular n.º 6132, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 6 de agosto de 2010, que determina que nos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a €125.000 (cento e vinte e cinco mil euros) devem ser cumpridas as seguintes formalidades:

- A adjudicação deve ser precedida de justificação da necessidade de contratar, tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas, bem como da explicitação dos objetivos que se pretende alcançar;
- Os resultados obtidos sejam objeto de avaliação;
- Os desvios quanto à realização temporal e financeira sejam justificados.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2011 para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos pela AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

Em cumprimento do disposto no artigo 472.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, até 31 de março de 2012 será submetido à Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., o reporte estatístico relativo aos contratos de aquisição e locação de bens e de aquisição de serviços abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos celebrados pela AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. no ano de 2011.

Transações Relevantes > € 125.000

	Empresa	Valor Adjudicado
Empreitada de execução do Sistema Elevatório da Zona Industrial de Aljustrel	Consdep	148.572
Sistema da Sta. Clara Poente I.ª fase - Estudos e Projetos	Engidro	192.501
Projeto de execução da remodelação do Sistema do Monte da Rocha	WS Atkins	211.044
Projeto de execução do Subsistema Litoral Norte	Aqualogus	231.000

4. Modelo de Governo

O governo da sociedade distingue-se pela relação responsável e transparente entre acionistas, órgãos sociais e todos os *stakeholders*.

O modelo de governo visa a transparência e a eficácia e um dos seus objetivos principais é a separação clara de poderes entre os diversos órgãos sociais. Enquanto o conselho de administração tem funções de supervisão, de controlo, de acompanhamento de questões estratégicas e do relacionamento entre acionistas e restantes órgãos sociais, as funções de Administrador Executivo são delegadas pelo Conselho de Administração e são de natureza operacional e consistem na gestão corrente das unidades de negócio e dos serviços corporativos.

4.1 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia - Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia - Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas.

A Assembleia - Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia - Geral.

Presidente: Câmara Municipal de Castro Verde, representada pelo Arq. Francisco José Caldeira Duarte
Vice-Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes
Secretária: Dr.^a Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Na Assembleia - Geral da AgdA, que teve lugar no dia 26 de março de 2010, foi ratificada a cooptação dos Dr. José António da Silva Mestre e Dr. Jorge Pulido Valente, para Vogais do Conselho de Administração para o triénio 2009/2011, tendo passado o Conselho de Administração a ter a seguinte composição:

Presidente: Dr. Joaquim Marques Ferreira
Vogal Executivo: Eng.º João Manuel da Silva Costa
Vogal: Dr. José António da Silva Mestre
Vogal: Dr. Jorge Pulido Valente
Vogal: Dr. José Maria Rodrigues Figueira

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

Joaquim Marques Ferreira

(Presidente do CA)

Habilitações Literárias

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência Profissional

- Iniciou a sua atividade profissional em 1972, na Câmara Municipal de Lisboa, onde desempenhou funções como Técnico.
- Desempenhou ainda estas funções na Secretaria de Estado do Orçamento e na Secretaria de Estado do Ambiente.
- Foi Presidente do ICN entre 1987 e 1995.
- Foi Presidente da Comissão Nacional da REN entre 1992 e 1995.
- Foi Administrador da EDIA entre 1996 e 1998.
- Foi Coordenador dos Planos de Bacias Hidrográficas entre 1999 e 2001 e Coordenador do Plano Nacional da Água.
- Coordenou o grupo de trabalho do Projeto da Lei-Quadro da Água entre 2002 e 2004.
- Entre 2002 e 2005, foi Presidente do Conselho de Administração da EDIA.
- Atualmente desempenha funções como administrador não executivo da AdP- Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. e de Presidente do Conselho de Administração das empresas Águas do Centro, S.A., Águas de Santo André, S.A., Águas Públicas do Alentejo, S.A. e Águas do Algarve, S.A.

João Silva Costa

(Administrador Executivo)

Habilitações Literárias

Licenciado em Engenharia Civil e Pós-graduação em Hidráulica e Recursos Hídricos pelo Instituto Superior Técnico.

Experiência Profissional

- Iniciou a sua atividade em 1980 como Assistente do Instituto Superior Técnico.
- Exerceu também as seguintes funções:
- Diretor de Serviços do Centro de Investigação do Ambiente da Direção Geral da Qualidade do Ambiente nos anos de 1986 a 1990;
 - Perito destacado na DGXI da Comissão das Comunidades Europeias em Bruxelas nos anos de 1990 a 1992;

- Diretor Regional de Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo de 1992 a 1996;
- Diretor de Projeto da FBO Consultores de 1998 a 2001;
- Presidente do Instituto da Conservação da Natureza de 2002 a 2004;
- Administrador de empresas do grupo Águas de Portugal desde 2004;
- Atualmente exerce funções de Administrador Executivo da empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A.

José Mestre

Nasceu a 03 dezembro de 1959
(Administrador não Executivo)

Habilitações Literárias

Licenciatura em Economia pela Universidade Lusófona
Bacharelato em Contabilidade e Administração no Instituto Militar Pupilos do Exercito

Experiência Profissional

- Iniciou a sua atividade como Auditor, na Rodoviária Nacional em 1982 tendo exercido várias funções de Direção e Administração nos CTT, CLIMAX, EIP, SMM e MATESICA.
- Em 2001 ingressou no grupo AdP, exercendo funções de administração e direção em várias empresas: Electra, Águas de Moçambique, AdP Serviços, Águas do Zêzere e Côa, Águas do Centro (não executivo), Águas Públicas do Alentejo (não executivo);
- Desde Abril de 2008 exerce funções na Águas do Algarve, S.A., como Administrador Executivo.

Jorge Pulido Valente

Nasceu a 29 de novembro de 1955
(Administrador não Executivo)

Habilitações Literárias

Licenciatura em História
Pós graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional

Experiência Profissional

- Exerceu funções de Arqueólogo no campo arqueológico de Mértola;
- Docente de História;
- Vereador da CM Mértola;
- Chefe de Divisão e Diretor de Departamento CM Beja;
- Diretor Regional do Ambiente do Alentejo;
- Presidente da CM Mértola;
- Administrador da EDIA;
- Presidente dos CA da Ambaal, Cimbal; CEBAL; Expobeja; Inovobeja e EMAS.
- Atualmente desempenha funções no Conselho de Administração da empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A. e Presidente da Câmara Municipal de Beja;
- É ainda Membro efetivo do Congresso Europeu dos Poderes Locais e Sócio fundador do Clube Náutico de Mértola, ADPMértola, Gabinete de Ação Local do Baixo Alentejo.

José Maria Figueira

Nasceu a 17 de fevereiro de 1950

(Administrador não Executivo)

Habilitações Literárias

- Mestrado em Sociologia pela Universidade de Évora - classificação de Muito Bom - 2003
- Pós-Graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspetiva das Comunidades Europeias pela Universidade de Évora com a classificação de Bom (16 valores) - 2000
- Licenciatura em Sociologia pela Universidade de Évora com a classificação de Bom (15 valores) - 1998

Experiência Profissional

- Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas - desde 2005;
- Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas - 2002 a 2005;
- Técnico Superior Principal da Câmara Municipal de Vendas Novas - 1999 - 2002;
- Membro do CA da GESAMB de 2005 a 2009;
- Membro do Conselho Diretivo da AMDE de 2005 a 2010;
- Membro do Conselho Executivo da CIMAC desde 2010;
- Membro do Conselho de Administração da Águas Públicas do Alentejo, S.A. desde 2010;
- Colaborações com o Departamento de Sociologia da Universidade de Évora - Disciplinas de Planeamento Regional e Planeamento Social - 1998 - 2005;
- Formador Certificado pelo IEF - 1999 - 2008;
- Formador de Formação Contínua de Professores na área e domínio "A01 - Administração" - desde 2003;
- Coordenação do Projeto "De Igual para Igual - ADERE" - PIC Equal - Setembro 2001-2002;
- Coordenação do Projeto "Sementes de Esperança" Iniciativa Emprego/Eixo Integra - 97-I-038-P - Portel - 1997 - 1999;
- Coordenação do Projeto "Sementes de Esperança" - PO 65 - DGV - linha da Ação de projetos contra a exclusão social - Portel - 1995-1996.

Fiscal Único

Nos termos do n.º 1 do artigo 24º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.

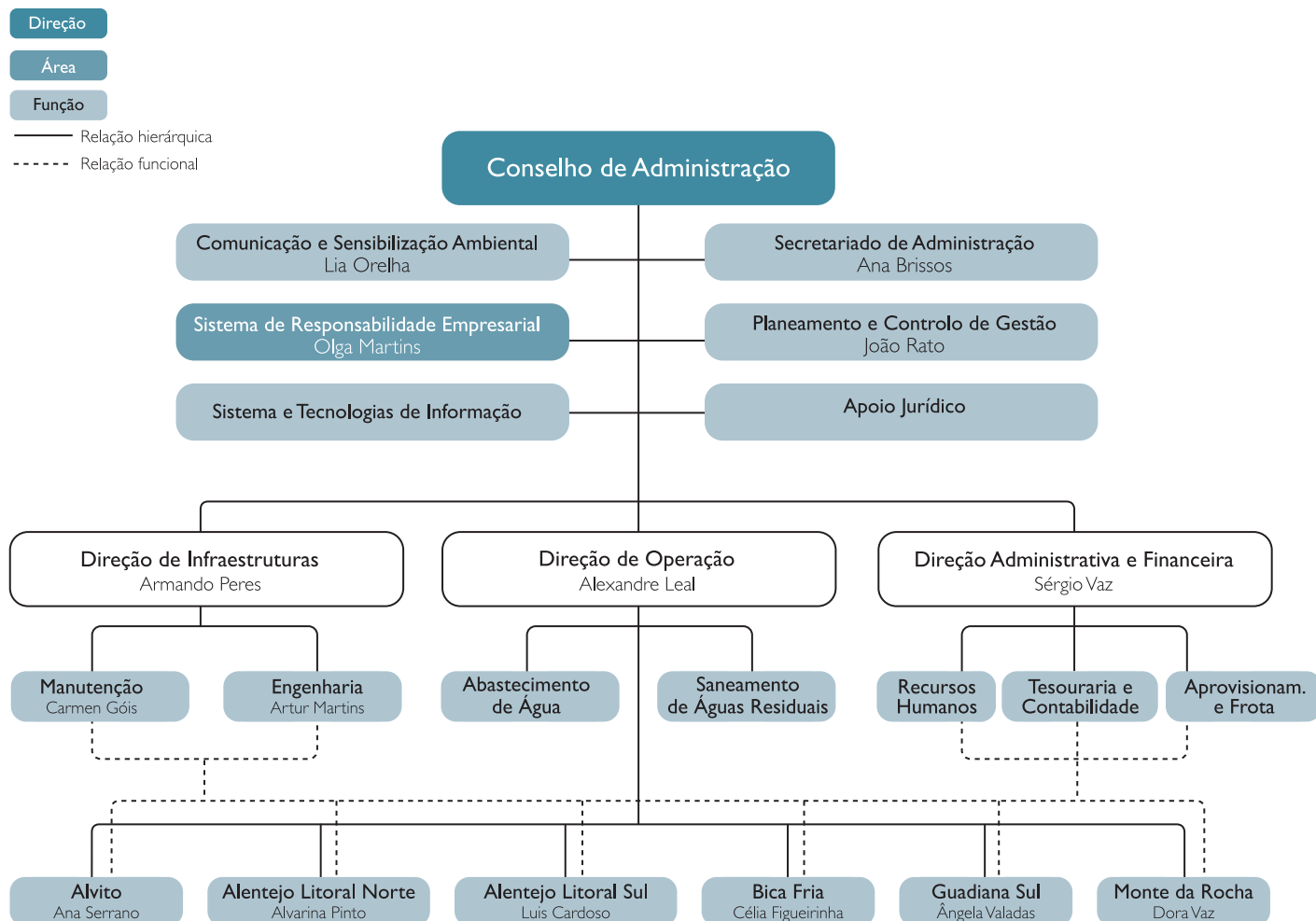
Para o mandato de 2010/2012, e na sequência da deliberação da Assembleia - Geral de dia 26 de março de 2010, foi eleito um Fiscal Único e um Fiscal Único Suplente.

Efetivo: Sociedade Alves da Cunha, A Dias & Associados, SROC, representada por Dr. José Duarte Assunção Dias

Suplente: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

4.2. Estrutura Organizacional

Para o correto exercício das suas funções, a AgdA dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão da empresa. Estes órgãos operacionais e de *staff*, apresentam a seguinte afetação:



Sistema Responsabilidade Empresarial

- Órgão a quem cabe promover e coordenar as atividades relativas às obrigações do sistema de gestão da qualidade, ambiente, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do Contrato de Parceria e dos compromissos assumidos pela empresa.

Apoio Jurídico/ Secretário da Sociedade

- Elaborar pareceres/ interpretações sobre a aplicação do contrato de gestão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos;
- Assessoria nos processos de concurso e sua avaliação;
- Resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada;
- Secretariar as reuniões do Conselho de Administração;
- Monitorizar o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração;
- Assessorar a Administração nas relações e obrigações estatutárias com os Órgãos Sociais da Empresa.

Comunicação e Sensibilização Ambiental

- Elaboração do plano de comunicação da empresa, em articulação com as entidades parceiras;
- Gestão das iniciativas de comunicação institucional da empresa;

- Gestão das relações com os órgãos de comunicação social;
- Apoio ao CA em funções de representação protocolar e acolhimento de visitas institucionais à empresa;
- Coordenação da comunicação interna e externa da empresa;
- Definição, em articulação com as entidades parceiras, dos *standards* de imagem da empresa e controlo da sua aplicação, nomeadamente nas viaturas, nas obras em curso e nas instalações;
- Implementação de atividades de comunicação de âmbito escolar de acordo com a estratégia de comunicação e imagem da empresa;
- Desenvolver ações de informação e sensibilização ambiental, de acordo com a estratégia definida, de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos de educação ambiental e para a inserção da empresa no meio.

Secretariado de Administração

- Velar pelo cumprimento das obrigações da Sociedade, sob a orientação do presidente do Conselho de Administração, em matéria de elaboração e arquivo de atas do Conselho de Administração, bem como o expediente a elas relativo e registo comercial dos atos sociais a ele sujeitos;
- Assegurar o apoio logístico às reuniões do Conselho de Administração e aos membros do Conselho de Administração;
- Difundir das deliberações do Conselho de Administração;
- Apoiar a Administração na sua atividade regular, na gestão das agendas dos administradores e da correspondência recebida e expedida;
- Assegurar a logística das reuniões preparando a documentação de suporte e as convocatórias.

Sistemas de Tecnologia de Informação

- Órgão com a responsabilidade de assegurar a operacionalidade e adequação dos equipamentos informáticos e de comunicação, de acordo com as necessidades colocadas pelas áreas de empresa;
- Assegurar a aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados;
- Assegurar o cumprimento da legislação vigente em termos de licenciamento de *software*.

Planeamento e Controlo de Gestão

- Desenvolvimento de modelos de controlo de gestão;
- Elaboração de candidaturas de investimentos e financiamentos;
- Consolidação dos *inputs* das diferentes áreas para elaboração do orçamento de exploração;
- Controlo da execução dos orçamentos de exploração e de investimentos, identificação e investigação de desvios.

Direção de Operação

- Coordenação das ações de operação e comando da captação, tratamento, adução e abastecimento de água para consumo incluindo a coordenação geral dos centros de operação, servindo clientes municipais;
- Coordenação das ações de operação e comando da recolha, tratamento, rejeição e medição de efluentes, incluindo a coordenação geral dos centros de operação nas ETAR, servindo clientes municipais.

Direção de Infraestruturas

- Garantir a manutenção da integridade operacional do sistema da empresa;
- Definir a política de manutenção da empresa e coordenar os programas de manutenção preventiva e curativa de todo o sistema;
- Planeamento, coordenação e fiscalização de obras de ampliação, de melhoria/renovação e de reabilitação de infraestruturas, gerindo a sua execução em termos de prazo, custo e qualidade;
- Programação temporal e afetação de meios aos grandes investimentos físicos, novos e em curso na empresa;
- Análise e gestão da execução de projetos.

Direção Administrativa e Financeira

- Participação na definição da estratégia e política tarifária, na fixação de objetivos e na afetação de custos à produção;
- Gestão financeira da empresa;
- Contabilidade geral e analítica;
- Preparação dos planos a médio e longo prazo para a empresa, assegurando a sua utilização como instrumentos de gestão;

- Resposta a inquéritos estatísticos de entidades externas;
- Elaboração do orçamento de exploração, do plano de investimentos e sua atualização;
- Estudo e desenvolvimento de sistemas e metodologias inerentes à gestão integrada de recursos humanos;
- Gestão dos processos inerentes às relações de trabalho (legislação de trabalho, regulamentação e contratação coletiva).

5. Remunerações e outros Encargos

Nos termos da alínea h) do artigo 17º dos Estatutos da Sociedade, é à Assembleia - Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

O montante total das remunerações correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e estabelecidas para o conjunto dos membros do órgão de administração da sociedade, foi o seguinte:

Mesa da Assembleia - Geral

Mesa da Assembleia - Geral Mandato 2009-2011 Ano de 2011 - Mandato I	Presidente	Vice-Presidente ⁽¹⁾	Secretário ⁽¹⁾
I.I. Senhas de Presença ^(a)	553	415	276

Legenda

(a) - Corresponde à remuneração anual bruta decorrente do estatuto remuneratório fixado

(1) Valores a faturar pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Fiscal Único

Fiscal Único Mandato 2009-2011 Ano de 2011 - Mandato I	Valor Anual
Sociedade Alves da Cunha, A Dias & Associados, SROC	8.000

Auditor Externo

Auditor Externo Mandato 2009-2011 Ano de 2011	Valor Anual
Ernest & Young	13.700

Conselho de Administração

Conselho de Administração
Mandato 2009-2011

	Presidente Não Executivo ⁽¹⁾	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo ⁽¹⁾	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
Ano de 2011					
1. Remunerações					
1.1. Remuneração base anual/fixa (a)	34.412	96.222	22.822	0	0
1.2. Redução por aplicação da lei n.º 12-A/2010	(1.721)	(4.811)	(1.141)	0	0
1.3. Redução por aplicação da lei n.º 55-A/2010	(3.269)	(9.141)	(2.168)	0	0
1.4. Remuneração fixa efetiva (1.1 - 1.2. - 1.3)	29.422	82.270	19.513	0	0
1.5. Senhas de presença	0	0	0	0	0
1.6. Acumulação de funções de gestão	0	0	0	0	0
1.7. Remuneração variável (prémios de gestão)	0	0	0	0	0
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho)	0	0	0	0	0
1.9. Outras	0	0	0	0	0
2. Outras regalias e compensações					
2.1. <i>Plafond</i> anual em comunicações móveis	0	1.500	0	0	0
2.2. Gastos na utilização de telefones	0	697	0	0	0
2.3. Subsídio de deslocação	0	0	0	0	0
2.4. Subsídio de refeição	0	1.570	0	0	0
2.5. Outros (identificar detalhadamente)	0	0	0	0	0
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Regime de proteção social	0	0	0	0	0
3.1.1. Segurança social	0	0	0	0	0
3.1.2. CGA	0	5.551	0	0	0
3.2. Seguros de saúde	0	1.177	0	0	0
3.3. Seguros de vida	0	1.427	0	0	0
3.4. Seguros de acidentes pessoais	0	0	0	0	0
3.5. Outros (identificar detalhadamente)	0	0	0	0	0
4. Viatura de Serviço					
4.1. Marca da viatura de serviço	NA	AUDI	NA	NA	NA
4.2. Modelo da viatura de serviço	NA	A4	NA	NA	NA
4.3. Matrícula da viatura de serviço	NA	76-JQ-74	NA	NA	NA
4.4. Modalidade de utilização (aquisição/ALD/renting/leasing)	NA	AOV	NA	NA	NA
4.5. Valor de referência da viatura nova	NA	32.595	NA	NA	NA
4.6. Ano de início	NA	2.010	NA	NA	NA
4.7. Ano de termo	NA	2.013	NA	NA	NA
4.8. N.º de prestações contratualizadas (b)	NA	36	NA	NA	NA
4.9. Valor residual	NA	0	NA	NA	NA
4.10. Valor da renda/ prestação anual da viatura de serviço	NA	564,9/6.779	NA	NA	NA
4.11. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	NA	6.018	NA	NA	NA
4.12. <i>Plafond</i> anual combustível atribuído	NA	6.255	NA	NA	NA
4.13. Outros	NA	0	NA	NA	NA
5. Informações Adicionais					
5.1. Opção pelo vencimento de origem (S/N)	NA	N	NA	NA	NA
5.2. Remuneração líquida anual pelo lugar de origem	NA	N	NA	NA	NA
5.3. Regime de proteção social	NA	N	NA	NA	NA
5.3.1. Segurança social (S/N)	NA	N	NA	NA	NA
5.3.2. CGA	NA	N	NA	NA	NA
5.4. Exercício de funções remuneradas fora do Grupo (s/n)	NA	N	NA	NA	NA
5.5. Outras (Identificar detalhadamente)	NA	N	NA	NA	NA

Legenda

(a) - Corresponde à remuneração anual bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem, caso essa opção tenha sido autorizada;

(b) - Caso a viatura de serviço tenha sido adquirida através de contratos de *leasing*, ALD, AOV, *renting*, etc., deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas; S - Sim; N - Não; NA - Não Aplicável;

(1) Valores faturados pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e não auferidos pelo próprio.

6. Análise de Sustentabilidade

A análise de sustentabilidade da AgdA é reportada através da publicação do Relatório de Sustentabilidade de 2011, o qual complementa o presente relatório.

Com este Relatório de Sustentabilidade, a empresa analisa o seu desempenho através dos indicadores da *Global Reporting Initiative* (GRI) e procede à sua divulgação junto das partes interessadas.

Convém salientar que em 2010, a AgdA não publicou o Relatório de Sustentabilidade, uma vez que a atividade da empresa decorreu apenas durante o 2º semestre do ano.

7. Gestão do Capital Humano

7.1. Responsabilidade social

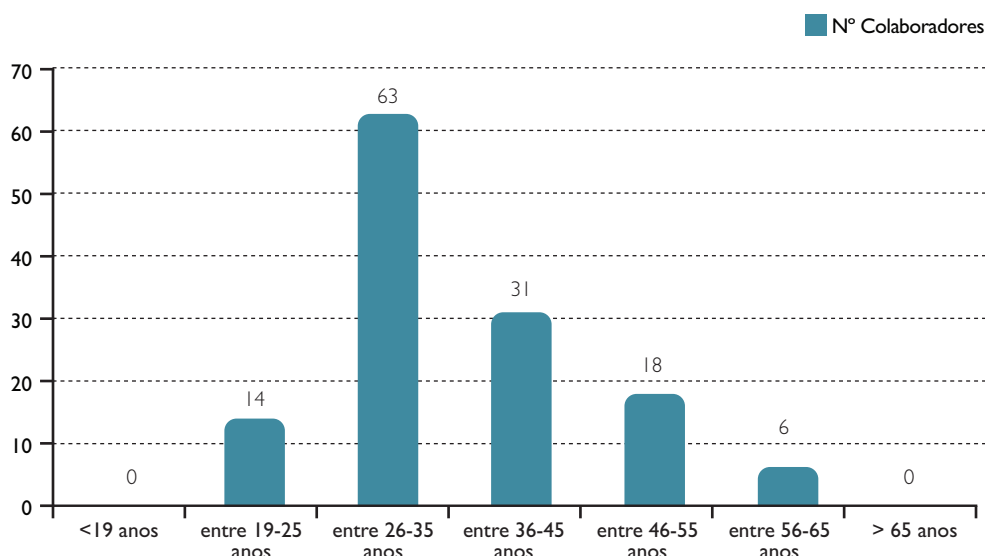
• Caracterização geral

A Águas Públicas do Alentejo, S.A., é feita de pessoas. O capital humano é um dos ativos da empresa, tendo atingido o número 132 colaboradores à data de 31 de dezembro de 2011.

Verifica-se uma tendência para a melhoria das qualificações académicas e profissionais da empresa, com o aumento do número de efetivos dos quadros médio e superior:

• Estrutura etária

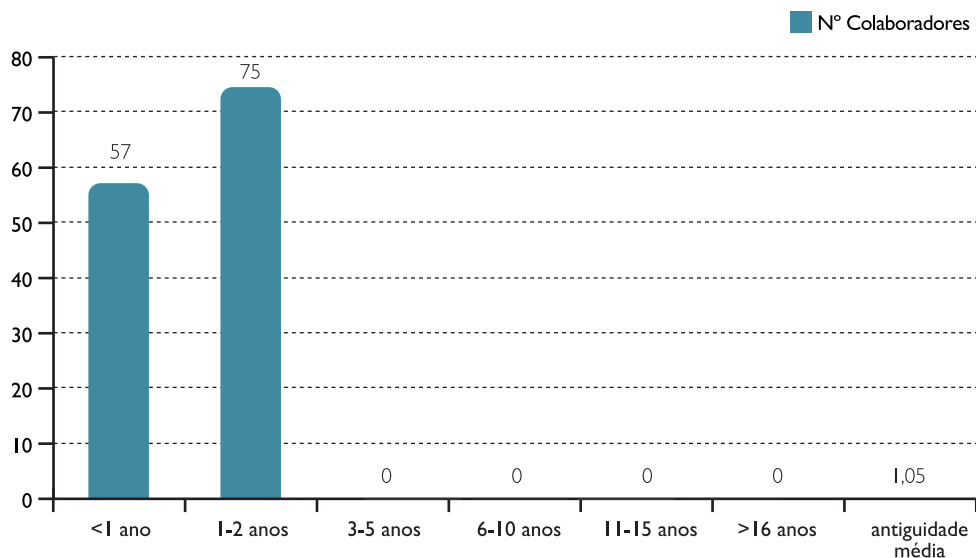
No final de 2011 as idades dos colaboradores variavam entre os 20 e os 63 anos de idade, localizando-se a média etária na faixa entre os 26 e 35 anos, conforme se pode verificar no quadro e gráfico seguintes:



• Antiguidade na empresa

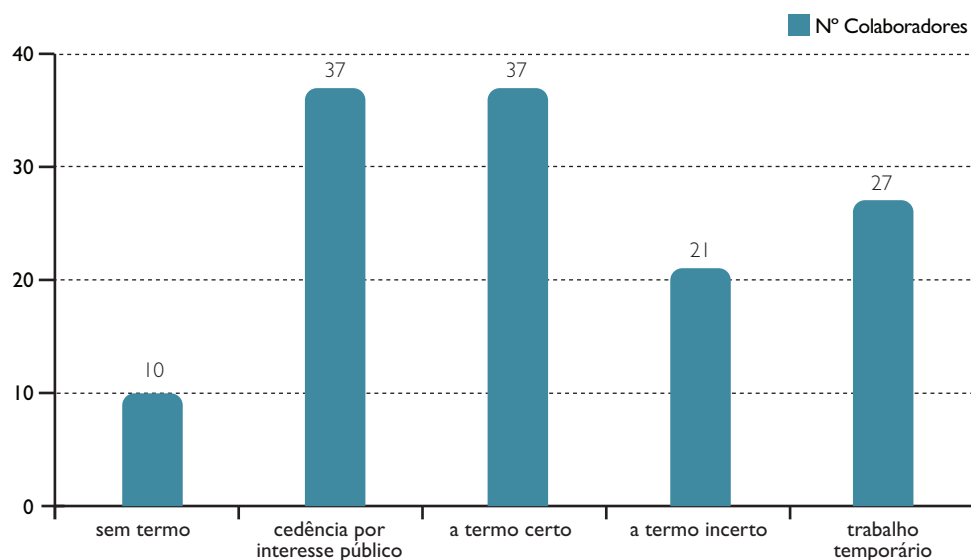
Tendo a AgdA iniciado a sua atividade no exercício de 2010 em apenas 50% dos municípios abrangidos pelo SPPIALENTEJO, em 2011 procedeu-se ao aumento da atividade com o início de operação dos sistemas de abastecimento e de saneamento dos municípios compreendidos pelos centros operacionais do Monte da Rocha, Litoral Sul, Litoral Norte e Bica Frias. Assim, foram promovidas todas as atividades que visaram a integração de funcionários dos municípios na empresa e a contratação de meios humanos com o objetivo de garantir a operação dos sistemas de abastecimento dos municípios e de saneamento.

Desta forma, sendo a AgdA uma empresa recente no mercado laboral, todos os colaboradores apresentam uma antiguidade baixa e que se valoriza numa antiguidade média de 1,05 anos, conforme se observa no seguinte gráfico:



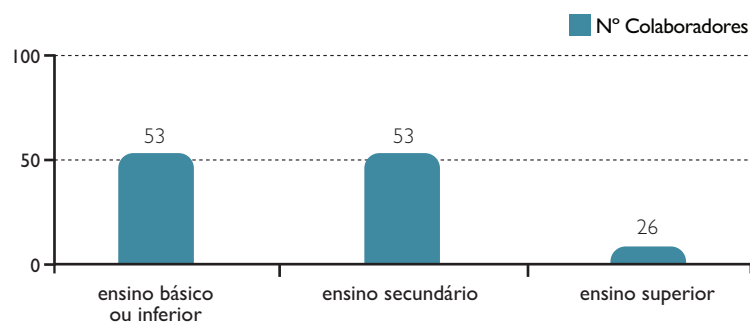
• Vínculo laboral

O gráfico seguinte mostra o vínculo laboral dos colaboradores da AgdA no ano de 2011:



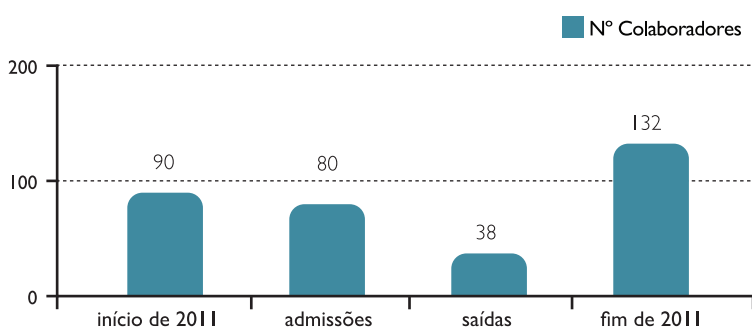
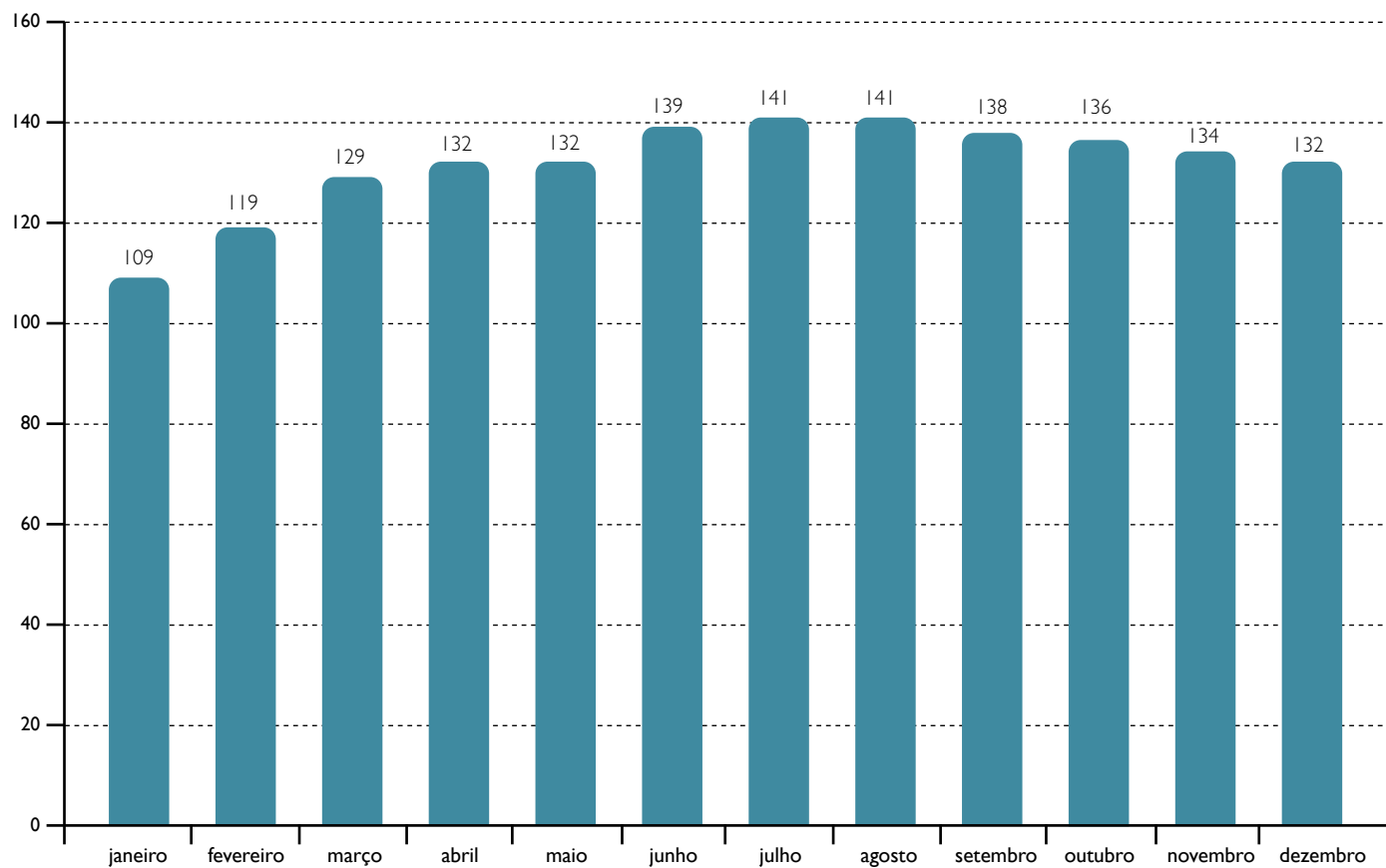
• Habilitações literárias

O gráfico seguinte mostra as habilitações literárias dos colaboradores da AgdA a 31 de dezembro de 2011:



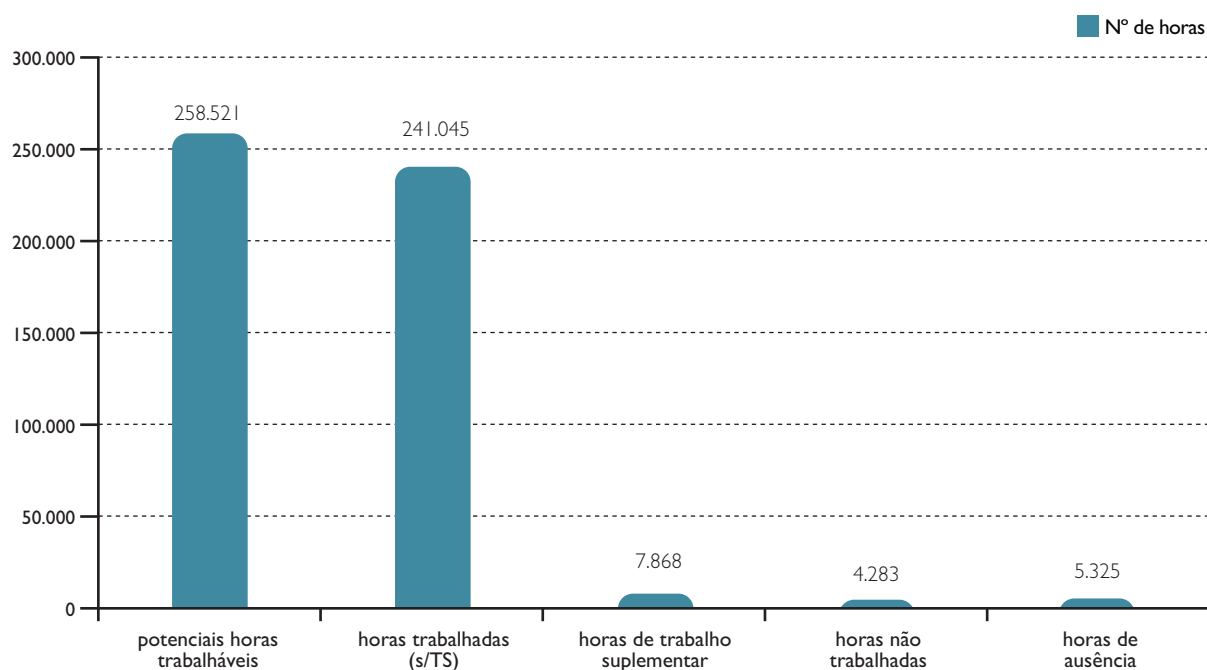
• Evolução do número de colaboradores

A AgdA iniciou o ano 2011 com 90 colaboradores e terminou o ano com 132 colaboradores.



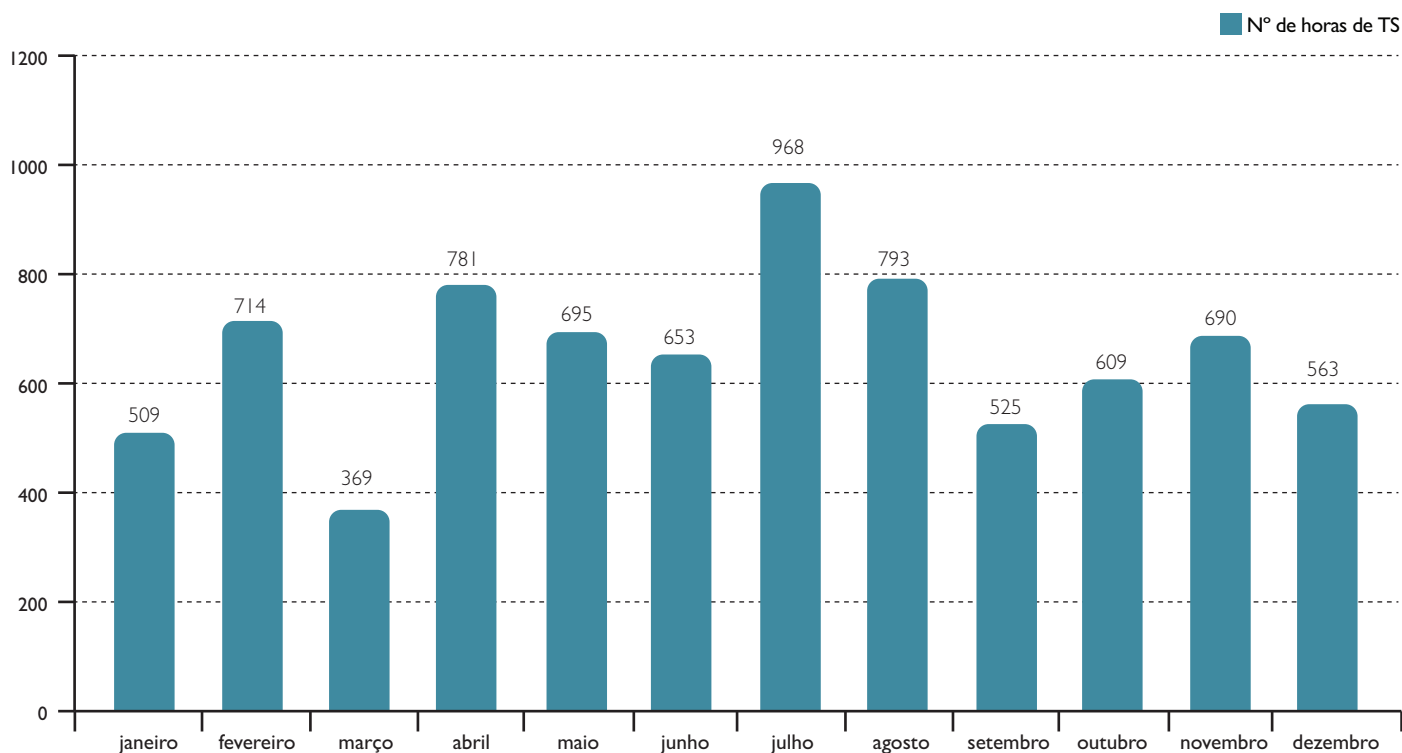
• Tempo de trabalho dos colaboradores

Durante o exercício de 2011 os colaboradores da AgdA trabalharam 248 mil horas, das quais cerca de 8 mil correspondem a trabalho suplementar, conforme se poderá observar no gráfico seguinte:



• Trabalho suplementar

Quanto ao trabalho suplementar, este atingiu um total de 7.268 horas, conforme consta do gráfico seguinte:



• Formação profissional

As atividades de formação desenvolvidas pela empresa, totalizaram 108 ações, conforme quadro abaixo indicado:

Formação	N.º de colaboradores
A integração do processamento salarial na contabilidade	1
As novas obrigações legais na formação profissional	2
Auditoria e controlo financeiro da contratação pública	1
Auditorias energéticas: a nova regulamentação e a sua execução	1
Automação industrial - leitura e interpretação de circuitos eletromecânicos	1
Código de contratos públicos: controlo da fase de execução do contrato	2
Código dos contratos públicos	11
Código dos contratos públicos: controlo da fase de execução do contrato	2
Dimensionamento e operação de estações de tratamento de águas residuais	4
Gestão de compras	1
Operação de estações de tratamento de água	49
Planos de gestão das bacias hidrográficas	3
Princípios de hidráulica, tratamento de águas potáveis e águas residuais	6
Produção e exploração de informação geográfica: cartografia numérica, imagens de satélite e GPS	1
Química clássica em análise de águas	1
Rede de laboratórios tecnológicos e científicos do concelho de Beja	1
Regime jurídico de expropriação por utilidade pública	1
Reutilização de águas residuais e dessalinização - novas fontes de água	1
SAP PS	4
Sistema de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores	2
Sistemas integrados de gestão: qualidade, ambiente e segurança	12
XXXI Encontro nacional e 8.º congresso internacional da Associação Portuguesa de Profissionais de Secretariado	1
Total	108

8. I&D e Inovação

No exercício de 2011 a AgdA iniciou a sua atividade em projetos de Investigação e Desenvolvimento, pretendendo desta forma incrementar a competitividade e sustentabilidade da sua atividade para além de permitir igualmente o desenvolvimento de entidades científicas e tecnológicas da área territorial da empresa.

É preocupação da AgdA que os projetos de Investigação e Desenvolvimento em que se envolve possam ser incorporados na atividade da empresa e contribuir para a sua sustentabilidade.

Em parceria com o CEBAL – Centro de Biotecnologia do Alentejo, a AgdA tem em curso um projeto que pretende avaliar a eficácia de nanofiltração no tratamento de águas superficiais e no tratamento de águas residuais industriais, em particular as provenientes de queijarias. Fará igualmente parte deste estudo a análise custo-benefício da utilização destas membranas.

9. Ética e Prevenção da Corrupção

A AgdA dispõe de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, pretendendo reforçar comportamentos éticos e boas práticas comerciais com clientes e fornecedores.

Este PGRIC foi revisto e aprovado pelo Conselho de Administração em 29/12/2011. Dando cumprimento à recomendação do CPC de 01/07/2009, esta revisão foi reportada ao Conselho de Prevenção de Corrupção e Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território.

De salientar que foi efetuada a avaliação do CPRCIC em 24/01/2012 através do preenchimento do questionário desenvolvido pela Auditoria Interna e Controlo de Risco da AdP, SGPS.

10. Controlo de Risco

A Águas Públicas do Alentejo, S.A e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2011 foi dada continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído por cada empresa para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando se avalia o impacto estão a ser consideradas para cada risco diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela Águas Públicas do Alentejo, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas Públicas do Alentejo, S.A., sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, S.A.) através da Auditoria Interna e Controlo de Risco que tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Os principais riscos a que a empresa se encontra exposta são os seguintes:

- Envolvente política, económica e financeira;
- Alterações de legislação, regulamentação e regulação;
- Relacionamento com os municípios;
- Continuidade do negócio;
- Cobranças; e
- Crédito e financiamento.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

1.1. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da Águas Públicas do Alentejo, S.A., têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Administração da Águas Públicas do Alentejo, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:

- (i) - Entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (ii) - Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);
- (iii) - Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (iv) - Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (v) - Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

12. Divulgação de Informação

Informação a constar no site da empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organograma	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:	x			
Identificação dos Órgãos Sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			
Identificação das Comissões existentes na sociedade			x	
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			
Remuneração dos Órgãos Sociais		x		
Regulamentos Internos e Externos		x		
Transações fora das condições de mercado			x	
Transações relevantes com entidades relacionadas		x		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental			x	
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do Cliente		x		

13. Informação Sintética Sobre Iniciativas de Publicidade Institucional

Para efeitos do presente capítulo, e de acordo com o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, consideram-se como publicidade institucional as campanhas, ações informativas e publicitárias e quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades abrangidas mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela Águas de Públicas do Alentejo, S.A. tiveram por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e foram pautadas pelos princípios da verdade e da transparência.

A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela Águas de Públicas do Alentejo, S.A. durante o ano de 2011 foi desenvolvida com vista a assegurar os objetivos de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, e por obrigações de transparência, apresenta-se nos quadros seguintes a informação sintética requerida.

Iniciativas de Publicidade Institucional 2011

Órgão	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Imenso Alentejo, Edições	0	1.205	0	0	1.205
Total	0	1.205	0	0	1.205

No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a Águas Públicas do Alentejo, S.A., cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho.

A informação constante do presente capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM n.º47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da Águas Públicas do Alentejo, S.A., divulgada neste capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de atividades cujo conteúdo ou objetivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente atividade de serviço público desta empresa.

14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa

A Águas Públicas do Alentejo, S.A. deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, designadamente aos seguintes:

- Cumprimento das orientações genéricas sobre negociações salariais nos termos do ofício da Direção Geral de Tesouro e Finanças n.º1730, de 25 de fevereiro de 2010, respeitante à “não atualização dos salários nominais para o corrente ano”.
- Cumprimento do Despacho de 25 de março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através de ofício circular n.º 2590, de 26 de março de 2010, que determina a não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011 aos membros do órgão de Administração.
- Cumprimento do previsto no artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, respeitante à redução excecional de 5% à remuneração fixa mensal dos gestores públicos executivos e não executivos.
- Cumprimento da Lei n.º12-A/2010 no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade da empresa são desenvolvidas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a *holding* a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portfólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS, S.A. tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas.

Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada autorização da tutela pela AdP SGPS.

- Cumprimentos das medidas previstas nos PEC's, em particular sobre o Plano de Redução de Custos com o Pessoal e FSE's.

Foi cumprido o plano de redução de Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos acordado com a tutela, que definia o compromisso de redução, concretizado em termos consolidados, conforme determinação para os grupos de empresas, para a atividade de 2011 comparável com 2009.

O cumprimento deste plano está conforme com o disposto no Despacho n.º 1315/2010, de 15 de novembro do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e no Despacho n.º 155/2011-MFAP, de 28 de abril, na medida em que a redução preconizada por este último despacho foi concretizada através do plano de redução de gastos de 2011 face à atividade comparável de 2009.

O grau de cumprimento destas medidas é reportado no Relatório e Contas consolidado da AdP SGPS.

f) Cumprimento da autorização prévia da AG relativa a investimentos que excedam 5% do capital estatutário ou social, dos limites estabelecidos aos níveis de endividamento.

14.1 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos

No exercício de 2011 o prazo médio de pagamento foi de 66 dias, conforme se poderá verificar nos quadros abaixo:

Prazo Médio de Pagamento (Trimestres)

	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
PMP 2009	0	0	0	1
PMP 2010	21	92	77	55
PMP 2011	61	60	54	66

Prazo Médio de Pagamento (Anual)

	2011	2010	2009
Prazo Médio de Pagamento	65	55	0

Quadro da posição a 31 de dezembro de 2011 dos Pagamentos em Atraso nos termos do DL 65-A/2011, de 17 maio.

Pagamentos em Atraso

	0-90	90-120	120-240	240-360	>360
Outros bens e Serviços	685.170	96.843	182.431	153.338	229.760

15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

A governação da Águas Públicas do Alentejo, S.A. respeita os Princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º49/2007, de 28 de março.

No quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem:		
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas Públicas do Alentejo, S.A. cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none"> Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas para si e para as participadas que controla. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação da missão da Águas Públicas do Alentejo, S.A., dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na internet.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem:		
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas Públicas do Alentejo, S.A. elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objetivos fixados.
<ul style="list-style-type: none"> Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo. 		<ul style="list-style-type: none"> A estratégia de sustentabilidade da Águas Públicas do Alentejo, S.A. encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual.
<ul style="list-style-type: none"> Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas Públicas do Alentejo, S.A. foi das primeiras empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas.
<ul style="list-style-type: none"> Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas Públicas do Alentejo, S.A. cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela.
	Total	<ul style="list-style-type: none"> Anualmente, é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor; devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Toda a atividade do grupo AdP e da Águas Públicas do Alentejo, S.A. é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.
	Total	<ul style="list-style-type: none"> Neste contexto, a Águas Públicas do Alentejo, S.A. adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O grupo AdP e a Águas Públicas do Alentejo, S.A. apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas. A Águas Públicas do Alentejo, S.A. permite e incentiva os seus colaboradores a alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação. A Águas Públicas do Alentejo, S.A. tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva desenvolvimentista e positivista.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas Públicas do Alentejo, S.A. respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas Públicas do Alentejo, S.A. divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem:		
<ul style="list-style-type: none"> Conduzir com integridade os negócios da Empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Código de Conduta e Ética da Águas Públicas do Alentejo, S.A. expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado. Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Águas Públicas do Alentejo, S.A., o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros. A Águas Públicas do Alentejo, S.A. desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas - 2011, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.
<ul style="list-style-type: none"> Ter ou aderir a um Código de Ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Código de Conduta e Ética da Águas Públicas do Alentejo, S.A. encontra-se disponível em http://www.agda.pt/codigo-de-conduta-e-etica.html.

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem:		
<ul style="list-style-type: none"> Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da Empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas Públicas do Alentejo, S.A. está perfeitamente ajustada à complexidade da sua missão e perfeitamente alinhada com a estratégia definida para o grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no setor em que se insere.
<ul style="list-style-type: none"> Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Modelo de Governo da Águas Públicas do Alentejo, S.A. em alinhamento com o definido para as empresas participadas do grupo AdP, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais: <ul style="list-style-type: none"> - A Assembleia - Geral; - O Conselho de Administração; - O Fiscal Único; - O ROC. Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos. O Fiscal Único emite um relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da empresa.
<ul style="list-style-type: none"> Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se praticam para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da Empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A auditoria anual às contas da Águas Públicas do Alentejo, S.A. é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Fiscal Único e a Direção Administrativa e Financeira. De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.

Estruturas de administração e fiscalização**Princípios****Grau de cumprimento****Fundamentação****As empresas detidas pelo Estado devem:**

<ul style="list-style-type: none"> Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Os membros dos Órgãos Sociais da Águas Públicas do Alentejo, S.A. são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos. No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.
<ul style="list-style-type: none"> O Órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da Empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores das empresas que integram o grupo AdP. Os riscos económicos são atenuados por critérios de segurança e prudência que têm em conta a dispersão geográfica dos investimentos efetuados nas diferentes áreas de negócio e pela realização de estudos prévios à sua concretização. A abordagem aos riscos financeiros e operacionais é assegurada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade, nomeadamente através da Direção Financeira (riscos cambiais e de taxa de juro) e da Direção de Sistemas de Informação (manutenção de políticas de controlo adequadas, controlo de acessos físicos e lógicos e continuidade dos sistemas), ambos Corporativos. Neste contexto, a Águas Públicas do Alentejo, S.A. está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco - Corporativo - que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.

Remunerações e outros direitos**Princípios****Grau de cumprimento****Fundamentação****As empresas públicas devem:**

<ul style="list-style-type: none"> Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas Públicas do Alentejo, S.A. consta do Relatório e Contas anual.
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas Públicas do Alentejo, S.A. consta do Relatório e Contas anual.

Prevenção de conflitos de interesse**Princípios****Grau de cumprimento****Fundamentação****Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:**

<ul style="list-style-type: none"> Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Os membros do Conselho de Administração da Águas Públicas do Alentejo, S.A. têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.
<ul style="list-style-type: none"> No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas Públicas do Alentejo, S.A. e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração da Águas Públicas do Alentejo, S.A. cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação. Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.

16. Relatório dos Administradores não Executivos

1. Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º - A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, cumpre-nos, na qualidade de administradores não executivos, apresentar um relatório sobre o desempenho do administrador executivo referente ao exercício de 2011.

2. Atividade

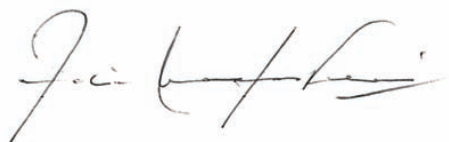
Nos termos da lei, e das competências que o novo estatuto do gestor público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho do administrador executivo.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere ao administrador executivo, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação de proximidade positiva do seu desempenho global, não perdendo de vista a preocupação do administrador executivo de auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes que tiveram em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

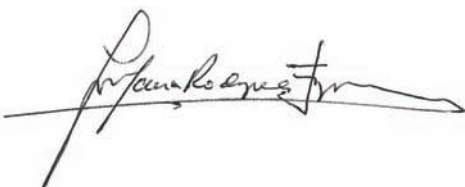
Beja, 23 de fevereiro de 2012



Joaquim Marques Ferreira
(Presidente do Conselho de Administração)



José António da Silva Mestre
(Vogal do Conselho de Administração)



José Maria Rodrigues Figueira
(Vogal do Conselho de Administração)



Jorge Pulido Valente
(Vogal do Conselho de Administração)



ETA e Reservatórios de Fornalhas Velhas

• A empreitada em causa, teve como objetivo melhorar em termos de qualidade e quantidade o abastecimento de água à povoação de Fornalhas Velhas, concelho de Odemira, povoação onde se situa um grande consumidor, o Matadouro do Litoral Alentejano. Para o efeito foi efetuada uma nova captação de água superficial e respetivo circuito elevatório, instalada uma ETA compacta para 10 m³/hora, construído um reservatório de 300 m³ e uma estação elevatória, num total de 400.000, de investimento.



B - Atividade da Empresa

I. Introdução

Política de gestão integrada

Decorrente da missão definida para a AgdA e da visão estratégica da Administração, esta estabeleceu a seguinte política de gestão integrada, como um conjunto de grandes objetivos, coerentes e interativos, contribuindo para a prossecução da missão.

A AgdA, está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como o tratamento de águas residuais, aos 21 municípios, de um modo responsável, ambientalmente sustentável e num grupo de trabalho seguro e saudável para todas as pessoas que trabalham sob o seu controlo, num clima de bem-estar e confiança entre, clientes, acionistas, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

Assim, num quadro de sustentabilidade económica e social a Águas Públicas do Alentejo, S.A. pretende:

- Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores, restantes partes interessadas e comunidade;
- Avaliar e verificar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização;
- Promover a ecoeficiência das suas atividades de forma a prevenir a poluição, diminuindo o consumo dos recursos naturais, de matérias-primas e de energia, e promovendo a reutilização de reciclagem;
- Avaliar as implicações ambientais da atividade;
- Avaliar e controlar continuamente a higiene e segurança; promovendo a identificação, a avaliação e o controlo dos perigos e riscos de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e das instalações, incluindo acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, pela implementação de medidas de prevenção e monitorização eficazes;
- Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as atividades da empresa;
- Envolver e promover a participação de todos os colaboradores da AgdA e dos que trabalham em seu nome, de modo a garantir o seu compromisso com o SRE - Sistema de Responsabilidade Empresarial;
- Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e a sua motivação, pela sua formação, atualização e sensibilização permanentes, assegurando e melhorando as condições laborais e sociais, em conformidade com os requisitos da norma SA 8000.
- Subscrever e cumprir o Código de Conduta e Ética do grupo AdP.

Todas e cada uma das atividades principais da empresa serão desenvolvidas em condições de total respeito pelo ambiente e pela qualidade de vida das populações atuais e das gerações vindouras, com especial ênfase na preocupação pela garantia das melhores condições de trabalho dos colaboradores e da qualidade do serviço prestado, procurando, simultaneamente:

- Promover ações de melhoria contínua da atividade, em todas as áreas de intervenção da empresa, a fim de assegurar que a Águas Públicas do Alentejo, S.A. seja reconhecida como uma empresa segura, saudável e transparente em todas as suas áreas de atividade e influência, e promover o bem-estar e satisfação dos colaboradores da empresa em todos os aspetos pessoais, profissionais e humanos e, ainda, garantir a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento das normas ambientais, laborais, sociais e fiscais em vigor;
- Responder às exigências dos acionistas da empresa, assegurando o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade económica e financeira, de acordo com os requisitos do Contrato de Parceria, quer pelo melhor desempenho das competências atuais quer pela expansão geográfica.

2. Enquadramento Macroeconómico

Global

A economia mundial sofreu, em 2011, da confluência de dois desenvolvimentos adversos, corporizados na lenta recuperação económica das economias mais avançadas e na elevada incerteza fiscal e financeira. No período 2010-2011 evoluiu para uma crise das dívidas soberanas, que atingiu de modo especial a Zona Euro, gerando a atual "crise sistémica".

União Europeia

A economia da União Europeia registou novamente um crescimento insignificante (pouco mais de 1% em 2011), mantendo a tendência para a diminuição da procura interna e um enfraquecimento da confiança e agravamento das condições de financiamento em resultado do aumento da incerteza relacionada com a crise das dívidas soberanas e das revisões em baixa da procura externa. Este contexto de incerteza elevada, ampliado pela crescente crise de *deficits* excessivos das contas públicas de uma grande maioria dos países da Zona Euro, deu origem a riscos descendentes substanciais quanto às perspetivas económicas para a área do euro. Os riscos descendentes estão associados, em especial, a uma nova intensificação das tensões nos mercados financeiros da área do euro e ao seu potencial de repercussão na economia real.

Portugal

Em Portugal, o ano de 2011 fica marcado pelo pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. A evolução económica portuguesa em 2011 está, assim, fortemente limitada pelo processo de ajustamento macroeconómico no contexto do programa de assistência económica e financeira internacional, apontando todas as projeções para uma forte contração da economia portuguesa em 2011 e em 2012 e para uma provável estagnação em 2013. Esta retração traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada, uma redução significativa do investimento, em particular o público, e um acesso cada mais difícil ao financiamento bancário, acompanhada por um importante crescimento das exportações.

3. Enquadramento do Setor

Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

O setor dos serviços de águas vem registando nos últimos anos uma muito expressiva e importante evolução, salientada por diferentes entidades e evidenciada nos mais variados indicadores, dos quais merecem especial destaque os relativos à percentagem de água distribuída sujeita a controlo, à boa qualidade da água para consumo humano, ao aumento dos índices de cobertura de serviços com sistemas públicos e de tratamento de águas residuais urbanas, assim como à melhoria da capacidade de resposta aos períodos de menor pluviosidade, garantindo-se uma maior autonomia dos sistemas através de um aumento dos volumes estratégicos de reserva.

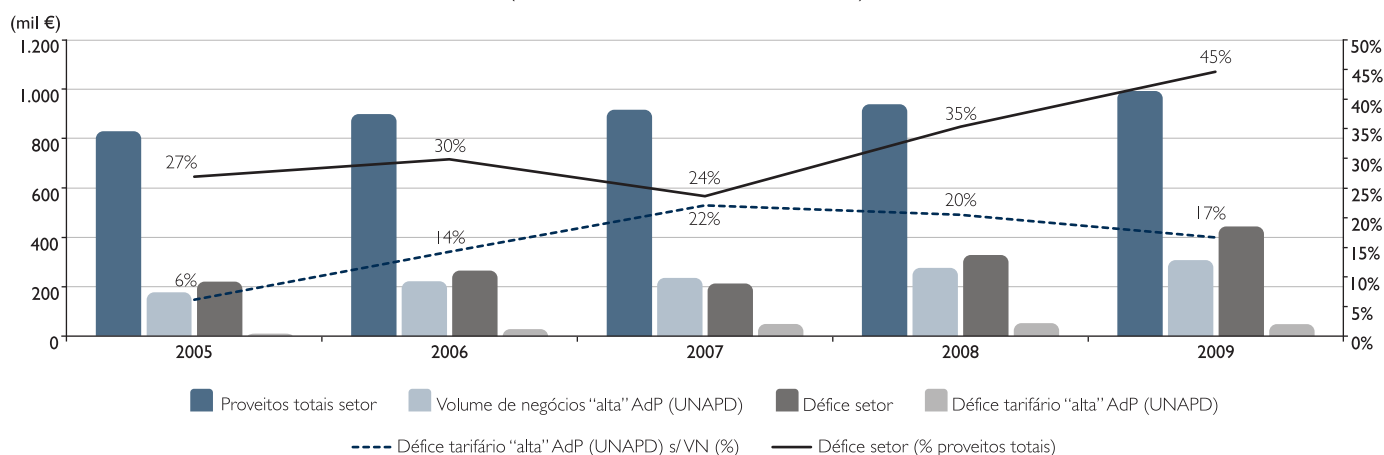
Sem embargo da evolução registada, o contágio da crise dos mercados financeiros para a dívida soberana dos Estados, com repercussões cada vez mais acentuadas e afetando com especial acuidade o país no decorrer de 2011, teve naturalmente consequências gravosas no setor de águas, em particular no capítulo relativo ao investimento.

Esta crise obrigou a repensar os planos de investimentos desenhados, inclusivamente aqueles que dispunham de apoio comunitário assegurado, uma vez que foi fortemente limitada a capacidade de subsídio e de financiamento junto do setor financeiro.

Este facto contribuiu fortemente para o agravamento de um conjunto de dificuldades estruturais há muito diagnosticadas no setor; em particular as da sustentabilidade económica e financeira dos operadores, medido pelo acumular do défice tarifário, conforme ilustrado no gráfico¹. Este agravamento contribuiu em grande medida para o acentuado crescimento que se vem verificando das dívidas dos utilizadores pelo serviço prestado.

Evolução do volume de negócios e défice nos serviços de águas do Continente

(Fonte: Relatórios INSAAR e AdP)



Este contexto desfavorável veio assim tornar incontornável e ainda mais premente a necessidade de dar continuidade à consolidação do setor, cuja importância e imprescindibilidade já se encontrava espelhada no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II)⁽²⁾.

O reconhecimento dessa necessidade de consolidação e, em geral, de uma resposta mais abrangente e integrada, em escala e em âmbito, às exigências acrescidas do setor, pode medir-se pelo enorme esforço de infraestruturização realizado no nosso país nos últimos quinze anos, em particular pelo grupo AdP, com poucos paralelos a nível internacional.

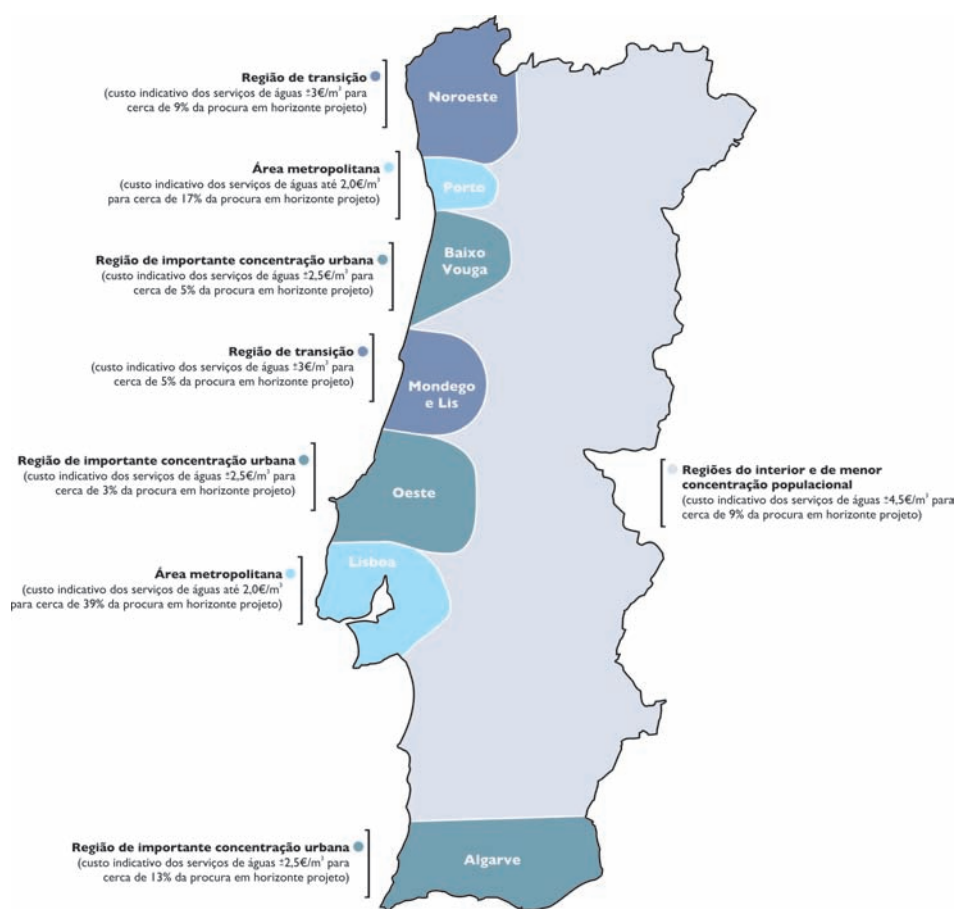
A vantagem de uma maior integração, releve-se, foi de algum modo antecipada por um grupo muito alargado de municípios e pelo grupo AdP que, aquando do lançamento dos sistemas multimunicipais em várias regiões do país, celebraram protocolos para a integração dos respetivos sistemas municipais. Este espírito de colaboração entre municípios e AdP, posteriormente reforçado em várias ocasiões, a par do desenvolvimento de vários projetos e iniciativas relevantes no setor e de sinais de uma maior perceção por parte dos diversos intervenientes dos custos reais associados aos serviços, reforçam a nossa convicção quanto à existência de condições para se evoluir e ultrapassar os atuais e acentuados constrangimentos.

Papel importante tem sido igualmente desempenhado por diferentes entidades na realização de vários estudos, verificando-se uma assinalável convergência em aspetos importantes e contribuindo para fundamentar soluções para a consolidação do setor. Neste domínio também o grupo AdP procurou mais uma vez estar à altura das suas importantes responsabilidades, tendo os estudos por si promovidos concluído, no essencial, que:

¹ A análise do presente gráfico deve atender que os valores apresentados não são totalmente comparáveis, particularmente na vertente do défice. Tal resulta das diferenças em termos de fiabilidade dos processos de apuramento e serviço associado, como das rubricas que concorrem para o cômputo dos gastos (custos), que no caso das entidades do grupo AdP integra ainda encargos de capital – alheio e próprio - e fiscais sobre resultados, assim como são objeto de um amplo escrutínio. O volume de negócios relativo às entidades gestoras de sistemas em "alta" do grupo AdP não inclui o fornecimento de água em "alta" pela EPAL.

² Com Despacho de Aprovação publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de fevereiro de 2007.

- a) O gasto médio nacional com os serviços de águas junto do utilizador final, num cenário de otimização, pode situar-se num valor na ordem dos 2,7 €/m³ de água faturada (preços de 2008) o que, em termos de acessibilidade económica das populações, significa que pode ser perseguido, numa perspetiva macro, o objetivo de implementação do princípio do utilizador-pagador, e assim a autonomização financeira do setor através das tarifas.
- b) As expressões dos desequilíbrios na ocupação do território, aliadas a outros fatores, materializam-se no apuramento de gastos até 2,0 €/m³ no caso das áreas metropolitanas e de cerca de 4,5 €/m³ no caso de regiões do interior; já em cenários de otimização e com a adesão dos municípios de maior dimensão. Estes valores sugerem que a perseguição do objetivo de aplicação do princípio do utilizador-pagador seja mais viável quando aplicado ao todo o nacional, e não individualmente em cada uma das regiões, o que torna inevitável a implementação de um mecanismo de compensação.



Outros estudos conhecidos apontam para que:

- A escala mínima eficiente das entidades gestoras de sistemas municipais encontra-se avaliada para Portugal, entre os 90.000 e os 140.000 habitantes residentes;
- A captação de ganhos em sistemas dispersos, como os que servem as regiões de menor densidade populacional, passa pela verticalização e pela integração territorial, isto é, combinar uma atuação integrada “alta” e “baixa” com uma agregação territorial superior; e englobando todo o ciclo urbano da água. Já no caso dos sistemas mais concentrados, como os que servem as grandes áreas metropolitanas, a atuação não verticalizada permite captar o essencial dos ganhos de eficiência e eficácia, porquanto a otimização se concentra em torno da infraestrutura e não em termos territoriais ou da gestão verticalizada.

No que respeita à aposta no melhor desempenho em termos de eficiência e de eficácia, objeto de grande e continuado esforço nos sistemas em “alta” e também em múltiplos sistemas municipais, a existência de um maior conhecimento e convergência técnica quanto ao sentido de atuação, a par de soluções merecedoras de um consenso alargado, permite equacionar um alargamento desse esforço a um universo crescente de sistemas, bem como uma melhoria na articulação “alta” - “baixa”.

Assim, parece consensual que, para além do necessário ajustamento tarifário, os grandes princípios que presidiram à estruturação dos sistemas multimunicipais em 1993 se mantêm válidos, nomeadamente no que respeita à aposta em entidades gestoras com uma escala adequada, dotadas de uma gestão empresarial e beneficiando de meios técnicos especializados e competentes.

Neste domínio o ano de 2011 registou importantes progressos que importa dinamizar, dos quais relevamos:

- As iniciativas de promoção de entidades gestoras de sistemas municipais com uma escala relevante, quer por parte da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, quer as promovidas pelos municípios com o grupo AdP nas regiões do Noroeste, Mondego e Lis, Oeste e Algarve, que reforçam iniciativas anteriores mais recentes no mesmo sentido como a Águas do Ribatejo, Águas da Região de Aveiro e Águas Públicas do Alentejo, assim como a Águas do Noroeste, resultante da fusão de três anteriores entidades gestoras de sistemas multimunicipais.
- A importante tomada de posição no seio da Associação Nacional de Municípios Portugueses em torno da implementação de um mecanismo de compensação e solidariedade no setor.
- As iniciativas da ERSAR ao nível dos tarifários dos serviços de águas.

Aspetos específicos

Ferramenta essencial para a operacionalização desta estratégia é o Eixo referente à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), que dispõe de recursos financeiros limitados mas essenciais para a concretização dos objetivos traçados para o setor.

O Fundo de Coesão disponível no Eixo do POVT relativo ao Abastecimento de Água e Saneamento tem-se revelado indispensável para apoio aos investimentos em curso respeitantes aos sistemas multimunicipais, intermunicipais e municipais, e que foram inicialmente avaliados em mais de 3.800 milhões de euros, no período 2008 - 2015. O facto da adesão dos promotores - em termos de candidaturas apresentadas - ter superado largamente a oferta financeira disponível comprova a importância da participação comunitária para a infraestruturação do setor e para a sua sustentabilidade.

De referir ainda que face às condicionalidades que se colocam à execução dos investimentos, afiguram-se necessárias reprogramações de grande parte das candidaturas por forma a adaptar a programação à nova realidade e a uma diminuição das necessidades de participação nacional perante as dificuldades na obtenção de outros financiamentos.

No que respeita ao forte constrangimento, já apontado acima, na realização dos investimentos por parte das empresas do grupo AdP no ano 2011, há que referir a conjugação de diferentes efeitos:

- a) O Despacho n.º 155/2011, de 28 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças, emanado no âmbito do largo espectro de medidas de emergência adotadas para fazer face à crise económica e financeira, veio clarificar o conteúdo de orientações anteriores, ao atribuir um primado exclusivo ao cumprimento dos limites de endividamento do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013 a partir de 2011, deixando de introduzir qualquer nuance a propósito dos investimentos com financiamento comunitário.

Para dar cumprimento a esta determinação houve que realizar um significativo aprofundamento do trabalho realizado no ano de 2010, promovendo a elaboração de novos planos de investimento em todas as empresas do Grupo para que os citados limites de endividamento fossem cumpridos em termos consolidados. Esses planos traduzem o adiamento de um conjunto muito significativo de investimentos para data subsequente ao período de vigência do PEC.

- b) O mesmo despacho estabeleceu a obrigatoriedade de que todos os investimentos a iniciar no período do PEC, de valor superior a 5% do capital social, fossem submetidos à aprovação dos acionistas em Assembleia-Geral. Por este motivo, entre outros, foram realizadas Assembleias-Gerais extraordinárias em todas as empresas do Grupo, na segunda quinzena do mês de julho, nas quais foram aprovadas as listas de investimentos respetivas.

Foi também estabelecido que estas mesmas listas de investimentos careciam igualmente de aprovação simultânea dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pelo Ambiente. No final de 2011 não existia ainda nenhum investimento aprovado, o que significou um importante protelamento a adicionar àquele que os novos planos de investimento tinham já implicado.

c) Para além dos adiamentos referidos, resultantes do enquadramento institucional e legal, também o contexto no que toca à restrição no acesso ao crédito bancário, que é do conhecimento geral, se revelou determinante como fator limitativo ao normal desenvolvimento dos trabalhos. A este enquadramento há ainda que acrescentar as crescidas dificuldades de tesouraria resultantes do aumento de prazo médio de pagamento por parte dos clientes das empresas, tornando especialmente complexo o financiamento do investimento.

Merece também especial referência, ainda no âmbito do Despacho do Ministro de Estado e das Finanças n.º 155/2011, de 28 de abril, o estabelecimento, no seu ponto 4, da obrigatoriedade de todas as empresas do Setor Empresarial do Estado fixarem a despesa máxima anual de gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos em 85% do valor registado em 2009. Esta limitação condicionou, durante 2011, toda a atividade das empresas, obrigando a um esforço extremo de contenção de custos, sem pôr em causa a continuidade e qualidade do serviço prestado.

Há que enfatizar a dificuldade que se verificou em pôr em prática esta medida pois, apesar de em 2011 estar em vigor a redução de cerca de 5% da massa salarial prevista no PEC e generalizada à Administração Pública e ao Setor Empresarial do Estado, houve que assegurar uma grande margem de redução para além disso em empresas dimensionadas com moderação e onde a contenção de custos foi sempre um objetivo fundamental.

4. Regulação

A Águas Públicas do Alentejo, S.A exerce atividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Estas atividades são desenvolvidas num enquadramento de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental.

A atividade da Águas Públicas do Alentejo, S.A é regulada e desenvolvida em regime de parceria e de gestão, desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de parceria e de gestão celebrados entre o Estado e Câmaras Municipais, e segue as recomendações aplicáveis emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Durante o ano de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, os poderes e âmbito de atuação da ERSAR foram reforçados e alargados aos serviços prestados ao utilizador final (serviços em “baixa”). O novo estatuto da ERSAR cria as condições para reduzir as distorções de mercado existentes decorrentes do facto de serem praticados tarifários ao utilizador final que não estão otimizados, uma vez que estes tarifários passarão a poder ser escrutinados pelo Regulador.

Neste âmbito, a ERSAR emitiu em 2009 uma recomendação quanto à formação de tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária), que veio a ser complementada em 2010 com uma proposta de Recomendação que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de custos e construção dos tarifários.

Espera-se que estas duas recomendações venham a permitir criar tarifários mais eficientes e que potenciem uma maior e mais adequada forma de recuperação dos encargos associados à provisão dos serviços em “baixa”, contribuindo para a maior sustentabilidade do setor; para a eliminação das significativas distorções nos tarifários de “baixa” que ainda se verificam, como, por exemplo, a inexistência de tarifários de “baixa” para serviços de saneamento e resíduos em muitos municípios já servidos por sistemas em “alta” com elevado desempenho.

Regulação Económica

De acordo com o disposto no contrato de gestão, a EGP exerce ciclos regulatórios quinquenais tendo-se o primeiro iniciado em 2009 com a assinatura do referido contrato onde é apresentado e aprovado o documento Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (EVEF).

Em cada ciclo, a empresa gestora da parceria deve enviar para aprovação à Comissão da Parceria os planos de atividade, de investimento e financeiros, e as tarifas a praticar.

A empresa deve ainda dar conhecimento à Comissão, para eventual pronúncia, dos projetos de construção das infraestruturas do Sistema, orçamentos anuais de exploração, de investimento e financeiros e relatório & contas de cada exercício, auditados por entidade independentes.

De acordo com o modelo regulatório vigente (custo de serviço) e nos termos dos contratos de gestão podem gerar-se diferenças entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios de recuperação de custos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os proveitos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária, quando os proveitos gerados são superiores aos necessários.

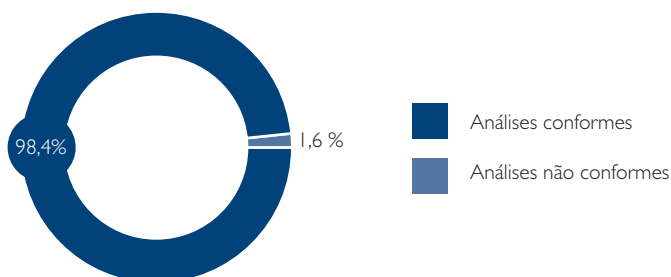
O contrato de gestão prevê ainda a distribuição dos ganhos de produtividade contratuais, ou seja, os montantes que se encontram capitalizados no Capital Próprio das Entidades Gestoras serão repartidos entre os Acionistas e utilizadores (através das tarifas futuras).

Em 2011, com base na experiência acumulada desde 2004, a ERSAR reformulou os indicadores que utiliza para proceder à avaliação da qualidade de serviço prestado.

Qualidade da Água para Consumo Humano e Regulação da Qualidade de Serviço

A atuação da ERSAR compreende a monitorização da qualidade de serviço, através de um conjunto de indicadores, e a qualidade da água para consumo humano, uma vez que é a autoridade nacional competente nesta matéria.

Qualidade da Água Fornecida
(2011)



5. Análise Económica e Financeira

O exercício de 2011 foi encerrado com um resultado líquido positivo de € 68.000,16 cuja decomposição se evidencia nos quadros que se seguem, referentes a rendimentos, gastos e resultados.

Rendimentos

No exercício de 2011 o volume de negócios da empresa atingiu o valor € 8.659.766 correspondente ao somatório do valor registado em venda de água que corresponde a € 9.532.542 e ao registo de desvios tarifários a recuperar no segundo quinquénio tarifário. No exercício de 2011 foi registado um *superavit* no valor de € 872.776, conforme se pode observar no quadro seguinte.

Rendimentos

	2011	2010	2009
Vendas	9.532.542	3.110.528	0
Prestações de serviços	0	0	0
Desvios tarifários	(872.776)	621.433	61.227
Volume de negócios	8.659.766	3.731.961	61.227
Subsídios ao investimento	1.013.310		
Outros rendimentos e ganhos operacionais	134.004	69.000	0
Total outros rendimentos operacionais	1.147.314	69.000	122.454
Rendimentos financeiros	246.853	8.993	0
Total rendimentos financeiros	246.853	8.993	122.454
Total de rendimentos	10.053.934	3.809.954	306.135

Gastos

No exercício de 2011 os gastos atingiram o valor € 9.957.989 conforme se pode observar no quadro seguinte.

Gastos

	2011	2010	2009
Custo das vendas/variação dos inventários	(602.330)	(338.421)	0
Fornecimentos e serviços externos	(5.286.963)	(2.109.496)	(53.021)
Gastos com pessoal	(2.122.248)	(819.712)	0
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(1.506.124)	(382.587)	(2.763)
Provisões e reversões do exercício	0	0	0
Ajustamentos Inv. Futuro	0	0	0
Outros gastos e perdas operacionais	(26.020)	(11.663)	(2.390)
Total de gastos operacionais	(9.543.685)	(3.661.878)	(58.173)
Gastos financeiros	(414.304)	(73.945)	(56)
Total de gastos financeiros	(414.304)	(73.945)	(56)
Total de gastos	(9.957.989)	(3.735.824)	(58.229)

Resultados

O resultado líquido do exercício apresenta no exercício de 2011 o valor de € 68.000,16 conforme abaixo apresentado.

Apuramento do Resultado

	2011	2010	2009
Resultado operacional	263.395	139.083	3.054
Resultado financeiro	(167.451)	(64.953)	(56)
Resultado antes de impostos	95.945	74.131	2.997
Imposto do exercício	(202.073)	(8.523)	(420)
Imposto diferido	174.128	(39.915)	0
Resultado líquido do exercício	68.000	25.693	2.578

Outras informações do ativo e do passivo

Outras Informações

	2011	2010	2009
Investimento	4.123.185	5.027.644	0
Dívida de clientes	8.295.625	2.218.549	0
Outros ativos correntes	6.111.903	513.409	351.501
Estado e outros entes públicos (ativo)	1.789.899	756.655	0
Caixa e seus equivalentes	597.504	604.251	145.393
Dívidas a fornecedores	(4.631.706)	(2.531.011)	(8.525)
Estado e outros entes públicos (passivo)	(314.806)	(124.630)	(1.020)
Empréstimos bancários	(17.050.627)	(7.000.147)	0
Imposto do exercício	(195.052)	(8.523)	(420)

Prazo médio de recebimentos dos utilizadores relativos ao serviço público prestado

PMR

	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
PMR 2009	0	0	0	0
PMR 2010	0	0	91	104
PMR 2011	172	167	178	197

PMP

	2011	2010	2009
Prazo médio de recebimento	197	104	0

6. Atividade Operacional

Atividade Operacional

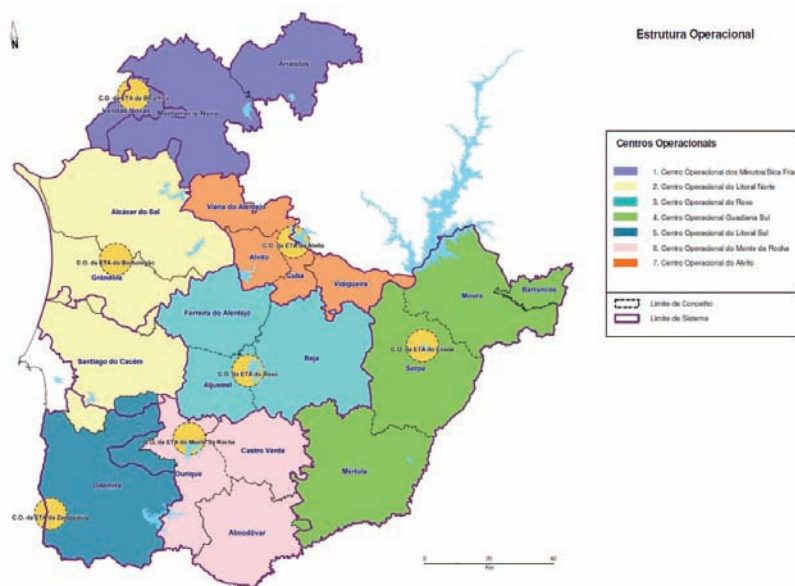
Operação

1.1 Descrição do sistema

Durante o ano de 2011 deu-se continuidade à integração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais dos municípios que constituem a parceria, sendo que no final do ano estavam a ser operados 18 dos 21 sistemas previstos.

Os sistemas em operação até ao final de 2011 foram agrupados em seis centros operacionais:

- **Centro operacional de Alvito:** Alvito; Cuba; Viana do Alentejo e Vidigueira;
- **Centro operacional do Guadiana Sul:** Barrancos; Mértola; Moura e Serpa;
- **Centro operacional do Roxo:** Aljustrel e Beja;
- **Centro operacional do Monte da Rocha:** Almodôvar; Castro Verde e Ourique;
- **Centro operacional do Litoral Sul:** Odemira;
- **Centro operacional do Litoral Norte:** Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém, e
- **Centro operacional da Bica Fria:** Vendas Novas.



Para além dos sistemas que constituem a parceria, a AgdA forneceu ainda água ao município de Portel, atualmente em vias de integração na Águas do Centro Alentejo, S.A.

A evolução da integração dos sistemas foi a seguinte:

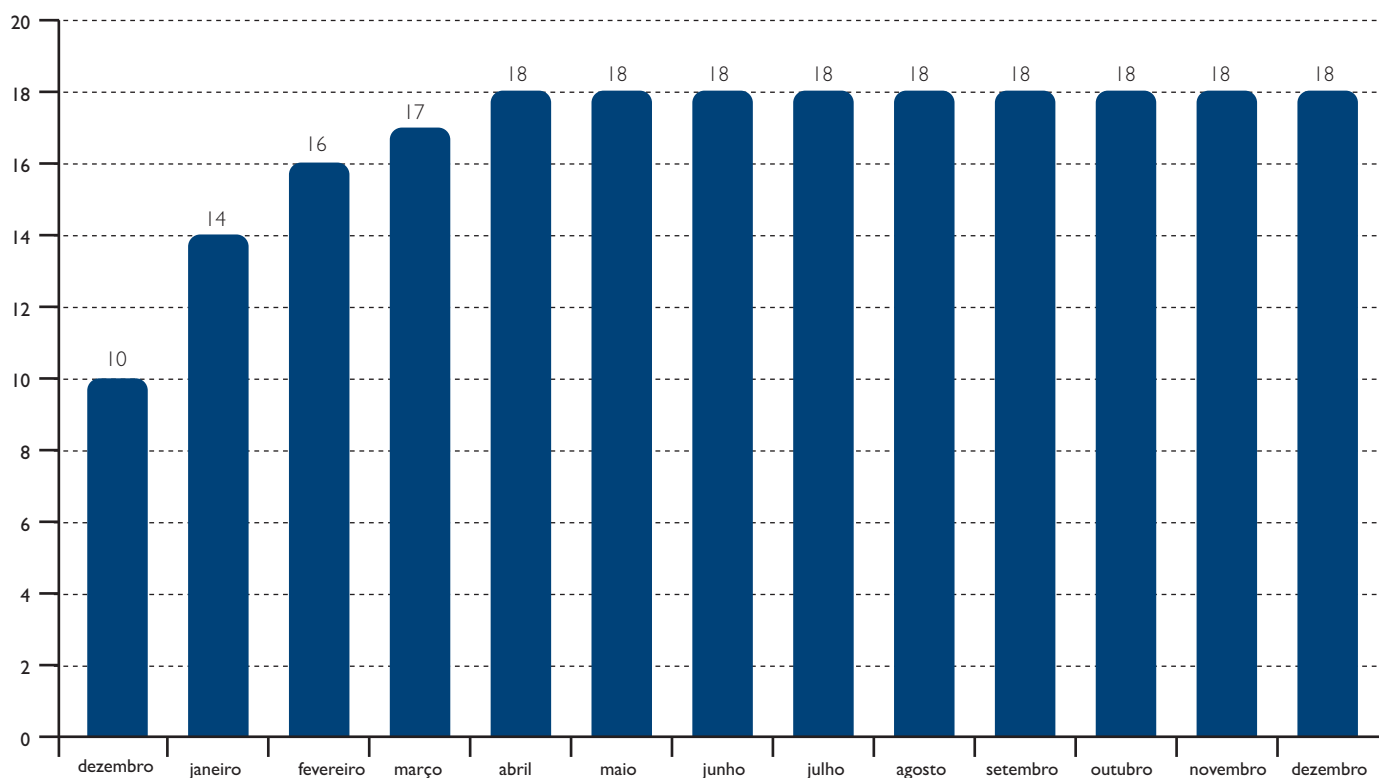


Gráfico 1 – Evolução da integração dos municípios

No que respeita à população servida, no final de 2011 encontravam-se abrangidos pelo sistema da AgdA, 175.060 habitantes na componente água de abastecimento e 145.918 na componente de saneamento de águas residuais.

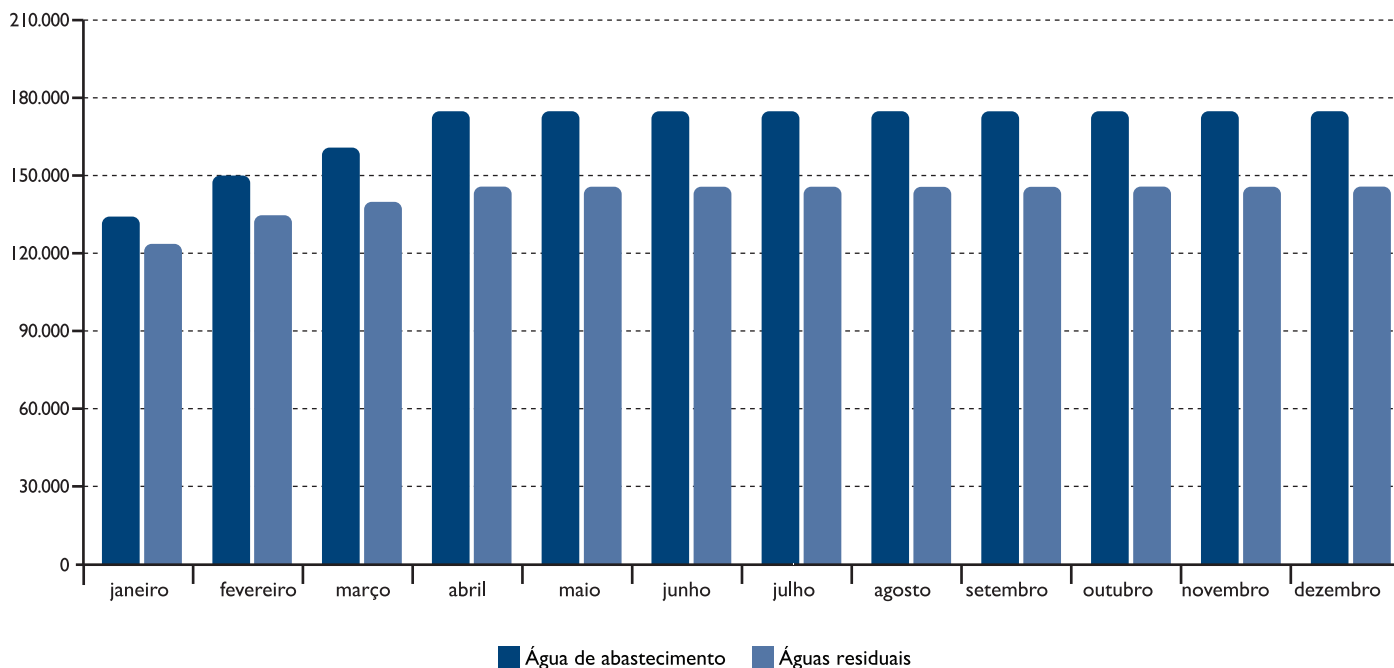


Gráfico 2 – N.º habitantes servidos

Operação e Gestão dos Sistemas

Abastecimento de Água

Para efeitos de produção de água para abastecimento humano foram captados 20.859.489 m³ de água, tendo-se recorrido a origens de água subterrâneas e superficiais, sendo que as primeiras representam a maior parte da água captada.

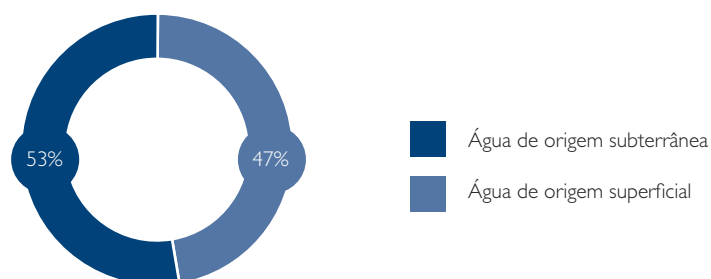


Gráfico 3 – Relação da água captada por origem

Este facto deve-se a existência de sistemas em que a água subterrânea é a única origem utilizada, bem como há necessidade de reforço dos sistemas em que a principal captação é de origem superficial, seja por razões de qualidade como também de necessidade de gestão dos recursos hídricos disponíveis.

Do volume total de água captado foram produzidos nas diferentes instalações de tratamento de água 19.702.026 m³, dos quais foram fornecidos aos sistemas servidos 18.879.343 m³, o que representa um caudal médio diário de 53.978 m³.

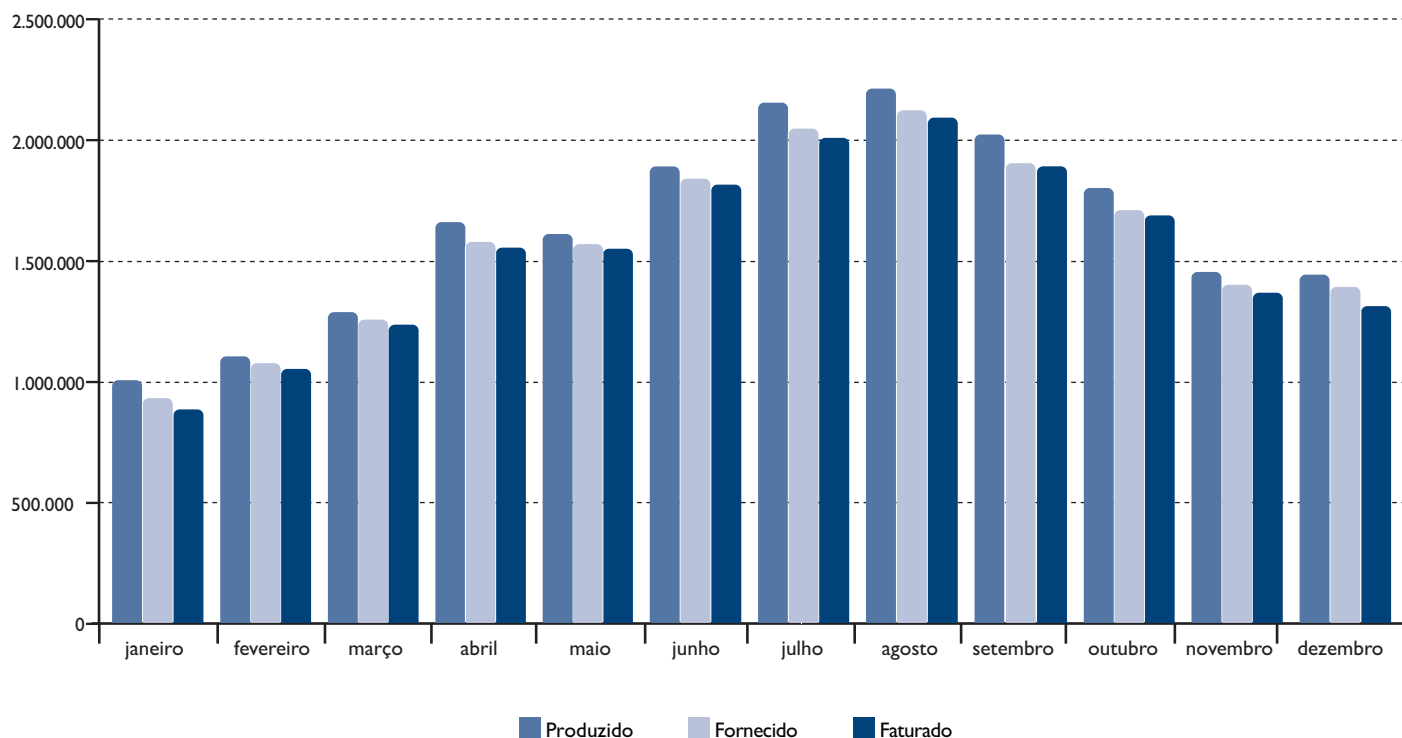


Gráfico 4 – Volume de produzido e fornecido

As perdas ao longo dos sistemas de tratamento foram de 5,5%, sendo que as perdas nos sistemas de adução (relação entre a água produzida e fornecida) se cifraram em 4,2%. Importa realçar que se em termos físicos as perdas de água na adução atingem valores de 4,2%, em termos financeiros (relação entre água produzida e água faturada) estas aumentam para 6,0%, passando para 11,3%, se considerarmos as perdas registadas desde as captações e os pontos de entrega (valores para efeitos de faturação).

No que respeita à comparação entre os volumes de água faturados e o que se encontra definido no orçamento de 2011, para os 18 municípios servidos, constata-se que o valor inscrito no orçamento é globalmente inferior ao valor efetivamente faturado aos municípios.

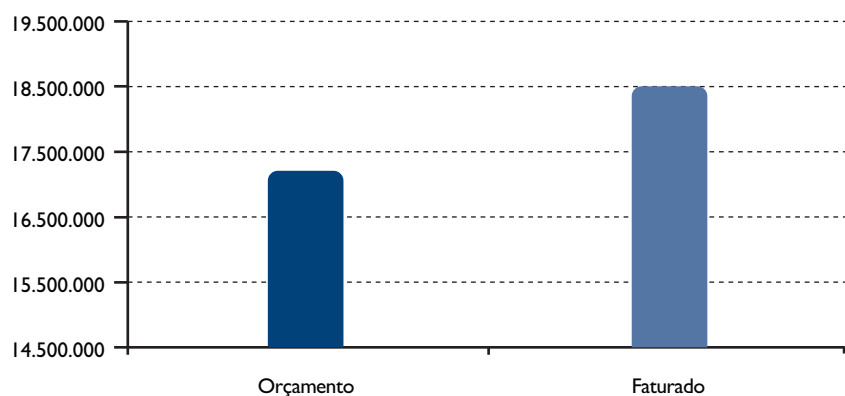


Gráfico 5 – Comparação volume considerado em orçamento e volume faturado

No que respeita à produção de resíduos ao longo dos processos de tratamento, foram produzidos nas ETA, que possuem processos de coagulação/floculação, 359,96 toneladas de lamas de clarificação de água, as quais foram encaminhadas para o Aterro sanitário de resíduos não perigosos.

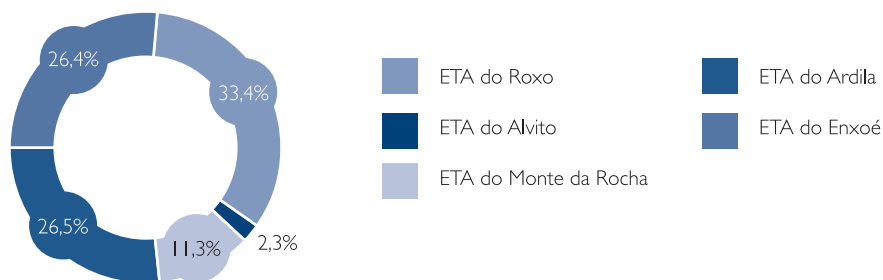


Gráfico 6 – Lamas de clarificação de água produzidas



Para além das lamas de clarificação de água foram ainda produzidos os seguintes resíduos:

	Embalagens compósitas (Ton)	Plásticos (Ton)
ETA do Roxo	0,128	0,280
ETA do Ardila	0,420	-
ETA do Enxoé	2,548	-
Total	4,248	0,280

Controlo operacional

Ao nível do controlo operacional do funcionamento dos sistemas de tratamento foram elaborados planos para cada um dos centros operacionais, tendo os parâmetros a controlar sido definidos em função da origem, da dimensão da população e do histórico de resultados.

Deste modo no âmbito do Plano de Controlo Operacional de cada um dos sistemas foram efetuadas, internamente pelos técnicos da AgdA, 145.345 determinações analíticas.

Intervenções nos sistemas de tratamento

À semelhança do realizado em 2010, com a entrada em operação dos novos sistemas de abastecimento de água foi efetuada uma avaliação exaustiva às condições de funcionamento de cada uma das instalações de tratamento dos centros operacionais, donde se destacam:

- Filtros da ETA da Zambujeira;
- Filtros da ETA do Monte da Rocha;
- Sistemas de tratamento das captações da Ravasca e Horta Velha – Ourique;
- Sistema de abastecimento de Fornalhas Velhas – Odemira.

Na ETA da Zambujeira do Mar a intervenção necessária passou pela reabilitação do fundo falso de um dos dois filtros rápidos de areia, que se encontravam partidos e com a falta de vários ralos de filtração.



Intervenção semelhante foi efetuada nos filtros da ETA do Monte Rocha.



No que respeita às intervenções efetuadas nos sistemas de tratamento das captações da Horta Velha e Ravasca, estas tiveram como objetivo inverter uma situação de qualidade de água que se vinha registando no abastecimento à Vila de Ourique, nomeadamente em relação a incumprimentos de ferro e manganês que levavam à rejeição por parte dos munícipes da água que era colocada à sua disposição. Neste sentido foram instalados dois sistemas de tratamento para remoção de ferro e manganês, tendo-se de imediato obtido uma inversão no que respeita à presença de ferro e manganês na água distribuída à população abrangida pelos sistemas referidos, passando os resultados a cumprir os limites estabelecidos na legislação em vigor.



Para além dos equipamentos instalados nas captações de água da Horta Velha e Ravasca foram ainda instalados equipamentos do mesmo género no concelho de Mértola, nomeadamente em Diogo Martins, Alcaria Ruiva, São Bartolomeu da Via Glória e João Serra.



O investimento total nestes sistemas de tratamento foi de 125.000,00€.

Por forma a solucionar a falta de água durante o período de verão no povoação de Fornalhas Velhas, no concelho de Odemira, foi efetuado um projeto de captação, tratamento e a distribuição de água. Para o efeito foi adquirido ao município de Mértola a Unidade Compacta de Tratamento (UCD), que se encontrava instalada na Mina de São Domingos, que se encontrava fora de serviço.

Esta Unidade Compacta de Tratamento foi reabilitada, tendo sido substituídos os módulos de lamelas do tanque de decantação, substituídas as cubas e doseadoras de reagentes químicos de processo, substituição de válvulas, substituição de meio filtrante e beneficiações hidráulicas e pinturas gerais.

Este sistema de abastecimento tem como origem de água o canal de rega da Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado, o qual alimenta diretamente um reservatório de água bruta com capacidade de 50 m³, sendo a partir deste efetuada a elevação de água para a Unidade de Tratamento através de uma conduta com cerca de 2300 m de comprimento em PEAD DN 110.



Para proteção da UCD, equipamento de bombagem de água tratada e quadros elétricos foi executado um telheiro, pré-fabricado em betão. No que respeita aos equipamentos de bombagem de água bruta estes encontram-se instalados num contentor junto reservatório de água bruta.



Foi ainda construído um reservatório pré-fabricado de 300 m³ de capacidade, para armazenamento de água tratada, de onde se faz a distribuição ao sistema de Fornalhas Velhas.

O investimento total para a concretização deste projeto foi de aproximadamente 400.000,00€.

No decorrer da operação e gestão dos novos sistemas, e à semelhança do já efetuado em 2010, foram instalados 72 equipamentos de telecontrole que permitem em tempo real ter conhecimento da possibilidade de ocorrência de extravasamentos de água e de interrupções de fornecimento de água por perda de nível de água nos reservatórios, melhorando deste modo a qualidade da prestação do serviço prestado aos municípios, investimento total de 229.794,13€.



Por forma a contabilizar o volume de água fornecido aos municípios foram instalados diversos contadores de água nos pontos de entrega.



Saneamento

No que respeita ao saneamento de águas residuais foram recolhidos para efeitos de tratamento 8.714.526 m³, dos quais foram tratados e rejeitados aos meios hídricos recetores 7.752.838 m³.

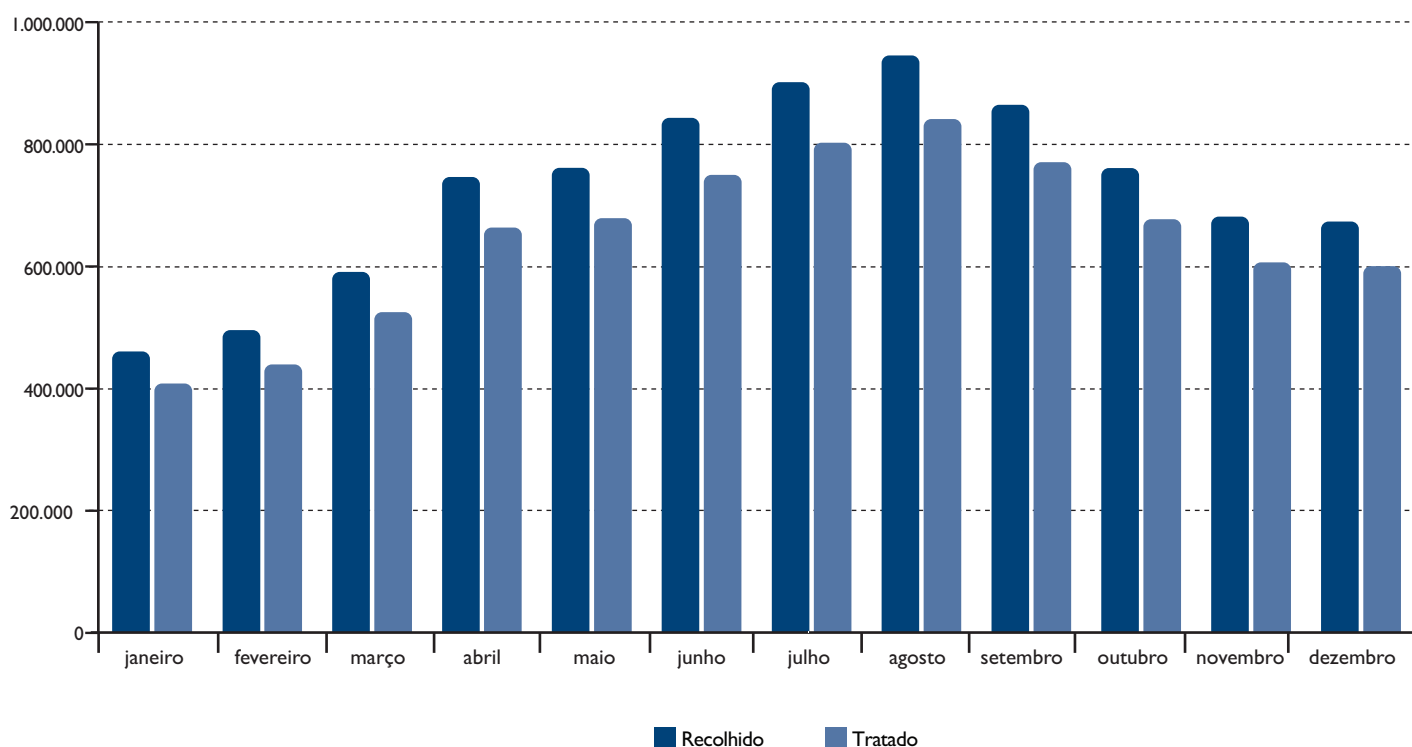
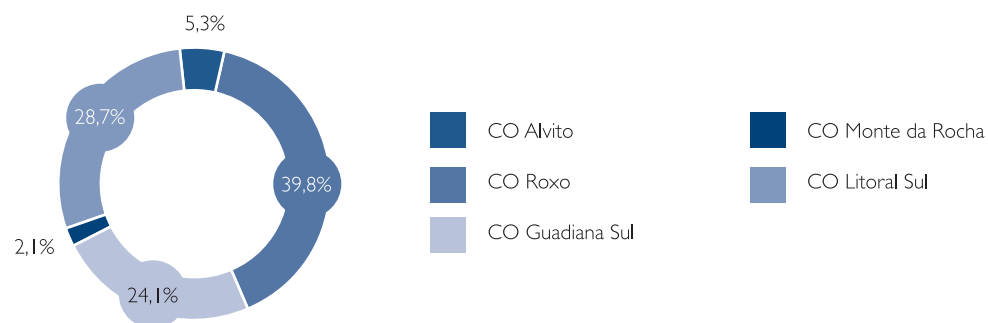


Gráfico 7 – Volume de água residual recolhido e tratado

Durante 2011 foram encaminhados a destino final 435,14 toneladas de lamas.



Para além das lamas, foram ainda produzidos e encaminhado a destino nas ETAR em operação, durante o ano de 2011, os seguintes resíduos:

	Gradados (Ton)	Desarenamento (Ton)
CO Alvito	4,080	
CO Roxo	28,030	4,760
CO Guadiana Sul	1,554	
CO Monte da Rocha	4,857	
CO Litoral Sul	5,660	
Total	58,167	4,760

No que respeita à operação dos sistemas há a registar o início de operação das novas ETAR de Serpa e Vila Nova de São Bento.

ETAR de Serpa



ETAR de Vila Nova de São Bento



Intervenções nos sistemas de tratamento

No que respeita a intervenções levadas a cabo nos sistemas de tratamento há a registar a intervenção de remoção de lamas efetuada na ETAR da Abela (concelho de Santiago do Cacém), tendo para o efeito sido utilizado um sistema de extração e desidratação composto por jangada equipada com grupo elevatório, tanque de espessamento e filtro de banda.



Foi efetuada a recuperação dos leitos de secagem da ETAR de Melides:



No concelho de Odemira foi efetuado o levantamento de estado zero das instalações de tratamento de água residual, tendo no seu seguimento sido identificadas situações que careciam de intervenção imediata, entre as mais importantes:

- Remoção e desidratação de lamas da ETAR de Almogrove;
- Reparação em diversos equipamentos eletromecânicos na ETAR de Odemira;
- Beneficiação do sistema de desidratação de lamas da ETAR da Zambujeira do Mar;
- Esvaziamento e limpeza dos decantadores da ETAR da Zambujeira do Mar;
- Reparação da grelha mecânica da obra de entrada da ETA de São Luis;
- Desmatação e limpeza dos recintos das diversas ETAR.



Infraestruturas

Abastecimento de água

Estudos e projetos

A Águas Públicas do Alentejo, S.A. adjudicou em 2011 prestações de serviços para elaboração dos projetos dos seguintes sistemas:

1. Alentejo Litoral Norte;
2. Santa Clara.

Foram concluídos diversos projeto de execução e iniciados os licenciamentos dos mesmos juntos das entidades responsáveis.

Prestações de serviços

Foram contratadas prestações de serviços para fiscalizações, topografia, geologia e geotécnica com vista a apoiar e incluir nos projetos de execução, assim como, na área de Expropriações e Servidões.

Empreitadas

Foram publicados os anúncios para os procedimentos de empreitadas de:

- Remodelação da ETA do Roxo;
- Remodelação da ETA do Monte da Rocha;
- Conduta ETA do Alvito - Reservatório da Forca
- Reservatório 5 de Vendas Novas;
- Telemida de Ourique, Castro Verde e Almodôvar;
- Telemida de Odemira;
- Abastecimento a Garvão e Panoias.

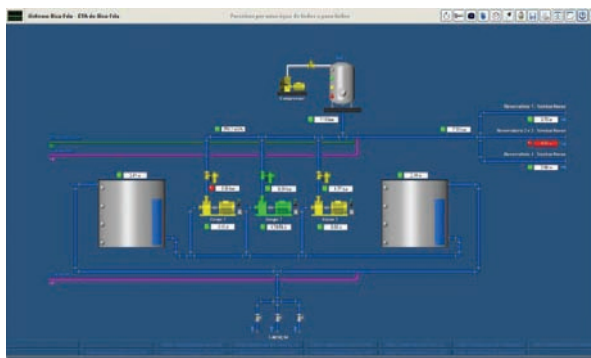
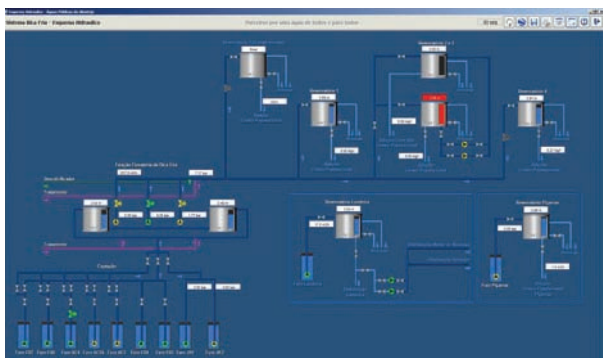
Das empreitadas acima referidas foram adjudicadas:

- Conduta de Moura - Safara;
- Reservatório de Amareleja;
- Conduta de Barrancos - 2ª fase;
- Telemida de Ourique, Castro Verde e Almodôvar;
- Telemida de Odemira.

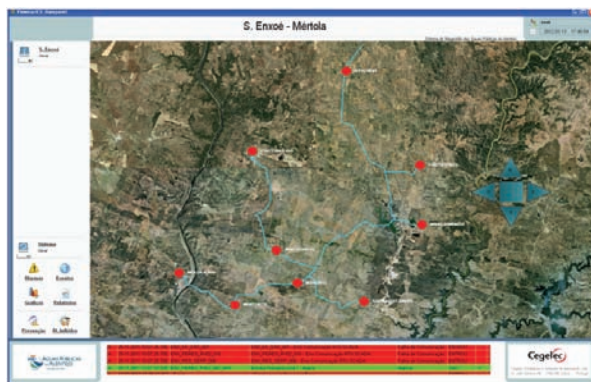
Telegestão dos Subsistemas da Bica Fria e Enxoé

Foram ainda instalados os sistemas de supervisão da Bica Fria e do Enxoé, cujo investimento total foi de 490.918,52€.

Merece um particular destaque, o sistema de supervisão da Bica-Fria representado pelas duas imagens seguintes.



Seguidamente apresenta-se um exemplo do sistema de supervisão do Enxoé.



Saneamento de águas residuais

Estudos e projetos

A Águas Públicas do Alentejo, S.A. adjudicou em 2011 prestações de serviços para elaboração de processos de conceção/construção de diversas ETAR.

Prestações de serviços

Foram contratadas prestações de serviços para fiscalizações, topografia, geologia e geotécnica com vista a apoiar e incluir nos projetos de execução, assim como, na área de Expropriações e Servidões.

Empreitadas

Foram publicados os anúncios para os procedimentos de empreitadas de:

- ETAR de Cercal do Alentejo;
- ETAR de Vendas Novas;
- ETAR de Almodôvar e ETAR de Aljustrel;
- ETAR de Beja;
- ETAR de Castro Verde e ETAR de Ourique;
- ETAR de São Teotónio;
- Beneficiação da ETAR da Póvoa de São Miguel.

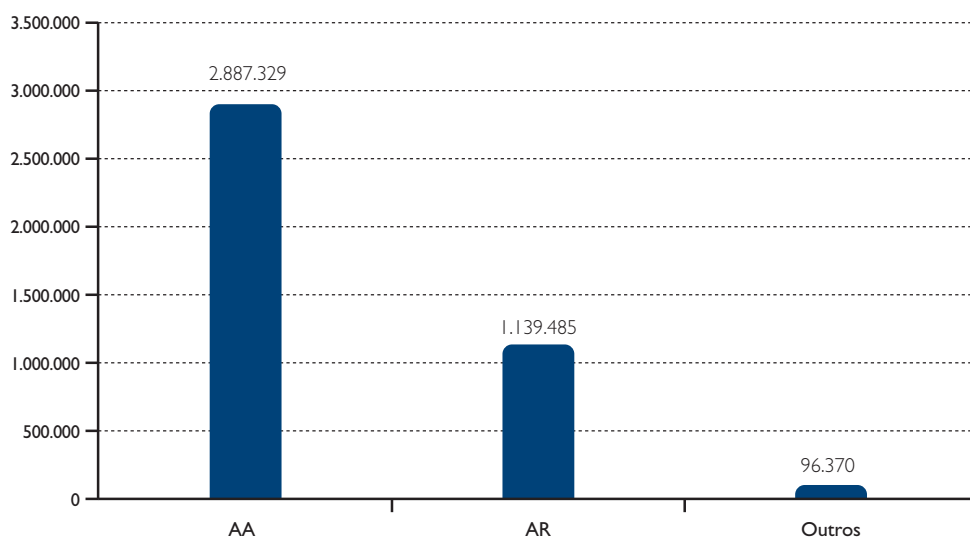
Síntese dos investimentos efetuados

O Investimento total realizado em 2011 foi de € 4.123.184,64 que se repartem pelas áreas de abastecimento e águas residuais e outros de acordo com os gráficos seguintes. O investimento realizado foi de apenas 44% do investimento previsto o que se justifica principalmente pelos seguintes fatores:

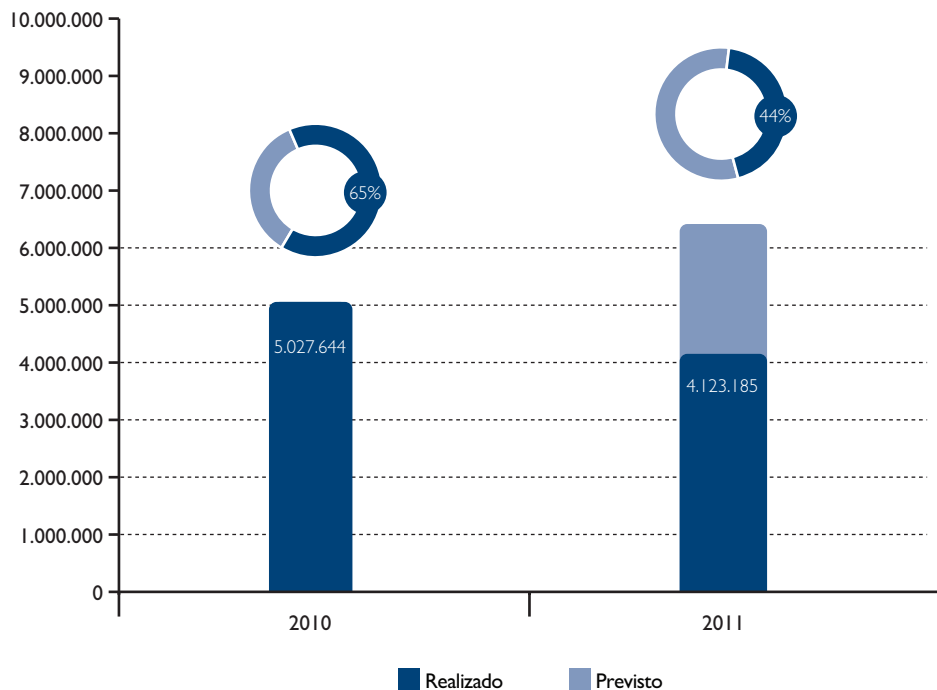
- Data de aprovação da candidatura (contrato datado de novembro de 2011) e consequente atraso da disponibilidade das verbas do fundo de coesão.
- Restrições emanadas através do despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças nº 155/2011 de 28 de abril, no que diz respeito aos investimentos que excedam 5% do capital estatutário ou social.

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição dos investimentos realizados bem como as adjudicações efetuadas sendo de salientar que no mês de agosto foi adjudicada a Empreitada da conduta Moura-Safara.

Investimento Realizado 2011
(euros)



Investimento Previsto/ Realizado (euros)

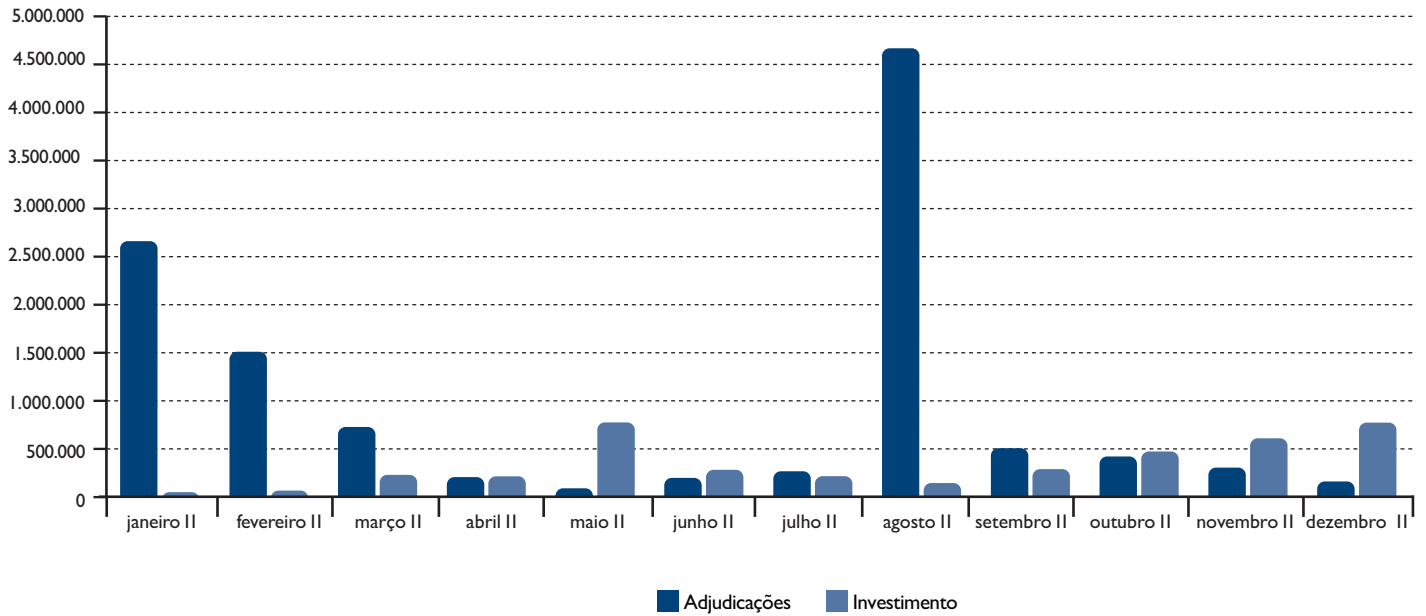


Na distribuição do investimento por tipologia verifica-se que a principal componente, com 78% corresponde a empreitadas seguida de 16% correspondente a estudos e projetos.

Investimento por Tipologia

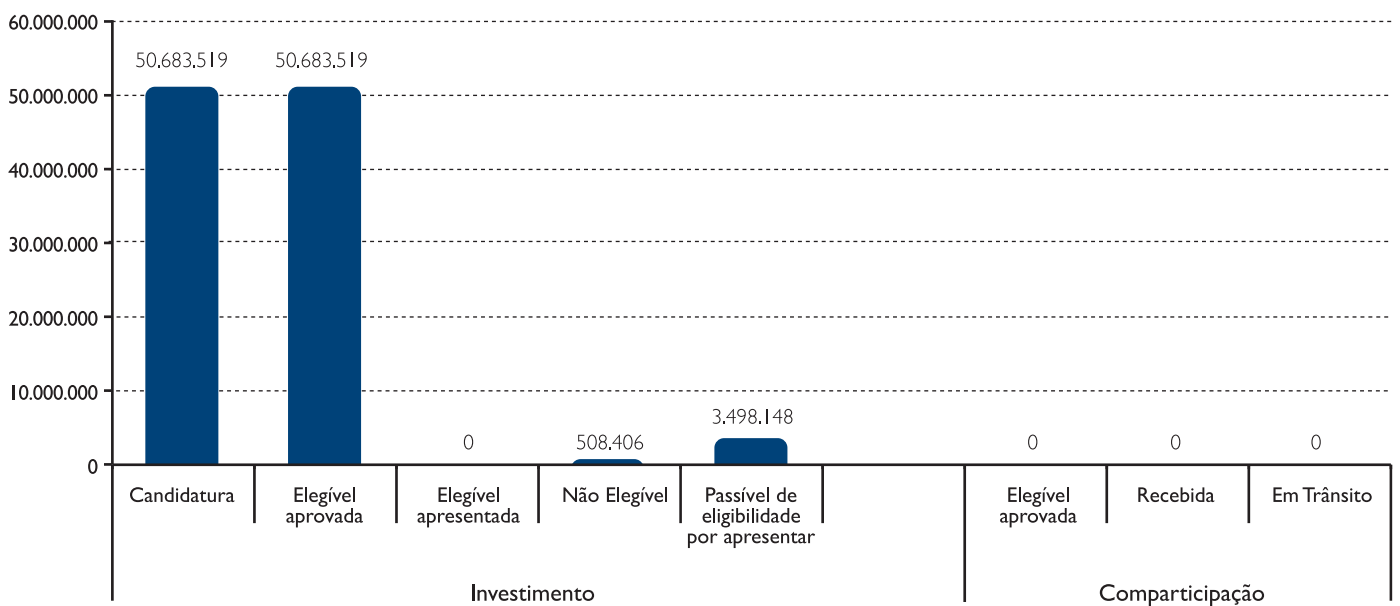


Adjudicações e Investimento 2011 (euros)

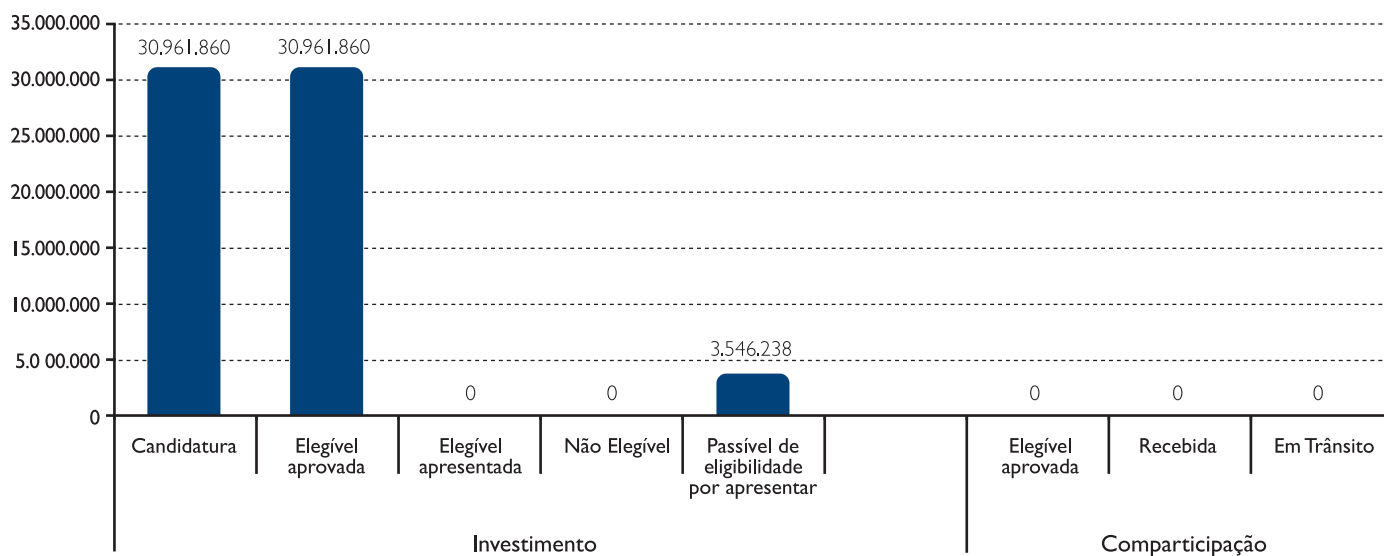


Relativamente aos contratos estabelecidos com o POVT no âmbito do QREN para efeitos de cofinanciamento de empreitadas é de salientar que os mesmos foram assinados em novembro, tendo-se iniciado apenas em dezembro os procedimentos de validação de contratos através dos sistemas de informação do POVT. O investimento passível de elegibilidade foi já referenciado de acordo com os gráficos seguintes.

POVT - AA Iª Fase



POVT - AR 1ª Fase



Manutenção

Durante o exercício de 2011 procedeu-se ao desenvolvimento de um embrião da equipa de manutenção sediada no Centro Operacional do Alvito, destinada a intervir nos Sistemas de Alvito, Roxo e Guadiana Sul.

Desenvolveu-se o plano de implementação do armazém de stock de material para intervenções, tendo-se já iniciado a sua implementação no recinto da ETA do Alvito.

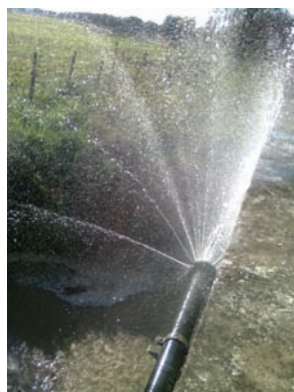
O modelo adotado para a constituição das equipas de manutenção, à semelhança do que acontece na operação, aposta numa descentralização dos serviços face à elevada dispersão territorial do sistema. Considera-se de enorme importância a dinamização destas equipas tendo em vista que a AgdA integrou infraestruturas com um elevado estado de degradação e portando com muito pouca manutenção. Pretende-se assim criar sinergias entre as equipas de operação e manutenção tendo em vista a garantia de abastecimento de água às populações tanto na forma quantitativa como na forma qualitativa.

Manutenção corretiva

Durante o ano de 2011, mesmo ainda sem as equipas constituídas, recorrendo a prestadores de serviço externos, foi sendo prestado todo o apoio na manutenção curativa das infraestruturas designadamente:

Condutas

- Foram asseguradas todas as intervenções de reparação de roturas em condutas no Sistema do Alvito desde setembro 2011.



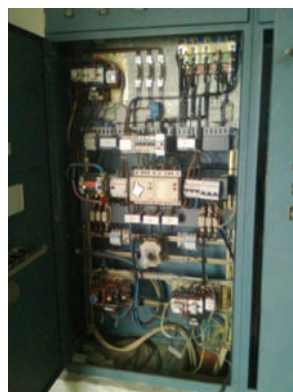
Equipamento eletromecânico

- Reparação dos grupos eletrobomba das captações da Albufeira de Alvito e Monte da Rocha;
- Substituição de várias eletrobombas de captações subterrâneas com particular incidência no Sistema do Monte da Rocha;
- Intervenções nas estações elevatórias da ETA de Alvito, Grândola, Ardila, Almogrove entre outras.



Equipamento elétrico

- Substituição dos quadros elétricos da estação elevatória da ETA do Alvito e da captação da ETA do Ardila;
- Intervenções corretivas em inúmeros outros quadros elétricos;
- Substituição de seis postos de transformação aéreos na sequência de furtos dos existentes;
- Assegurar a funcionalidade da ETA do Monte da Rocha através da utilização de fonte de energia alternativa por grupo eletrogéneo na sequência de falha na distribuição da REN durante 3 dias.



Manutenção preventiva

È de salientar que em muitos dos sistemas as infraestruturas que transitaram para a AgdA se encontravam em muito mau estado de conservação designadamente quadros elétricos, falta de proteções a nível elétrico e hidráulico e rede de terras.

Para minimizar os riscos de avaria dessas infraestruturas iniciou-se um procedimento de revisão a grupos eletrobomba em locais onde a fiabilidade do equipamento é mais exigível. Estas intervenções em 2011 centraram-se em estações elevatórias de zonas balneares do litoral Sul e sedes de concelho designadamente Alcácer do Sal, Grândola e Aljustrel.

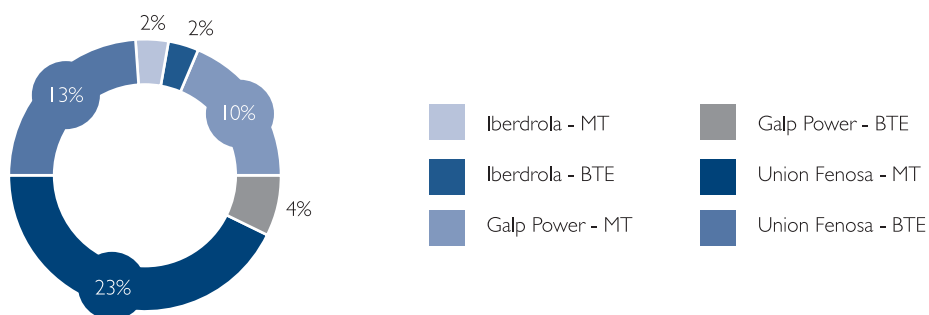


Energia

Em relação à energia promovemos diversas consultas para a transferência dos contratos de consumo de energia dos municípios, num total de 396 instalações, sendo 52 de média tensão, 24 de baixa tensão especial e 320 de baixa tensão normal.

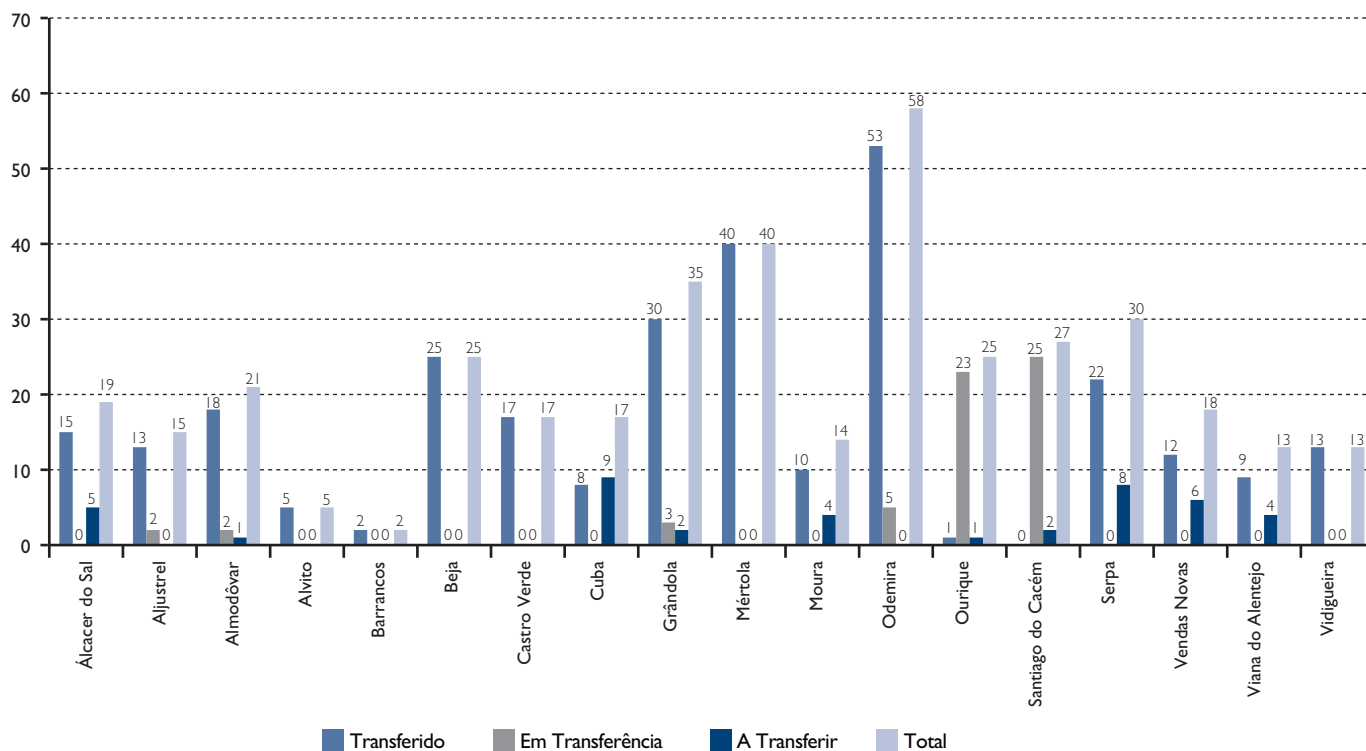
O consumo de energia, em 2011, foi superior a 11 GWh/ano, no entanto, ainda existem algumas instalações em transferência de contratos, pelo que, o valor é superior:

Comercializadores de Energia de MT e BTE Número de Instalações



Seguidamente apresenta-se a o ponto de situação sobre a transferência da titularidade dos contratos da EDP para AgdA:

Transferência por Concelho



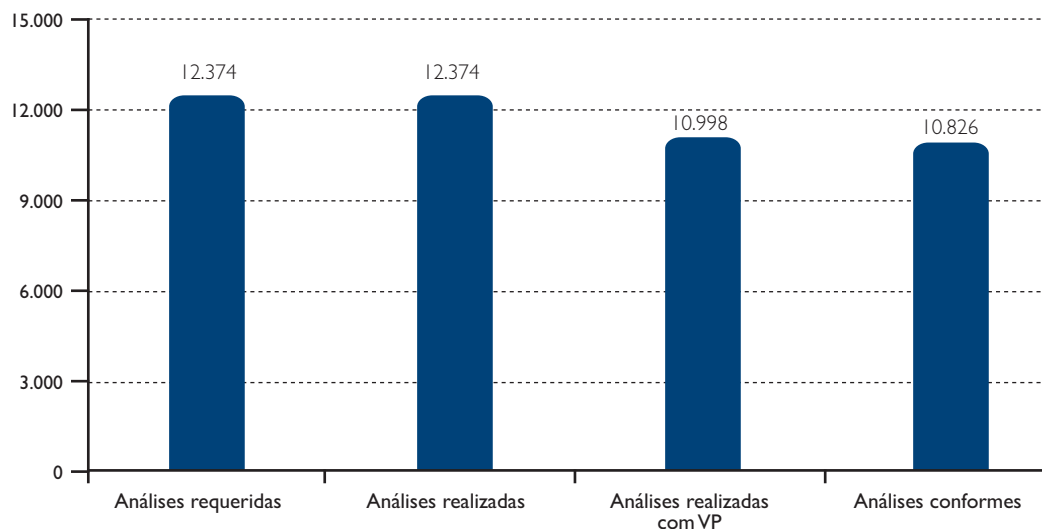
No intuito de minimizar os custos com consumos de energia efetuou-se a análise exaustiva dos consumos horários, por infraestrutura, em cada centro operacional no sentido de se identificarem as situações de consumos elevados associados a horários em que a energia apresenta custos mais elevados (horas de ponta e cheia).

Responsabilidade empresarial

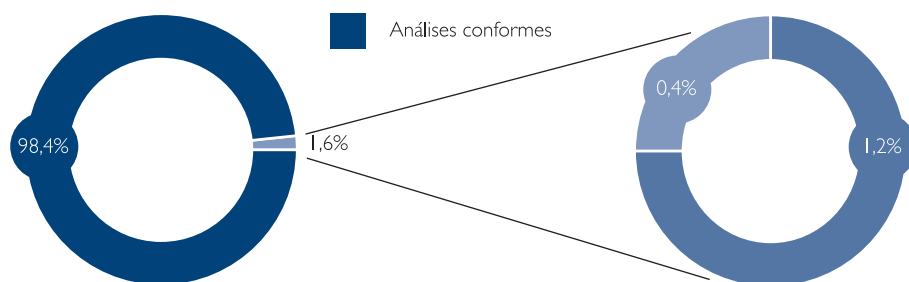
Ciente da necessidade do cumprimento das obrigações legais e ambientais a Águas Públicas do Alentejo deu particular relevância aos processos de licenciamento das instalações integradas em 2011, junto da ARH competente.

Foi igualmente dado cumprimento ao Programa de Controlo de Qualidade da Água de Abastecimento (PCQA) aprovado para 2011 e submetido e aprovado pela ERSAR, o PCQA para 2012.

No âmbito do PCQA de 2011, foram efetuadas 12374 determinações analíticas, tendo-se obtido 10826 análises conformes. A percentagem de análises realizadas, de entre as requeridas e que cumpriram os valores paramétricos foi de 98,4%.



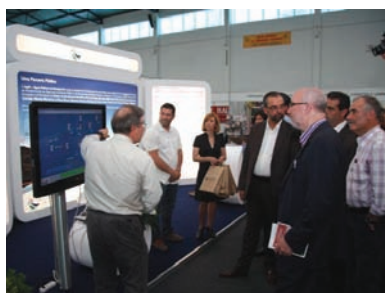
Dos 173 incumprimentos de valor paramétrico, 130 referem-se a parâmetros indicadores e 42 a parâmetros obrigatórios (de acordo com a classificação estabelecida no Decreto-Lei n.º 306/2007, 27 de agosto).



Comunicação, imagem e sensibilização ambiental

Participação em feiras

Participou-se no ano de 2011 em oito feiras dos municípios parceiros: Beja (Ovibeja), Viana do Alentejo (Feira da Sr.ª D'Aires), Aljustrel (Feira do Campo Alentejano), Alcácer do Sal (Feira de outubro), Santiago do Cacém (Santiago), Odemira (FACECO), Grândola (Feira de agosto) e Almodôvar (FACAL). Através da participação nestes eventos e certames a AgdA proporciona uma aproximação aos clientes e população.



Visitas às infraestruturas

No decorrer do ano 2011 a Águas Públicas recebeu nas suas infraestruturas, a visita das seguintes instituições: Escola Superior Agrária de Beja, Instituto Politécnico de Beja, Escola EB2,3 de Ourique, Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Aljustrel, Escola Secundária 3.º Ciclo do ensino Básico de Serpa, Escola Aviador Brito Paes, Jardim de Infância N.º 1 de Beja e o Agrupamento Vertical de Pias, num total de 333 visitantes.

As marcações das visitas obedecem a uma pré inscrição por email, de acordo com o regulamento de visitas às infraestruturas elaborado para o efeito, e um termo de responsabilidade da respetiva entidade. No início das visitas foram distribuídas as regras de segurança e ambiente para visitantes e um folheto informativo da respetiva infraestrutura. Durante as visitas, é feita uma apresentação por um dos técnicos responsáveis do respetivo centro operacional. No final das visitas foram distribuídos materiais informativos e didáticos.



Patrocínios e donativos

Clube Náutico de Mértola

Assinalando o 25.ª aniversário do Clube Náutico de Mértola, data que o clube pretendeu celebrar através da implementação de ações que visaram reforçar e viabilizar os objetivos primários da instituição, nomeadamente por procura de novas parcerias de agentes locais e nacionais, cuja colaboração possibilitasse uma troca de experiências que se traduzissem em benefícios para todas as entidades.

A Águas Públicas do Alentejo, S.A. patrocinou os atletas através da aquisição de equipamentos desportivos, os quais foram apresentados na prova de canoagem "As primeiras Pagaçadas-Fase Zonal-Zona Sul", que decorreu no dia 20-08-2011 pelas 14:00 horas em Mértola.



Centro de acolhimento temporário “A Buganvília”

O Centro de acolhimento trata-se de um centro que acolhe crianças de ambos os sexos até aos 10 anos e em situação de risco social decorrente de abandono, negligência, maus tratos ou outros fatores. O centro passa a ser a casa destas crianças, procurando-se no mais breve espaço de tempo, avaliar e definir os “projetos de vida” que melhor salvaguardem os seus interesses e direitos.

No ano 2011 a AgdA apoiou o Centro através da aquisição de mobiliário para 6 quartos de bebé, entregues ao centro no mês de dezembro.



Ciclo de conferências InovFILDA 2011

O município de Vendas Novas propôs-se a desenvolver um novo e diferenciador modelo organizacional encontrado em conjunto com os seus parceiros estratégicos - o “Ciclo de Conferências InovFILDA – Conferências para a Inovação e o Desenvolvimento Tecnológico”, que decorreu em três momentos principais durante o ano 2011 e focalizados nas potencialidades logísticas e industriais de Vendas Novas, nomeadamente o Montado e a Cortiça, as Áreas de Especialização Industrial do Alentejo, Logística e Parques Empresariais e a Energia e Ambiente.

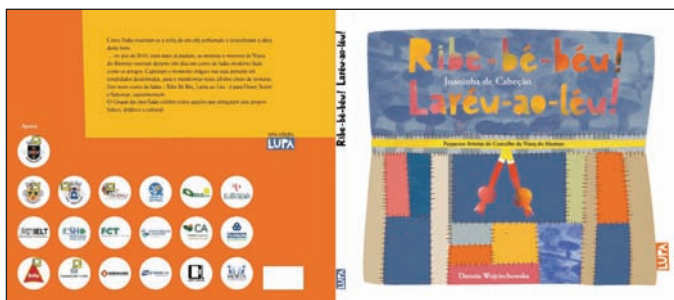
A Águas Públicas do Alentejo, S.A. participou na 1.ª Conferência “Energia e Ambiente” através da apresentação do sistema “SPPIA Alentejo - Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo” que decorreu no dia 23-11-2011.



Edição do livro “Conto Ribe-bé-béu Laréu-ao-léu” de Joaquina Duarte

A Câmara Municipal de Viana do Alentejo, a Biblioteca Escolar do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, a Coleção B-Associação Cultural e a Lupa Design, responsável pela edição em parceria com a Águas Públicas do Alentejo, S.A., patrocinaram a obra com texto de Joaquina Duarte de Cabeção, ilustrações de Danuta Wojciechowska e de pequenos artistas do concelho de Viana do Alentejo.

A viabilização da publicação é o culminar de um projeto de promoção da leitura às crianças do 1.º ciclo tendo a AgdA assumido a compra de 100 exemplares.



Apoio à Seleção Portuguesa de Natação Paralímpica

Neste Natal demos continuidade ao nosso projeto de Responsabilidade Social e cumprimos o protocolo assinado com a FPDD em 2009, tendo em vista a preparação da Seleção Portuguesa de Natação Paralímpica que tem como meta a sua participação nos Jogos Paralímpicos Londres 2012.

No que diz respeito à ação deste Natal, a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. enviou 560 cartões, pelo que o donativo corresponderia a 280 euros. Numa perspetiva de Responsabilidade Social, o donativo entregue este ano foi de €1.000.

Festa de Natal para crianças

A Águas Públicas do Alentejo S.A., celebrou no dia 17 de dezembro de 2011, a 2.ª edição da tradicional festa de natal. A confraternização aconteceu no Centro de Dia o Lidador, em Beja, e reuniu cerca de 21 crianças num lanche. Foram promovidos vários jogos e distribuídos os brinquedos.



Site

No dia 04 de outubro de 2011, a Águas Públicas do Alentejo, S.A. lançou o *website* - www.agda.pt - desenvolvido para dinamizar informações relativas à empresa, visando também aumentar o grau de relacionamento com a comunidade onde se insere, tendo sido construído com funcionalidades e características que permitem uma maior flexibilidade e facilidade na consulta de informação. Até à presente data obtiveram-se 3.739 visitas e 16.430 visualizações por página. As 3.740 visitas tiveram origem em 22 países/territórios, das quais 3606 tiveram origem em Portugal, 53 no Brasil, 13 em França, 11 em Espanha, 9 nos USA, 7 em Moçambique, 6 na Bélgica, 6 no Reino Unido e 4 na Alemanha.



Aniversário da empresa

A propósito do aniversário da empresa a 25 de setembro de 2011, reuniram-se todos os colaboradores da AgdA, no centro operacional do Monte da Rocha com o objetivo de facilitar, estimular e otimizar o convívio entre os colaboradores.

Energia, bom sentido de orientação, força de vontade e capacidade de adaptação a situações novas foram apenas alguns dos pré requisitos desta atividade.



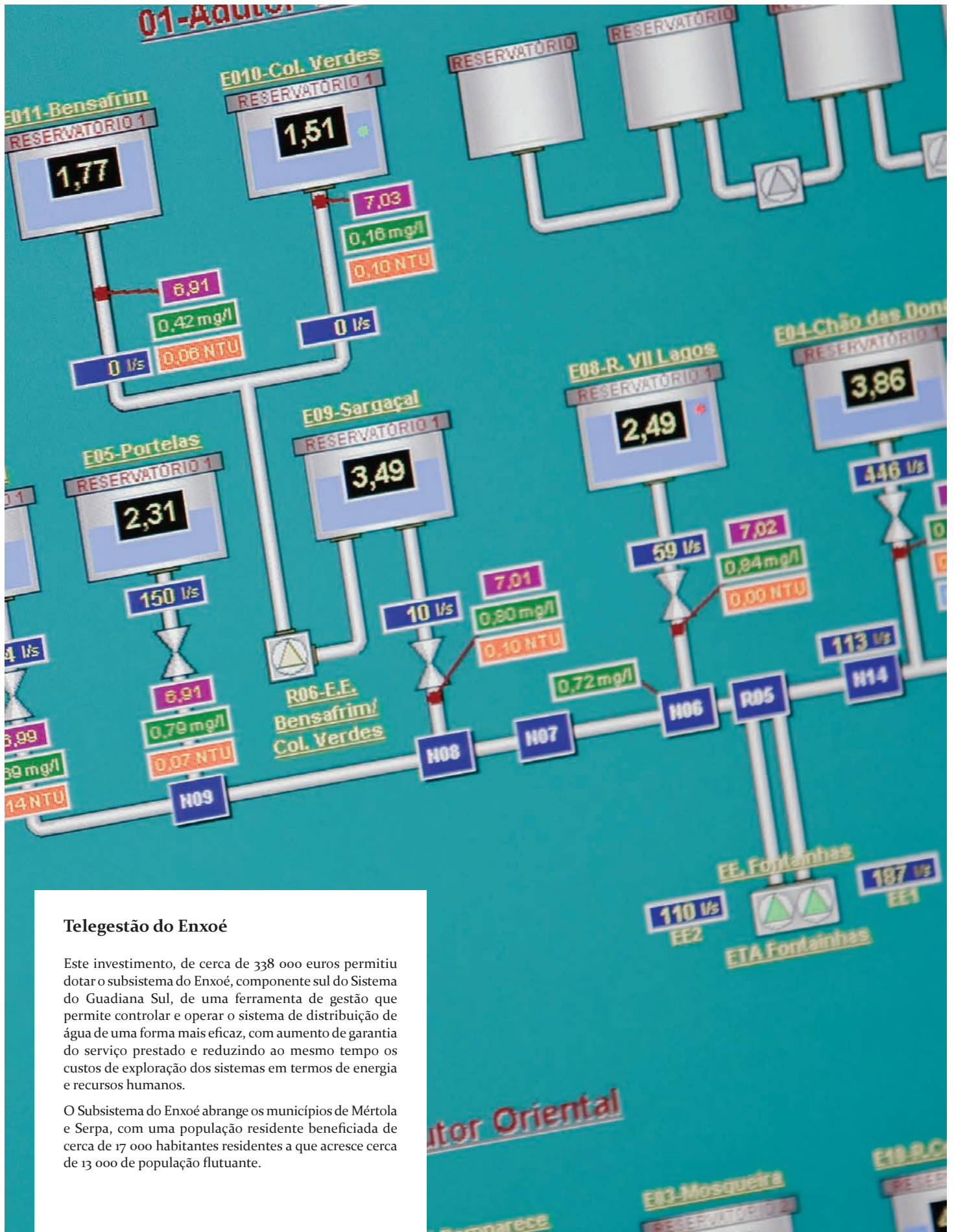
7. Objetivos de Gestão

Os objetivos de gestão fixados para a Águas Públicas do Alentejo, S.A., para o ano de 2011, pelos acionistas na Assembleia - Geral de 26 de março de 2010 encontram-se listados no quadro seguinte.

Objetivos de Gestão para o Ano de 2011

Indicadores		Meta 2011
Indicadores Financeiros - Rentabilidade e Crescimento		
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do sistema multimunicipal)		
1. ROCE	(%)	100%
2. EBITDA / receitas	(%)	100%
Indicadores Financeiros - Eficiência		
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do sistema multimunicipal)		
3. Custos com pessoal / EBITDA	(%)	100%
4.1 <i>Cash-cost</i> abastecimento	(%)	80%
4.2 <i>Cash-cost</i> saneamento	(%)	80%
Indicadores Financeiros - Investimento e Endividamento		
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do sistema multimunicipal)		
5. Investimento	(%)	70%
Indicadores Financeiros - PMR e PMP		
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do sistema multimunicipal)		
6. Prazo médio de recebimentos	(dias)	68
7. Prazo médio de pagamentos	(dias)	77
Indicadores de Serviço - Qualidade do Serviço		
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente)		
8. Volume de atividade	(%)	70%
9.1 Taxa de cobertura de AA potencial	(%)	26%
9.2 Taxa de cobertura de AR potencial	(%)	30%
10.1 Qualidade da água fornecida	(%)	100%
10.2 Cumprimento dos parâmetros de descarga	(%)	100%
11. Reforço da eficiência contratual	(%)	70%
Indicadores de Reporte - Cumprimento de Reporte		
(Desenvolvimento da cultura de grupo na empresa concessionária do sistema multimunicipal)		
12. Cumprimento dos prazos de reporte	(dias)	5
13. Cumprimento de orientações corporativas	(%)	100%

Notas:
 (*) O objetivo indicado corresponde a atingir a percentagem fixada com base nos valores constantes do Orçamento e Projeto Tarifário aprovado pela Comissão de Parceria em cada ano ou para períodos até cinco anos, ou, no caso de não obtenção de aprovação formal, com base nos valores constantes no Orçamento e Projeto Tarifário apresentado pela empresa em cada ano ou para períodos até cinco anos, ajustado às tarifas praticadas e aprovadas pela Comissão de Parceria ou estabelecidas no Contrato de Gestão.



Telegestão do Enxóe

Este investimento, de cerca de 338 000 euros permitiu dotar o subsistema do Enxóe, componente sul do Sistema do Guadiana Sul, de uma ferramenta de gestão que permite controlar e operar o sistema de distribuição de água de uma forma mais eficaz, com aumento de garantia do serviço prestado e reduzindo ao mesmo tempo os custos de exploração dos sistemas em termos de energia e recursos humanos.

O Subsistema do Enxóe abrange os municípios de Mértola e Serpa, com uma população residente beneficiada de cerca de 17 000 habitantes residentes a que acresce cerca de 13 000 de população flutuante.

Perspetivas para o Futuro

Operação dos sistemas

O ano de 2012 será o da consolidação da operação dos sistemas em “alta” para a totalidade dos municípios da parceria. Se é certo que três dos municípios parceiros ainda não estão a ser operados pela empresa, por motivos unicamente da sua responsabilidade, também é verdade que nenhum deles pôs em causa a integração da parceria, estando a ser estabelecidas já negociações para a o início da operação dos Municípios de Montemor-o-Novo e de Arraiolos.

Em todo o caso, em termos de operação dos sistemas, está programado a seguinte entrada em operação sob a responsabilidade da AgdA: Montemor-o-Novo e Arraiolos - 1º semestre; Ferreira do Alentejo - 2º semestre.

É de referir que os centros operacionais que irão ser responsáveis pela operação dos sistemas nestes três municípios já estão constituídos, faltando naturalmente o reforço de meios humanos necessários à operação dos novos sistemas, bem como da respetiva logística de apoio. O reforço de meios humanos será dependente do número de funcionários desses municípios que optem por vir exercer funções na AgdA.

No que diz respeito à operação dos sistemas de águas residuais (SAR), está programado para 2012 uma atuação mais musculada, apoiada no recurso a prestadores de serviço externo. É aqui de referir que tendo anteriormente sido tomada a opção estratégica de recorrer a *outsourcing* para a operação e manutenção dos SAR, decorreu em 2011 um concurso público tendo em vista a adjudicação dessas operações, prevendo-se no 1º semestre de 2012 a sua adjudicação. Esta adjudicação é fundamental para que se possa prestar um adequado serviço aos municípios nesta matéria, uma vez que as equipas da operação não estão dimensionadas para o fazer.

Projetos e obras

Como foi anteriormente relatado, 2011 foi dedicado ao desenvolvimento dos projetos de execução da quase totalidade dos sistemas de abastecimento apenas ficando para 2012 o desenvolvimento do sistema de Santa Clara e o alargamento do sistema de Monte da Rocha ao Município de Almodôvar, processos que se encontram em curso.

Foram ainda lançados em 2011 um vasto conjunto de concursos públicos para a construção das principais ETA e ETAR, estando prontos para adjudicação um vasto conjunto empreitadas, em água e saneamento, e que no seu total ascendem a mais de 30 milhões de euros.

Com a assinatura dos contratos de financiamento com o POVT, no âmbito do QREN, em fins de 2011 e com a aprovação do Plano de Atividades e Investimento da AdP, que se prevê para breve, estarão reunidas as condições para que os investimentos previstos no Contrato de Parceria sejam postos em prática com grande volume, já em 2012.

Manutenção dos sistemas de abastecimento de água

Iniciado em 2011, será desenvolvido e operacionalizado o conceito de manutenção dos sistemas de abastecimento de água, com uma progressiva orientação das intervenções curativas para as preventivas, em particular no que diz respeito a equipamentos eletromecânicos.

O modelo adotado apoia-se na constituição de três núcleos de manutenção descentralizados, através da criação de três equipas, abrangendo as especializadas de eletricidade, mecânica e tubagem.

Quanto à localização, uma das equipas fica sediada no centro operacional do Alvito, que prestará apoio cumulativamente aos centros operacionais do Alvito, Roxo e Guadiana Sul, outra ficará sediada no centro operacional do Monte da Rocha, que prestará apoio a este centro e ao Litoral sul e por fim, uma outra equipa sediada no centro operacional do Litoral Norte que prestará apoio também ao centro operacional da Bica Fria, garantindo-se assim uma total cobertura dos sistemas.

Para a constituição destas equipas, cujo embrião do Alvito já foi constituído em 2011, está em curso um plano de recrutamento interno e externo, bem como o desenvolvimento de um plano de formação adequado.

Está ainda em desenvolvimento e será consolidado em 2012 um armazém centralizado, localizado na ETA do Alvito, para apoio à manutenção.

Organização e logística

Com a sede da empresa a funcionar nas novas instalações e as respetivas obras de adaptação concluídas, há agora que melhorar e adaptar as instalações dos centros operacionais, em particular na sua adaptação ao acolhimento das equipas de manutenção, situação que se desenvolverá em 2012, de forma articulada com a remodelação das respetivas infraestruturas em que se integram.

Ao nível da organização espera-se que o ano de 2012 seja o da estabilização e consolidação da estrutura operacional, orientando-se os serviços para a otimização do seu funcionamento.

Um dos principais objetivos será a contenção de custos, através de uma gestão eficiente dos recursos utilizados, com uma particular ênfase na energia, nos recursos humanos e em combustíveis.

O capital humano, base da mais-valia de qualquer empresa, será igualmente objeto de particular atenção, nomeadamente ao nível da formação, enquadrado num projeto específico cofinanciado pelo POPH- Programa Operacional do Potencial Humano.

9. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

O Conselho de Administração da Águas de Públicas do Alentejo S.A., declara que após o termo do exercício de 2011 não se observaram quaisquer factos relevantes que justifiquem o seu registo.

10. Sucursais da Sociedade

A Sociedade Anónima Águas Publicas do Alentejo não dispõe de sucursais.

11. Considerações Finais

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2011, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- O Acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A, em representação do Estado Português;
- O Acionista AMGAP, em representação dos 21 municípios;
- A Entidade Reguladora da EGP, na pessoa de Comissão da Parceria;
- Os Organismos e Serviços Públicos, em geral, e à Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, Instituto da Água, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e Agência Portuguesa do Ambiente;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração,
- O Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da mesa da Assembleia-Geral;
- Os Colaboradores de AgdA, pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o desempenho da sociedade não poderia ter sido o que foi.

12. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2011, no valor positivo de € 68.000,16 (sessenta e oito mil euros e dezasseis cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- a) € 3.400,01 (três mil, quatrocentos euros e um cêntimos) para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais;
- b) o remanescente, no valor de € 64.600,15 (sessenta e quatro mil, seiscentos euros e trinta e quinze cêntimos), para distribuição de dividendos aos acionistas, a efetuar de acordo com a data de realização efetiva do capital social, conforme previsto em Contrato de Gestão.

13. Anexo ao Relatório

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Águas Públicas do Alentejo, S.A. era, em 31 de dezembro de 2011, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro seguinte.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2011:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

1. Informação a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Nada a referir.

2. Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Na data do encerramento do exercício social detinham uma participação igual ou superior a 10% os seguintes acionistas:

Participação no Capital Social

Acionista	%	N.º Ações
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51%	51.000
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Águas Públicas do Alentejo	49%	49.000
	100%	100.000

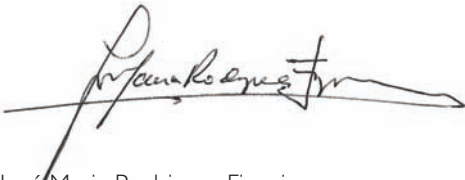
Beja, 19 de março de 2012



Joaquim Marques Ferreira
(Presidente do Conselho de Administração)



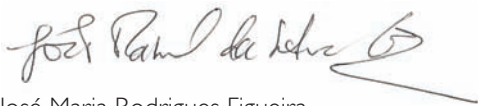
José António da Silva Mestre
(Vogal do Conselho de Administração)



José Maria Rodrigues Figueira
(Vogal do Conselho de Administração)



Jorge Pulido Valente
(Vogal do Conselho de Administração)



José Maria Rodrigues Figueira
(Vogal do Conselho de Administração)



ETAR e Emissário de Serpa

A ETAR de Serpa recebe as águas residuais domésticas da cidade de Serpa, através de dois emissários gravíticos, os quais descarregam na obra de entrada da ETAR e efetua o tratamento através de um sistema lamas ativada em vala de oxidação.

Em termos de população a ETAR serve aproximadamente 6 000 habitantes.

Nesta empreitada foi também executada a reabilitação do emissário gravítico existente na cidade de Serpa, com origem na Bacia Sul.

O valor da construção desta infraestrutura, a cargo do consórcio Agrocinco – construções S.A, Carija S.A e Etamap – Engenharia de tratamento de águas e meio ambiente de Portugal Lda foi de 988.720,97 euros, encontrando-se em funcionamento desde fins de 2011.

C - Contas do Exercício

1. Contas Individuais

2. Relatório e Parecer do Fiscal Único

3. Certificação Legal das Contas



Demonstração da Posição Financeira

Unidade: euros

Demonstração da Posição Financeira	Notas	31.12.2011 IFRS	31.12.2010 IFRS
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	6	27.746.282	12.367.147
Impostos diferidos ativos	7	571.668	140.990
Desvio Tarifário Ativo de Recuperação de Custos - Défice Tarifário	8	682.660	682.660
Total dos ativos não correntes		29.000.610	13.190.797
Ativos correntes			
Inventários	9	61.569	78.862
Clientes	10	8.295.625	2.218.549
Estado e outros entes públicos	11	1.789.899	756.655
Outros ativos correntes	12	6.111.903	513.409
Caixa e seus equivalentes	13	597.504	604.251
Total dos ativos correntes		16.856.499	4.171.725
Total do ativo		45.857.109	17.362.523
Capital próprio dos acionistas maioritários			
Capital social	14	500.000	500.000
Reservas e outros ajustamentos		1.414	129
Resultados transitados		0	2.449
Resultado líquido do período	14	68.000	25.693
Total do capital próprio		569.414	528.271
Passivos não correntes			
Fornecedores e outros passivos não correntes	16	15.023.705	6.048.007
Impostos diferidos passivos	7	437.455	180.905
Desvio Tarifário Ativo de Recuperação de Custos - Superavit	8	872.776	
Acréscimos de custos do investimento contratual	17	1.232.489	280.527
Subsídios ao investimento	18	3.986.890	0
Total dos passivos não correntes		21.553.316	6.509.439
Passivos correntes			
Empréstimos	15	17.050.627	7.000.147
Fornecedores	19	4.631.706	2.531.011
Outros passivos correntes	20	1.542.189	660.504
Imposto sobre o rendimento do exercício	21	195.052	8.523
Estado e outros entes públicos	11	314.806	124.630
Total dos passivos correntes		23.734.379	10.324.814
Total do passivo		45.287.695	16.834.252
Total do passivo e do capital próprio		45.857.109	17.362.523

Beja, 12 de março de 2012

O Conselho de Administração
 Joaquim Marques Ferreira (Presidente)
 João Manuel da Silva Costa (Vogal)
 José Maria Rodrigues Figueira (Vogal)
 Jorge Pulido Valente (Vogal)
 José António da Silva Mestre (Vogal)

O Técnico Oficial de Contas
 Sérgio Manuel Ferreira Vaz

Demonstração de Rendimento Integral

Demonstração de Rendimento Integral	Notas	31.12.2011	31.12.2010
Vendas	22	9.532.542	3.110.528
Prestações de serviços	22	0	0
Desvio tarifário (<i>Superavit</i>)	22	(872.776)	0
Desvio tarifário (défice tarifário)	22	0	621.433
Volume de negócios		8.659.766	3.731.961
Custo das vendas/variação dos inventários	23	(602.330)	(338.421)
Margem bruta		8.057.436	3.393.541
Fornecimentos e serviços externos	24	(5.286.963)	(2.109.496)
Gastos com pessoal	25	(2.122.248)	(819.712)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	26	(1.506.124)	(382.587)
Subsídios ao investimento	18 e 28	1.013.310	0
Outros gastos e perdas operacionais	27	(26.020)	(11.663)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	28	134.004	69.000
Resultados operacionais		263.395	139.083
Gastos financeiros	29	(414.304)	(73.945)
Rendimentos financeiros	30	246.853	8.993
Resultados financeiros		(167.451)	(64.953)
Resultados antes de impostos		95.945	74.130
Imposto do exercício	21	(202.073)	(8.523)
Imposto diferido	7 e 21	174.128	(39.915)
Resultado líquido do exercício	35	68.000	25.693
Resultado por ação (básico e diluído)	27	0,68	0,26

Demonstração das Variações do Capital Humano

		Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2010	IFRS	500.000	129	2.449	25.693	528.271
Realização de capital						0
Aplicação do resultado líquido do exercício			1.285	24.408		25.693
Dividendos atribuídos				(26.857)		(26.857)
Resultado líquido do período					68.000	68.000
Saldo a 31 de dezembro de 2011	IFRS	500.000	1.414	0	68.000	569.414

Beja, 12 de março de 2012

O Conselho de Administração
 Joaquim Marques Ferreira (Presidente)
 João Manuel da Silva Costa (Vogal)
 José Maria Rodrigues Figueira (Vogal)
 Jorge Pulido Valente (Vogal)
 José António da Silva Mestre (Vogal)

O Técnico Oficial de Contas
 Sérgio Manuel Ferreira Vaz

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31.12.2011	31.12.2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	4.770.411	954.997
Pagamentos a fornecedores	(7.688.566)	(3.151.604)
Pagamentos ao pessoal	(1.393.790)	(452.238)
Pagamento de impostos	(841.937)	(170.899)
	(5.153.882)	(2.819.746)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos de ativos intangíveis	(4.383.785)	(4.071.397)
	(4.383.785)	(4.071.397)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	5.000.000	5.000.000
Recebimentos de realizações de capital	0	350.000
Pagamentos de juros e gastos similares	(519.560)	(147)
	4.480.440	5.349.853
Variação de caixa e seus equivalentes	(5.057.227)	(1.541.290)
Caixa e seus equivalentes no início do período	(1.395.896)	145.393
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(6.453.123)	(1.395.896)
	0	0

Decomposição de Caixa e Seus Equivalentes

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	3.750	3.750
Depósitos à ordem	593.754	600.501
Depósitos a prazo	0	0
	597.504	604.251
Descobertos bancários	(7.050.627)	(2.000.147)
	(6.453.123)	(1.395.896)

Beja, 12 de março de 2012

O Conselho de Administração
 Joaquim Marques Ferreira (Presidente)
 João Manuel da Silva Costa (Vogal)
 José Maria Rodrigues Figueira (Vogal)
 Jorge Pulido Valente (Vogal)
 José António da Silva Mestre (Vogal)

O Técnico Oficial de Contas
 Sérgio Manuel Ferreira Vaz

Notas às Demonstrações Financeiras

Nota 1. Atividade económica da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.

1.1. Introdução

A **AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.** (adiante designada também por AgdA) foi constituída em 25 de setembro de 2009, tendo a sua sede social na Rua Doutor Aresta Branco, n.º 51, Beja. A AgdA, tem como atividade principal a exploração e gestão dos sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento.

1.2. Atividade

A empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos "a exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAAlentejo, em regime de parceria pública, nos termos do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado e os municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, integrando como utilizadores originários os referidos municípios". Tendo por base um Contrato de Gestão celebrado com o Estado Português e a Associação de Municípios para a Gestão de Águas Públicas do Alentejo (AMGAP) em 25 de setembro de 2009, foi atribuída à Sociedade, em regime de exclusividade, a gestão da exploração, incluindo igualmente a conceção e construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do Sistema Público Integrado de Águas do Alentejo, pelo prazo de 50 anos. O Sistema Público Integrado de Águas do Alentejo abrange atualmente os municípios Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira.

1.3 Acionistas

São acionistas da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., a empresa Águas de Portugal, SGPS, S.A. (51% do Capital social) e a AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão de Águas Públicas (49% do capital social).

1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 24 de janeiro de 2012.

Nota 2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AgdA foram preparadas segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Durante o exercício de 2011 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, para os exercícios com início em 1 de janeiro de 2011 já endossadas pela União Europeia:

- IAS 24, Divulgação de partes relacionadas, clarifica a definição de partes relacionadas. Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados da empresa.
- IAS 32, Instrumentos financeiros: divulgações, alterações relacionadas com a forma como devem ser contabilizados certos direitos quando os instrumentos emitidos são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente; Regulamento 1293/09, de 23 de dezembro. Sem relevância para a AgdA.
- IFRS 1 (Alteração), Adoção pela primeira vez das IFRS, isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7. Esta alteração permite que as entidades que adotem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações quando os exercícios comparativos iniciem numa data anterior a 31 de dezembro de 2009. Sem relevância para a AgdA.
- IFRIC 14, Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo. Se um determinado plano de benefícios definidos estiver sujeito a um requisito de financiamento mínimo, a emenda à IFRIC 14 determina que o pagamento seja tratado, como qualquer outro pré-pagamento, como se fosse um ativo. Regulamento 633/10, de 19 de julho. Sem relevância para a AgdA.
- IFRIC 19, Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio, a IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capitais emitidos para um credor com o objetivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capitais emitidos num *Equity Swap* devem ser mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam direta ou indiretamente proprietários atuando como tal. Sem relevância para a AgdA.

Melhoramentos introduzidos pelo IASB durante o ano (Regulamento 149/11, de 18 de fevereiro):

- IFRS 1, alterações de políticas contabilísticas no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras; uso de base de reavaliação como custo considerado pode ser aplicável ao período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS; uso do custo considerado para as operações sujeitas a taxa regulamentada. Sem relevância para a AgdA.
- IFRS 3, requisitos de transição para retribuições contingentes a partir de uma concentração de atividades que ocorreu antes da data efetiva da IFRS 3 (revista em 2008); alteração na definição para mensuração dos interesses que não controlam; pagamentos de prémios com base em ações – prémios de substituição e prémios não substituíveis. IAS 32, alterações que resultam das emendas na IFRS 3 introduzidas pelos Melhoramentos (contratos de retribuição contingente). IAS 39, alterações que resultam das emendas na IFRS 3 introduzidas pelos Melhoramentos (contratos de retribuição contingente). Sem relevância para a AgdA.
- IFRS 7, clarificação de algumas divulgações. O objetivo da alteração à IFRS 7 é dar clareza na interação entre a divulgação qualitativa e quantitativa da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros. A principal mudança refere-se à exigência, em adição à descrição das garantias colaterais detidas como segurança, de fornecer uma descrição dos respetivos efeitos financeiros em relação à quantidade de exposição máxima ao risco de crédito. Sem relevância para a AgdA.
- IAS 1, clarificação da demonstração de alterações no capital próprio (DACP). Entre as alterações destaca-se a necessidade de incluir, ou na DACP ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais incluídos na DACP para cada componente do capital próprio. Sem relevância para a AgdA.
- IAS 21, IAS 28 e IAS 31, requisitos de transição para as emendas resultantes da IAS 27 (conforme emendada em 2008). As emendas esclarecem que as "alterações consequentes" devem ser aplicadas prospectivamente. Sem relevância para a AgdA.
- IAS 34, eventos e transações significativos. O objetivo da alteração é o de emendar a IAS 34 para colocar maior ênfase nos princípios (eventos transações significativas, informações atualizadas) e incluem exemplos adicionais relativos a requisitos de divulgação mais recente. Sem relevância para a AgdA.
- IFRIC 13, alterações na definição do justo valor dos créditos de prémio. Sem relevância para a AgdA.

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor:

- IFRS 7, Instrumentos financeiros (divulgações), alterações que visam ajudar os utentes das demonstrações financeiras a avaliar melhor as exposições ao risco relacionadas com as transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos na posição financeira de uma entidade. O objetivo das emendas é promover a transparência na divulgação das operações de transferência, em particular quando envolvem a titularização de ativos financeiros. Regulamento 1205/11, de 22 de novembro. Alterações com eficácia a partir de 01 de janeiro de 2012 (obrigatória para períodos com início em 30 de junho de 2011).

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, para os exercícios com início em 1 de janeiro de 2011 ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 1, (Emenda), adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, moeda funcional em economia hiperinflacionária.
- IFRS 9, Instrumentos financeiros, Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.
- IFRS 10, Demonstrações Financeiras Consolidadas, novo conceito de controlo.
- IFRS 11, Empreendimentos Conjuntos, novo conceito de controlo.
- IFRS 12, Divulgação de Participações em Outras Entidades, estabelece um nível mínimo de divulgações.
- IFRS 13, Mensuração do Justo valor, orientações na mensuração do justo valor.
- IAS 1 (Emenda), Apresentação de Demonstrações Financeiras, altera a agregação dos itens apresentados na demonstração do rendimento integral.
- IAS 12, Impostos sobre o Rendimento, clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor.
- IAS 19 (Revista), Benefícios dos Empregados, eliminação da opção de diferir ganhos e perdas atuariais pelo método do corredor; novas divulgações; reconhecimento de benefícios de cessação de emprego; distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo.
- IAS 27 (revista em 2011), Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, tratamento contabilístico de subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.
- IAS 28, Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial às entidades conjuntamente controladas.

2.2 Informação por segmentos

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o reporte interno que é produzido e disponibilizado aos órgãos de gestão, nomeadamente o Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os órgãos de gestão avaliam a performance de cada segmento, bem como procedem à alocação dos recursos disponíveis. Um segmento, corresponde a um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos.

2.3 Conversão cambial

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AgdA, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AgdA e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.4 Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

2.4.1 Introdução

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a AgdA com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: **(i)** um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e **(ii)** o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da AgdA é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade Comissão de Parceria, estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador; **(i)** uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; **(ii)** uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual e os desvios tarifários. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes, assegurando o correto balanceamento entre réditos e gastos.

2.4.2 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos custos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de gestão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de gestão com a Parceria, dos rendimentos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Na prática estes acréscimos, correspondem a um reembolso futuro à tarifa, permitindo um nível de estabilização da mesma, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de gestão com a Parceria, dos rendimentos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rúbrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4.3 Desvio tarifário ativo (passivo)

Em termos legais, as empresas participadas obtêm uma remuneração garantida do capital investido pelo acionista, conforme definido nos contratos de gestão, onde se estabelecem os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos custos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio tarifário, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio tarifário pode assumir duas naturezas:

- a) *défices*, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;
- b) *superavits*, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.

2.5 Atividade concessionada

2.5.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão e contrato de gestão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão e parcerias. Nos termos desta norma a AgdA presta dois tipos de serviços:

o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (rendimento) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão ou gestão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador porque o contrato de gestão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome da parceria, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de gestão, no âmbito desta norma, o operador atua como um prestador de serviços. O operador constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador construir ou modernizar as infraestruturas, o valor recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor; e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível. O operador deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do parceiro pelos serviços de construção; o parceiro não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador tem um direito incondicional de receber dinheiro se o parceiro garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

2.5.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a AgdA assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão e parceria das empresas do grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão e parcerias, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a AgdA como entidade gestora da parceria classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

A manutenção e conservação corrente destes ativos, são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem. As despesas com grandes reparações e benfeitorias são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em custos nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.5.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da parceria previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de gestão.

Investimento Contratual

Tipo de serviço	Total do investimento do contrato de gestão	Número de anos do contrato de gestão	Total de caudais do contrato de gestão	Total do investimento da Parceria revisto	Número de anos da Parceria	Total de caudais revistos	Taxa média de amortização do ano de 2011
Abastecimento de água	174.496.482	50	8.719.100	174.496.482	50	8.719.100	2,20%
Saneamento	102.789.252	50	5.749.355	102.789.252	50	5.749.355	0
Total	277.285.734	50	14.468.455	277.285.734	50	14.468.455	

2.5.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da parceria, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não reintegrado. Estes montantes são classificados como ativos financeiros - valor a receber.

2.5.5 Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de Concessão e de Gestão de Parcerias, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. A AgdA na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da AgdA, o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pela comissão de parceria e escrutinadas pelo regulador.

2.6 Ativos intangíveis

2.6.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.5.2.

2.6.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rúbricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

2.7 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da empresa quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) a empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos

2.7.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da AgdA são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – *trade date*) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição

e reavalia essa classificação numa base regular. A AgdA classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i)** empréstimos e contas a receber; **ii)** investimentos detidos até à maturidade; **iii)** investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); **iv)** ativos financeiros disponíveis para venda.

2.7.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: **(i)** ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e **(ii)** investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais e gestoras de parcerias, que de acordo com as condições particulares dos contratos de gestão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a AgdA não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.7.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rúbrica os investimentos com maturidade definida para os quais a AgdA tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.7.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: **(i)** os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; **(ii)** os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rúbrica de rendimentos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

2.7.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

2.7.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

2.7.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a AgdA possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.7.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.8 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela AgdA no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

2.9 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Dívidas a instituições de crédito – curto prazo”, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.11 Imparidade

2.11.1 Imparidade de ativos financeiros

A AgdA analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda de imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração de resultados. Perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração de resultados.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a AgdA não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização

de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de imparidades acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registados em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.11.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da AgdA são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para *Goodwill* e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas do contrato de gestão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da parceria. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos ao contrato de gestão que são reenviados anualmente para o regulador do setor. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da AgdA. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos), a AgdA efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.12 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.13 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.14 Subsídios

Os subsídios para investimentos são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AgdA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AgdA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.16 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AgdA seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.17 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.5 a AgdA apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pela parceria. O rédito é reconhecido como segue:

2.17.1 Prestação de serviços

Na AgdA o rédito para recolha de efluentes é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. A componente fixa é aplicada mensalmente e de acordo com a população potencial servida que visa, tendencialmente, recuperar os custos decorrentes da disponibilização dos serviços de saneamento aos utilizadores, nomeadamente custos líquidos (custos deduzidos de rendimentos) associados ao investimento (amortização, financiamento, remuneração acionista e impostos), bem como os custos líquidos de operação com carácter permanente. A componente variável é aplicada em função do nível de utilização do serviço, visando recuperar os custos incorridos pela AgdA, não recuperados através da componente fixa. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço;

2.17.2 Venda de bens

Na AgdA, o rédito para fornecimento de água é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. A componente fixa é aplicada mensalmente e de acordo com a população potencial servida que visa, tendencialmente, recuperar os custos decorrentes da disponibilização dos serviços de abastecimento de água aos utilizadores, nomeadamente custos líquidos (custos deduzidos de rendimentos) associados ao investimento (amortização, financiamento, remuneração acionista e impostos), bem como os custos líquidos de operação com carácter permanente. A componente variável é aplicada em função do nível de utilização do serviço, visando recuperar os custos incorridos pela AgdA, não recuperados através da componente fixa. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita à venda de bens;

2.17.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo);

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a AgdA reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os *cash - flows* futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

2.17.4 Dividendos a receber

Os dividendos serão reconhecidos quando o direito do acionista for estabelecido, o que geralmente ocorre por decisão da Assembleia - Geral da subsidiária ou associada. Não aplicável à AgdA.

2.18 Trabalhos para a própria empresa

São reconhecidos os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os custos capitalizados são registados diretamente em balanço sem impacto na demonstração dos resultados através do reconhecimento direto na conta da respetiva natureza, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

No exercício de 2011 a AgdA não efetuou prestações de serviços aos clientes pelo que o rédito apenas será aplicável a 2012 e subsequentes, conforme contrato de parceria e de gestão.

2.19 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.20 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Nota 3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da AgdA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AgdA. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água). Este risco é reduzido dadas as características do serviço prestado, não existindo um risco de crédito significativo com um cliente em particular; na medida em que as contas a receber derivam de clientes municipais.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: **i)** o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; **ii)** o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e **iii)** a condição financeira do cliente.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2011, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Risco de crédito

Ativos financeiros bancários		31.12.2011
Banco Espírito Santo		(7.050.627)
Banco Santander Totta		4.565
Caixa Geral de Depósitos		589.189
Banco	Rating	31.12.2010
Banco Espírito Santo	Ba2	(7.050.627)
Banco Santander Totta	Baa2	4.565
Caixa Geral de Depósitos	Ba2	589.18

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2011.

3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AgdA pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AgdA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada

notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

Risco de liquidez

Financiador	Tipo	Plafond	Utilizado	Disponível 31.12.2011
Banco Espirito Santo	Descoberto bancário	9.000.000	7.050.627	1.949.373
Banco Santander Totta	Conta corrente	2.000.000	0	2.000.000
Acionista AdP - Apoio de Tesouraria	Curto prazo	10.000.000	10.000.000	0
Total		21.000.000	17.050.627	3.949.373

Maturidade dos empréstimos

	31.12.2011	31.12.2010
Até 1 ano	17.050.627	7.000.147
De 1 a 2 anos	0	0
De 2 a 3 anos	0	0
De 3 a 4 anos	0	0
De 4 a 5 anos	0	0
Superior a 5 anos	0	0
	17.050.627	7.000.147

3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da AgdA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AgdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AgdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A AgdA gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, mediante a contratação de *swaps* que permitam a conversão de empréstimos com juros calculados à taxa variável em empréstimos com juros calculados à taxa fixa. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de gestão, e consequentemente o desvio tarifário.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

	Tipo	31.12.2011	31.12.2010
Juros suportados	Real	700.505	80.016
Juros suportados	Tx média +1%	819.858	93.649
Juros suportados	Tx média -1%	580.134	66.266

3.5 Risco de capital

O objetivo da AgdA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AgdA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos ao investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	31.12.2011	31.12.2010
Empréstimos não correntes	0	0
Empréstimos correntes	17.050.627	7.000.147
Disponibilidades	(597.504)	(604.251)
Dívida	16.453.123	6.395.896
Subsídios ao investimento	3.986.890	0
Total do capital próprio	569.414	528.271
Capital	21.009.427	6.924.167
Dívida/total do capital	0,78	0,92

Nota 4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AgdA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões e ajustamentos

A AgdA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AgdA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AgdA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AgdA. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da AgdA os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da AgdA, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AgdA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AgdA.

Nota 5. Instrumentos financeiros por categoria

Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2011
Ativos intangíveis	0	0	0	27.746.282	27.746.282
Impostos diferidos ativos	0	0	0	571.668	571.668
Desvio tarifário	0	0	0	682.660	682.660
Inventários	0	0	0	61.569	61.569
Clientes	8.295.625	0	8.295.625	0	8.295.625
Estado e outros entes públicos	1.789.899	0	1.789.899	0	1.789.899
Outros ativos correntes	0	0	0	6.111.903	6.111.903
Caixa e seus equivalentes	597.504	0	597.504	0	597.504
Total do ativo	10.683.027	0	10.683.027	35.174.081	45.857.109
Impostos diferidos passivos	0	0	0	437.455	437.455
Desvio tarifário	0	0	0	872.776	872.776
Fornecedores e outros passivos não correntes	4.631.706	0	4.631.706	0	4.631.706
Empréstimos correntes	17.050.627	0	17.050.627	0	17.050.627
Outros passivos correntes	0	0	0	1.542.189	1.542.189
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	0	0	195.052	195.052
Estado e outros entes públicos	0	0	0	314.806	314.806
Total do passivo	21.682.333	0	21.682.333	3.362.277	25.044.610

Nota 6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis

	31.12.2011	31.12.2010
Despesas de desenvolvimento	534.418	547.049
Propriedade industrial e outros direitos	0	0
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	27.211.863	11.820.098
	27.746.282	12.367.147

Nos termos do contrato de gestão os municípios têm direito a uma contrapartida pecuniária sob a forma de retribuição, pela afetação das infraestruturas. Com base no EVEF, atualizado com avaliações independentes para os sistemas de abastecimento dos Municípios de Aljustrel, Alvito, Viana do Alentejo, Cuba e Vidigueira, e aprovadas em Conselho de Administração a AgdA registou em ativo intangível pelo Direito de Utilização de Infraestruturas, o valor de 15,8 milhões de euros, valor esse que será liquidado aos municípios através do pagamento de rendas pelo prazo da parceria.

6.1 Movimentos do período

Movimento do período

Valor bruto	31.12.2010	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2011
Despesas de desenvolvimento	562.597	1.860	0	0	0	564.457
Propr. industrial e outros direitos	0	0	0	0	0	0
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	11.909.373	15.931.435	0	0	0	27.840.808
	12.471.970	15.933.295	0	0	0	28.405.266

Amortizações acumuladas	31.12.2010	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2011
Despesas de desenvolvimento	15.548	14.490	0	0	0	30.039
Propr. industrial e outros direitos	0	0	0	0	0	0
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	89.274	539.671	0	0	0	628.945
	104.823	554.161	0	0	0	658.984
Valor líquido	12.367.147	15.379.134	0	0	0	27.746.282

6.2 DUI – movimentos do período

DUI - Movimento do Período

Valor Bruto	31.12.2010	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2011
Terrenos	0	35.623	0	0	0	35.623
Edifícios e outras construções	5.548.702	9.140.071	0	0	3.235.106	17.923.879
Equipamento básico	893.266	1.244.483	0	0	1.959.980	4.097.729
Equipamento de transporte	0	5.441	0	0	0	5.441
Equipamento administrativo	93.661	99.601	0	0	0	193.261
Outros	3.709	143.242	0	0	0	146.951
Investimento em Curso	5.370.035	5.262.976	0	0	-5.195.087	5.437.924
	11.909.373	15.931.435	0	0	0	27.840.808

Amortizações acumuladas	31.12.2010	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2011
Terrenos	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	55.479	298.435	0	0	0	353.914
Equipamento básico	14.529	115.924	0	0	0	130.452
Equipamento de transporte	0	561	0	0	0	561
Equipamento administrativo	18.926	46.183	0	0	0	65.109
Outros	340	26.597	0	0	0	26.937
Correção das amortizações investimento realizado	0	51.972	0	0	0	51.972
	89.274	539.671	0	0	0	628.945
	11.820.098	15.391.765	0	0	0	27.211.863

Nota 7. Impostos diferidos

Impostos diferidos

Ativo	Taxa	31.12.2010	Aumentos	Diminuições	31.12.2011
Prejuízos fiscais	25,00%	266.601	0	(266.601)	0
IFRIC 12 - DUI	26,50%	280.527	1.003.934	0	1.284.461
Superavit 2011	26,50%	0	872.776	0	872.776
Imposto diferido ativo		140.990	497.328	(66.650)	571.668

Passivo	Taxa	31.12.2010	Aumentos	Diminuições	31.12.2011
Défice tarifário 2009	26,50%	61.227	0	0	61.227
Défice tarifário 2010	26,50%	621.433	0	0	621.433
Proveitos da candidatura 2011	26,50%	0	968.112	0	968.112
Imposto diferido passivo		180.905	256.550	0	437.455

No exercício de 2011 foram abatidos os impostos diferidos calculados em anos anteriores pelos prejuízos fiscais por se ter deduzido no resultado antes de impostos fiscais o valor referente aos prejuízos reportados.

Nota 8. Desvio tarifário ativo de recuperação de custos

Desvio tarifário ativo de recuperação de custos

	31.12.2011	31.12.2010
Desvios tarifários ativos (<i>deficit</i>)	682.660	682.660
Desvios tarifários passivos (<i>superavit</i>)	(872.776)	0
	(190.116)	682.660

A AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios tarifários. Entenda-se o desvio tarifário (neste caso *deficit*) como a diferença entre o volume de proveitos necessários à cobertura da totalidade dos custos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

À data de 31/12/2011 a AgdA apresenta um *deficit* tarifário de 682.660 euros referente à acumulação dos exercícios de 2009 e 2010.

Nota 9. Inventários

Inventários

	31.12.2011	31.12.2010
Mercadorias	0	0
Matérias-primas	61.569	78.862
Produtos acabados	0	0
	61.569	78.862

Inventários - compras

	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo a 01 de janeiro de 2011	0	78.862	78.862
Compras	0	585.038	585.038
Regularização de inventários	0	0	0
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0	602.330	602.330
Inventários a 31 de dezembro de 2011		61.569	61.569

Nota 10. Clientes

Clientes

	31.12.2011	31.12.2010
Clientes municípios	8.295.625	2.218.549
Clientes outros	0	0
	8.295.625	2.218.549

10.1 Clientes - municípios

Clientes - municípios

	31.12.2011	31.12.2010
Clientes municípios	7.578.942	2.164.503
Clientes municípios Acordo	469.318	0
Clientes municípios TRH	247.365	54.046
Clientes municípios injunções	0	0
Clientes municípios juros de mora	0	0
	8.295.625	2.218.549

10.2 Clientes - municípios - total da dívida (corrente e não corrente)

Clientes - municípios - total da dívida

	31.12.2011	31.12.2010
Clientes municípios não correntes	0	0
Clientes municípios correntes	8.295.625	2.218.549
	8.295.625	2.218.549

10.3 Clientes - municípios - total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Clientes - municípios - total da dívida por vencimento

	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total vencido	Não vencido	Total
Alcácer do Sal	0	0	561.464	561.464	85.525	646.989
Aljustrel	0	0	471.386	471.386	84.432	555.818
Almodôvar	0	0	0	0	18.452	18.452
Alvito	0	0	75.523	75.523	28.588	104.112
Barrancos	0	13.675	78.217	91.892	13.965	105.856
Castro Verde	0	0	208.187	208.187	64.233	272.421
Cuba	0	0	102.096	102.096	50.564	152.660
EMAS	0	0	919.404	919.404	350.445	1.269.849
Grândola	0	0	520.365	520.365	104.346	624.712
Mértola	0	0	58.200	58.200	38.873	97.073
Moura	0	0	752.250	752.250	147.858	900.108
Odemira	0	0	0	0	150.559	150.559
Ourique	0	0	113.845	113.845	34.094	147.939
Portel	0	0	224	224	24.419	24.643
Santiago do Cacém	0	0	462.530	462.530	113.572	576.102
Serpa	0	127.531	609.718	737.249	129.158	866.407
Vendas Novas	0	0	613.298	613.298	348.085	961.383
Viana do Alentejo	0	0	190.081	190.081	211.346	401.427
Vidigueira	0	133.617	273.552	407.169	11.946	419.115
	0	274.823	6.010.341	6.285.164	2.010.461	8.295.625

10.4 Clientes - acordos de pagamento

Clientes - acordos de pagamento

	Valor do acordo	Total
Vendas Novas	307.112	307.112
Viana do Alentejo	162.206	162.206
	469.318	469.318

Nota II. Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos

	31.12.2011	31.12.2010
IVA a receber	1.789.899	756.655
EOEP ativos	1.789.899	756.655
IVA a pagar	0	0
Retenções - IRS	18.077	27.747
Retenções - Segurança social	30.858	16.831
Retenções - outros	10.475	1.049
Outras Tributações - TRH	255.396	79.002
EOEP passivos	314.806	124.630
	1.475.093	632.025

Nota 12. Outros ativos correntes

Outros ativos correntes

	31.12.2011	31.12.2010
Fundo de coesão a receber	5.000.201	0
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	142.926	164.367
Outros devedores	0	0
Acréscimos de rendimentos	956.372	346.642
Diferimentos de encargos	12.403	2.400
	6.111.903	513.409

O valor registado em acréscimo de rendimentos respeita à especialização de rendimentos da prestação de serviços de saneamento aos clientes municipais respeitante ao período de 2011, cuja faturação será emitida em 2012, no montante total de € 715.963,04.

A mesma rubrica inclui ainda o acréscimo de rendimentos de juros de mora pelo atraso de pagamento dos clientes municipais. O montante ascende a € 240.409,38.

No que concerne com os valores registados em Fundo Coesão, foram considerados os valores de comparticipação da despesa elegível e já realizada para efeitos da candidatura de Abastecimento de Água e de Águas Residuais, não tendo ainda sido formalmente apresentado o pedido de pagamento pelas entidades competentes. Importa referir que não existe reconhecido em passivo qualquer compromisso pela antecipação do referido valor.

Nota 13. Caixa e bancos

Caixa e bancos

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	3.750	3.750
Depósitos à ordem	593.754	600.501
Depósitos a prazo	0	0
	597.504	604.251

Nota 14. Capital

Capital

		Capital subscrito 31.12.2011	Capital realizado 31.12.2011	Capital subscrito 31.12.2010	Capital realizado 31.12.2010
AdP SGPS, S.A.	51%	255.000	255.000	255.000	255.000
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Águas Públicas do Alentejo	49%	245.000	245.000	245.000	245.000
	100%	500.000	500.000	500.000	500.000

14.1 Resultado por ação

Resultado por ação

	31.12.2011	31.12.2010
Resultado líquido	68.000	25.693
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	100.000	100.000
Resultado por ação	0,68	0,26

Nota 15. Empréstimos

Empréstimos

	31.12.2011	31.12.2010
Descobertos bancários	7.050.627	2.000.147
Empréstimos - empresa-mãe	10.000.000	5.000.000
Empréstimos - locação financeira	0	0
Correntes	17.050.627	7.000.147
Total de empréstimos	17.050.627	7.000.147

15.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

Maturidade dos Empréstimos

	31.12.2011	31.12.2010
Até 1 ano	17.050.627	7.000.147
De 1 a 2 anos	0	0
De 2 a 3 anos	0	0
De 3 a 4 anos	0	0
De 4 a 5 anos	0	0
Superior a 5 anos	0	0
	17.050.627	7.000.147

15.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Empréstimos por tipo de taxa de juro

Taxa de juro variável	31.12.2011	31.12.2010
Até 1 anos	17.050.627	7.000.147
De 1 a 2 anos	0	0
De 2 a 3 anos	0	0
Superior a 3 anos	0	0
	17.050.627	7.000.147

15.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

	31.12.2011	31.12.2010
Expira num ano (taxa fixa)	3.949.373	1.999.853
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	0	0
	3.949.373	1.999.853

15.4 Linhas de crédito contratadas por tipo de aval

Linhas de crédito contratadas por tipo de aval

	Valor	Garantia/Aval
Banco Espírito Santo	9.000.000	Ownership
Banco Santander Totta	2.000.000	Aval AdP

Nota 16. Fornecedores e outros passivos não correntes

Fornecedores e outros passivos não correntes - MLP

	31.12.2011	31.12.2010
Pagamento de renda de Infraestruturas	15.023.705	6.048.007
	15.023.705	6.048.007

Reconhecimento da dívida de património integrado AA - MLP

	Rendas reconhecidas	Rendas futuras N+1	Rendas futuras restantes	Total
Pagamento de renda de infraestruturas	462.819	319.581	15.023.705	15.806.105
	462.819	319.581	15.023.705	15.343.286

Nota 17. Acréscimos de gastos de investimento contratual

Acréscimos de custos de investimento contratual

	31.12.2011	Aumento	31.12.2010
Acréscimos de gastos de investimento contratual	1.232.489	951.963	280.527
	1.232.489	951.963	280.527

Esta rubrica respeita a acréscimos de gastos para investimentos contratuais por realizar. Estes acréscimos permitem uma estabilização da tarifa, balanceando, durante o prazo da parceria, os rendimentos (tarifas) e os custos (incorridos e a incorrer). Considerou-se em investimento contratual valor de €50.683.518 a que corresponde o investimento total de Abastecimento de Água considerado na 1ª Fase da candidatura ao POVT.

O valor desta rubrica corresponde à aplicação da taxa de depleção calculada em cada ano ao investimento da parceria previsto mas ainda não realizado.

Nota 18. Subsídios ao investimento

Subsídios ao investimento

	31.12.2010	Pedidos de pagamento	Reconhecimento de proveitos	31.12.2011
Candidatura de Abastecimento de água - 1ª Fase	0	2.517.834	1.013.310	1.504.524
Candidatura de Abastecimento de água - 2ª Fase	0	0	0	0
Candidatura de Água residual - 1ª Fase	0	2.482.366	0	2.482.366
Candidatura de Água residual - 2ª Fase	0	0	0	0
	0	5.000.201	1.013.310	3.986.890

Pela aprovação da 1ª fase da candidatura, e tendo em consideração que a AgdA apenas se encontra a operar os Sistemas de Abastecimento e por conseguinte a proceder ao registo de gastos e rendimentos referente a apenas abastecimento de água, foi especializado em proveitos o valor correspondente ao cálculo pelo método da depleção correspondente ao ano 1 e 2 da parceria.

No que concerne com o reconhecimento de pedidos de pagamento, considera-se que as demonstrações financeiras apenas evidenciam uma imagem real da empresa com o reconhecimento em balanço do valor que a AgdA irá receber pela apresentação de pedidos de pagamento referentes às candidaturas já aprovada.

Nota 19. Fornecedores correntes

Fornecedores correntes

	31.12.2011	31.12.2010
Fornecedores de investimentos	1.916.467	674.182
Fornecedores gerais	1.278.675	1.123.556
Fornecedores empresas do Grupo	1.421.267	732.788
Fornecedores faturas em receção e conferência	15.297	485
	4.631.706	2.531.011

Nota 20. Outros passivos correntes

Outros passivos correntes

	31.12.2011	31.12.2010
Acréscimos com férias e subsídio de férias	151.429	166.794
Empresas do Grupo	0	55.611
Outros acréscimos e diferimentos	631.001	239.835
Outros credores	759.758	198.264
	1.542.189	660.504

Nota 21. Imposto sobre o rendimento

Imposto sobre o exercício

	31.12.2011	31.12.2010
Estimativa de imposto a pagar	202.073	8.523
Pagamento especial por conta	(7.021)	0
	195.052	8.523

21.1 Imposto do exercício

Imposto do exercício

	31.12.2011	31.12.2010
Imposto corrente	202.073	8.523
Imposto diferido	-174.128	39.915
	27.944	48.438

21.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

Imposto do exercício

	Taxa	31.12.2011	31.12.2010
Lucro tributável		1.005.811	(266.601)
Prejuízos fiscais		(324.831)	0
Matéria coletável		680.980	(266.601)
Imposto a pagar	25,00%	168.682	0
Derrama	1,50%	15.087	0
Derrama estadual		0	0
Tributação autónoma		18.303	8.523
IRC estimado no exercício		202.073	8.523

21.3 Cálculo do lucro tributável

Cálculo do resultado fiscal

	31.12.2011
Resultado contabilístico	95.945
Despesas não aceites fiscalmente	1.268
Outros custos não aceites fiscalmente - IFRIC 12 Amortização do investimento contratual	1.003.934
Outros custos não aceites fiscalmente (desvio tarifário)	872.776
Outros proveitos não aceites fiscalmente (reconhecimento QREN)	(968.112)
Resultado Fiscal 2011	1.005.811

21.4 Cálculo da matéria coletável

Cálculo da matéria coletável

	31.12.2011
Prejuízo fiscal 2009	(58.229)
Prejuízo fiscal 2010	(266.601)
Lucro fiscal 2011	1.005.811
Matéria coletável 2011	680.980

Nota 22. Vendas e prestação de serviços

Vendas e prestações de serviços

	31.12.2011	31.12.2010
Vendas	9.532.542	3.110.528
Prestações de serviços	0	0
Desvios tarifários <i>superavit</i>	(872.776)	0
Desvios tarifários <i>défice</i>	0	621.433
Volume de negócios	8.659.766	3.731.961

22.1 Vendas

Vendas

	31.12.2011	31.12.2010
Vendas de água a municípios	9.532.542	3.110.528
	9.532.542	3.110.528

Comparativamente ao exercício de 2010, o exercício de 2011 reflete um aumento exponencial de valor pelo facto de em 2010 a atividade compreender apenas seis meses para apenas 11 municípios. Em 2011, pela integração de novos sistemas de abastecimento, a AgdA passa a abastecer 18 municípios em 12 meses, razão pela qual todos os valores registados em gastos e proveitos sofrem um aumento relevante nas contas da empresa.

22.2 Prestação de serviços

Nesta rúbrica serão considerados os montantes referentes ao tratamento e rejeição de efluentes, no entanto, no exercício de 2011 a AgdA apenas se encontrou a prestar o serviço de abastecimento de água aos municípios refletindo o valor de vendas. No que concerne com o saneamento, a AgdA apenas irá proceder ao débito da prestação de serviços efetuada a partir do exercício de 2012.

22.3 Desvios tarifários

Desvios tarifários

	2009	2010	2011	Total
Défice tarifário	61.227	621.433	0	682.660
Superavit tarifário	0	0	(872.776)	(872.776)
	61.227	621.433	(872.776)	(190.116)

A AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios tarifários. Entenda-se o desvio tarifário como a diferença entre o volume de proveitos necessários à cobertura da totalidade dos custos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

No ano de 2011 a empresa gerou um *superavit* tarifário de 872.776 euros.

Nota 23. Custo das vendas

Custo das vendas

	31.12.2011	31.12.2010
CMVMC - Matérias subsidiárias	577.293	338.421
CMVMC - Diversos	25.037	0
	602.330	338.421
Varição da produção	0	0
	602.330	338.421

Esta rúbrica inclui os reagentes utilizados no processo produtivo da empresa.

Nota 24. Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos

	31.12.2011	31.12.2010
Subcontratos	53.792	18.250
Assistência técnica	139.775	133.828
Auditoria	16.540	8.000
Estudos / consultoria	24.422	102.036
Análises	113.644	61.539
Monitorização	0	11.100
Fee 's gestão serviços	30.436	16.461
Tratamento de resíduos	18.076	0
Assistência informática	23.985	12.280
Assistência jurídica	6.000	3.587
Publicidade e propaganda	40.529	23.829
Honorários	30.148	55.467
Conservação e reparação	836.654	201.162
Serviços AdP	548.498	239.384
Ferramentas e utensílios	55.085	28.898
Livros e documentação técnica	362	4.966
Material de escritório	18.038	21.058
Artigos para oferta	10.792	19.250
Seguros	48.969	40.796
Deslocações e estadas	23.495	26.502
Rendas e alugueres	381.682	152.749
Limpeza, higiene e conforto	56.343	33.858
Serviços de trabalho temporário	677.151	383.632
Transporte de mercadorias	217.103	13.986
Outros FSE's	410.100	198.630
Energia	1.367.066	447.405
Combustíveis	220.438	44.390
Comunicação	92.938	27.407
FEE's gestão	376.826	0
Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
	5.838.887	2.330.447
FSE's capitalizados	551.924	220.952
	5.286.963	2.109.496

Comparativamente ao exercício de 2010, o exercício de 2011 reflete um aumento exponencial de valor pelo facto de em 2010 a atividade compreender apenas seis meses para apenas 11 Municípios. Em 2011, pela integração de novos sistemas de abastecimento, a AgdA passa a abastecer 18 municípios em 12 meses, razão pela qual todos os valores registados em gastos e proveitos sofrem um aumento relevante nas contas da empresa.

Nota 25. Gastos com pessoal

Gastos com pessoal

	31.12.2011	31.12.2010
Remunerações	1.941.320	755.772
Encargos sociais sobre remunerações	334.983	112.779
Encargos com pensões	0	0
Outros custos com pessoal	127.168	58.367
Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
	2.403.471	926.917
Capitalização custos c/ pessoal	281.222	107.205
	2.122.248	819.712

Gastos com pessoal em trabalho temporário

	31.12.2011	31.12.2010
Custos com trabalho temporário	677.151	383.632
	677.151	383.632

Comparativamente ao exercício de 2010, o exercício de 2011 reflete um aumento exponencial de valor pelo facto de em 2010 a atividade compreender apenas seis meses para apenas 11 municípios. Em 2011, pela integração de novos sistemas de abastecimento, a AgdA passa a abastecer 18 municípios em 12 meses, razão pela qual todos os valores registados em gastos e proveitos sofrem um aumento relevante nas contas da empresa.

25.1 Quadro de pessoal

Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2011	31.12.2010
Órgãos sociais	1	1
Trabalhadores efetivos e outros	131	84
	132	85

Número de colaboradores a 31 de dezembro	31.12.2011	31.12.2010
Órgãos sociais	1	1
Trabalhadores efetivos e outros	132	89
	133	90

Nota 26. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

Depreciações, amortizações e reversões do exercício

	31.12.2011	31.12.2010
Depreciação de propriedades de investimento	0	0
Amortizações de ativos intangíveis	539.671	102.060
Acréscimos de custos do investimento contratual	966.453	280.527
Reversões de amortizações de ativos intangíveis	0	0
	1.506.124	382.587

Nota 27. Outros gastos operacionais

Outros gastos operacionais

	31.12.2011	31.12.2010
Impostos	22.822	10.838
Perdas em inventários	0	0
Donativos	1.000	100
Quotizações	930	0
Diferenças de câmbio em operações não financeiras	0	0
Outros gastos operacionais	1.268	725
	26.020	11.663

Nota 28. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2011	31.12.2010
Rendimentos suplementares (cadernos de encargos)	134.004	69.000
Subsídios ao investimento	1.013.310	0
Outros rendimentos e ganhos operacionais	0	0
Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
	1.147.314	69.000

Os rendimentos suplementares resultam da disponibilização das peças de concurso de caderno de encargos, podendo os valores em causa ser reclamados pelos concorrentes cujo procedimento não lhe for adjudicado.

Os subsídios ao investimento resultam da aprovação da 1ª fase de candidatura de abastecimento de água, tendo-se calculado o proveito correspondente ao exercício de 2010 e 2011.

Nota 29. Gastos financeiros

Gastos financeiros

	31.12.2011	31.12.2010
Juros suportados	702.890	81.122
Comissões bancárias	5.316	46
Desconto de dívidas	0	0
Outros gastos financeiros	19.262	492
	727.469	81.661
Gastos financeiros capitalizados	313.165	7.715
	414.304	73.945

Nota 30. Rendimentos financeiros

Rendimentos financeiros

	31.12.2011	31.12.2010
Juros de atualização de dívida de clientes	0	0
Juros de atualização de dívida do concedente	0	0
Juros de mora	246.853	8.993
Outros juros	0	0
	246.853	8.993

Nota 31. Transações com entidades relacionadas

Transações com entidades relacionadas

	31.12.2011 Rendimentos	31.12.2011 Gastos	31.12.2010 Rendimentos	31.12.2010 Gastos
AdP SGPS, S.A.	0	903.460	0	161.393
AdP Serviços, S.A.	0	578.934	0	307.571
Aquasis, S.A.	0	14.830	0	104.370
Águas do Algarve, S.A.	0	11.689	0	27.774
Águas do Norte Alentejano, S.A.	0	0	0	16.646
SIMTEJO, S.A.	0	0	0	469
Águas de Santo André, S.A.	0	1.648	0	39.713

	31.12.2011 Ativos	31.12.2011 Passivos	31.12.2010 Ativos	31.12.2010 Passivos
AdP SGPS, S.A.	0	0	4.254	0
AdP Serviços, S.A.	0	0	51.356	0
Aquasis, S.A.	33.944	0	0	0

Nota 32. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Gestão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem € 50.683.518,61 euros dos quais 4.791.298,43 euros já se encontram realizados.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Compromissos assumido

Projeto	Fornecedor	Valor Adjudicado(€)
Manutenção da aplicação de gestão documental e <i>Workflow</i>	Beiranet II	6.480
Manutenção dos sistemas de informação da AgdA	GeekCase	4.200
Projeto de execução do sistema do Roxo	Procesl	195.040
Projeto de execução do sistema dos Minutos	DHV	249.955
Projeto de execução da ampliação do sistema da Bica Fria	Cenor	108.185
Projeto de execução da remodelação do sistema do Alvito	Ambio	153.260

Projeto	Fornecedor	Valor Adjudicado(€)
Serviços de especialidade de eletricidade, automação, instrumentação e telegestão	H2O Regra	39.720
Assessoria sobre questões fundiárias relativas à área de influência da AgdA-2ª fase	EDIA	29.960
Prestação serviços de assessoria sobre questões de património cultural relativas à área de influência da AgdA	EDIA	29.400
Execução de expropriações e servidões para a construção das 20 ETAR	EDIA	19.978
Fiscalização e coordenação de segurança em obra da empreitada do R3 de Barrancos	Enfigesp	7.490
Estudos geológicos e geotécnicos - lote B	Geocontrole	26.595
Projeto de execução do sistema Alentejo Litoral Sul	Coba	192.003
Fornecimento e manutenção evolutiva de produtos de <i>Software</i> da solução G/InterAqua - Bloco B manutenção evolutiva	Aquasis	13.500
Assessoria na área das expropriações; 1 - Conduta Moura-Safara; 2 - Conduta Aldeia dos Neves/Aldeia dos Fernandes/Gomes Aires; 3 - Conduta ETA Alvito - Cruzamento da Monteza	EDIA	14.700
Projeto de execução da remodelação do sistema do Monte da Rocha	WS Atkins	211.044
Fornecimento, montagem e colocação em serviço da solução intermédia do sistema de telegestão do SPPIAAlentejo (sistema Bica Fria)	InOut	156.744
Fiscalização na área eletrotécnica para empreitadas da AGDA	Consulgal	11.700
Projeto de execução do subsistema Litoral Norte	Aqualogus	231.000
Acompanhamento de pedidos de estudo de viabilidade junto da EDP e eletrificação de reservatórios	FVMC	15.182
Programa base e projeto de execução para o sistema de transporte de águas residuais de Alcácer do Sal	Sisáqua	43.500
Nota técnica do sistema Guadiana Sul	Prosistemas	29.960
Levantamentos topográficos - Ourique e expansão em Ourique	Carlos Louzeiro	18.000
Empreitada de conceção-construção da ETAR de Vila Nova de Mil Fontes	Oikos	2.155.237
Empreitada da conduta Adutora Moura - Safara	Soares da Costa	4.020.000
Conservação e manutenção de postos de transformação nos sistemas do Alentejo Litoral Norte e Monte da Rocha	Electro Planície	11.980
Serviços de manutenção - instalação de Horta dos Banhos	TEMOTEC	11.322
Execução de um furo de pesquisa e eventual captação de água no Borbolegão	Sondagens Casal	22.275
Estudos Geológicos - sistema do Alentejo Litoral Sul - 1.ª Empreitada	Geosolve	11.440
Prestação de serviços de fiscalização para a empreitada de conceção/construção da EE e ETAR de Mértola	Afaplan	66.000
Execução de novas captações de água subterrânea em Landeira, Piçarras e Bica Fria	Sondagens Casal	73.325
Empreitada de remodelação do sistema de captação e reservatório elevado de Marmelar	InOut	34.188
2.ª Fase da conduta da ETA do Bufo aos reservatórios de barrancos	Mauricio LTO	150.000
Ensaios geológicos do subsistema do Enxoé e reservatório da Visitação e Reservatório de Montemor	Geosolve	42.540
Ajuste direto - empreitada de instalação de sistemas de tratamento de água para remoção de ferro e manganês nos Concelhos de Mértola e Ourique	Enkrott	114.533
Procedimento Ad-Hoc - empreitada do sistema de abastecimento ao matadouro de Fomalhas Velhas - Eletricidade, instrumentação e automação	InOut	42.647
Procedimento Ad-Hoc - empreitada de criação do centro de supervisão regional - Borbolegão	Tecnilab	72.063
Remodelação de Instalações Elétricas da ETA de Alvito e ETA do Ardila	InstalControl	121.572
Sistemas do Roxo, Alvito, Alentejo Litoral Sul e Monte da Rocha procedimento "Ad-Hoc	Geosolve	60.880
Estudo prévio e projeto de execução - sistema intercetor de Beja	Engidro	36.320
Prestação de serviços de limpeza da cisterna de águas sujas das Estações de tratamento de água do Monte da Rocha - Procedimento Ad-Hoc	Lena Ambiente	10.600
Prestação de serviços de operação e manutenção para o Concelho de Odemira	Sisáqua	34.757
Levantamentos topográficos - Sistema do Roxo, Alvito e Alentejo Litoral Sul - 1.ª fase	Carlos Louzeiro	12.477
Levantamentos topográficos - Sistemas do Alentejo Litoral Sul - 1.ª empreitada	Carlos Louzeiro	16.900
Escavações arqueológicas da empreitada de conceção construção da ETAR de vila nova de Milfontes	Era Arqueologia	33.390
Empreitada de requalificação técnica de infraestruturas no âmbito de telemedida e telecomando do Concelho de Odemira	InOut	99.015
Empreitada de execução do sistema elevatório da Zona Industrial de Aljustrel	Consdep	148.572
Consultoria de sistemas de automação, telegestão, instrumentação e eletricidade	H2O Regra	37.170
Programa base e estudo prévio do sistema intercetor de Grândola	Engidro	19.990
Construção R4 da Amareleja	Soplacas	401.977
Sistema da Sta. Clara Poente 1.ª fase - estudos e projetos	Engidro	192.501
Construção do reservatório de Almodôvar - adicional	Consdep	71.269
Trabalhos complementares ao reservatório de Almodôvar	Consdep	49.770

Projeto	Fornecedor	Valor Adjudicado(€)
Sistema dos Minutos - prospeção geológica da ETA dos Minutos	Geocontrole	10.015
Fiscalização, gestão da qualidade, coordenação de segurança em obra e coordenação de gestão ambiental da construção da 2.ª Fase da conduta da ETA do Bufo aos reservatórios da Vila de Barrancos	FGP	15.809
Emissário da ETAR de Zambujeira do Mar	WW Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas	12.000
Execução de captações de água subterrânea na Mata Valverde	Carlos Alberto Barreira Rodrigues	48.270
Prestação de serviços de assessoria técnica do desenvolvimento do projeto da solução intermédia do sistema de telegestão do sistema público de parceria integrado da Águas Públicas do Alentejo (Subsistema Bica-Fria)	Aquasis	22.290
Prestação de serviços de assessoria técnica do desenvolvimento do projeto da solução intermédia do sistema de telegestão do sistema público de parceria integrado da Águas Públicas do Alentejo (Subsistema Enxoé)	Aquasis	34.200
Nota técnica do Roxo	Procesl	18.400
Levantamentos topográficos para os sistemas Litoral Norte e Minutos	Carlos Louzeiro	10.454
Estudos geológicos - adução a Ourique e expansão em Ourique	Geoma	11.457
Prestação de serviços de limpeza a realizar no Açude do Bufo	UNDER WATER LDA	21.560
Total de compromissos		10.186.761

Nota 33. Ativos e passivos contingentes

33.1 Garantias prestadas

- Garantia bancária nº 363351, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 5.000,00 euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de atravessamento do subsolo da zona da estrada.
- Garantia bancária nº 367200, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 5.000,00 euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de atravessamento do subsolo da zona da estrada.

33.2 Processos judiciais

A empresa não tem processos judiciais em curso.

Nota 34. Informações exigidas por diplomas legais

Artº.397º. do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artº.324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artº 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2011, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Nota 35. Rendimento garantido

Rendimento garantido

	31.12.2011	31.12.2010
Capital social realizado	500.000	500.000
Reserva legal	1.414	129
Resultado transitado	0	2.449
Base de incidência	501.414	502.578
Taxa de juro OT	10,24%	5,42%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
	13,24%	8,42%
Remuneração acionista do ano	68.000	25.693

Nota 36. Eventos subsequentes

“Dívidas das autarquias locais ao setor da água, saneamento e resíduos (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro, Orçamento de Estado para 2012)

O Orçamento de Estado para 2012, no nº 1 do artigo 58º estabelece que as autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais do setor da água, do saneamento básico e dos resíduos devem apresentar até ao dia 15 de fevereiro, ao ministério da tutela sectorial, as condições de regularização dos respetivos débitos.

Para esse efeito o grupo AdP, através da *holding*, informou os Senhores Ministros da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Estado e das Finanças, das dívidas vencidas e totais dos municípios às empresas do grupo Águas de Portugal, onde se encontram as devidas a esta empresa, bem como de uma proposta com as condições por ora praticadas pelas empresas do Grupo nos casos em que existem dívidas vencidas e sobre as quais já foram firmados acordos de pagamento que se encontram em integral cumprimento, e que incluem entre outros, os seguintes pressupostos:

- pagamento regular e dentro dos prazos fixados do serviço regular contratualizado;
- pagamento da dívida apurada a 31 de dezembro de 2011, num prazo máximo que equivale ao dobro dos meses em atraso;
- pagamento de juros financeiros calculados com base na média das taxas de juro bancário, para operações de curto prazo, praticadas pelas instituições bancárias comerciais com quem a empresa tem em vigor contratos de financiamento;
- as prestações a definir no plano de pagamentos serão pagas através de transferência bancária;
- o atraso no pagamento das prestações definidas no plano de pagamentos, por um período superior a 60 dias, equivale ao incumprimento total do presente acordo e confere o direito ao recebimento das prestações vencidas e vincendas; e
- autorização para que possam ser cedidos os créditos previstos e reconhecidos nos acordos, no todo ou em parte, a terceiros.

Na presente data, e tanto quanto é do nosso conhecimento, essa proposta de recuperação das dívidas está em discussão entre o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e a ANMP, de modo a que a proposta final permita comprometer decisivamente as Autarquias Locais a esses Planos de Recuperação de Dívidas.

Ainda que não existam acordos assinados a 31 de dezembro de 2011, os municípios que apresentam dívidas vencidas são os constantes na nota 10 do presente anexo.



Estação Elevatória dos Reservatórios de Almodôvar

A Empreitada de Construção do reservatório de Almodôvar consistiu na execução de duas células cilíndricas, de 550 m³ cada, e numa estação elevatória. O aumento de capacidade de armazenamento, num volume total de 1.100 m³, vem beneficiar a população da vila de Almodôvar, com cerca de 3000 habitantes.

A estação elevatória integra dois circuitos de elevação, um para a “zona alta” da rede de distribuição e outro para o reservatório elevado existente;

O valor desta empreitada de construção, a Cargo da Empresa Consdep – Engenharia e Construção Lda, foi de 438.989,5 euros, tendo a sua receção provisória ocorrido em 01 de Agosto de 2011.

2. Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO


1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Fiscal Único emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e restantes documentos de prestação de contas da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., referentes ao exercício de 2011.
2. O Fiscal Único acompanhou a gestão e a actividade da AgdA, designadamente mediante contactos com o Conselho de Administração, bem como através da leitura das actas das suas reuniões. Dispôs ainda da documentação que considerou necessária e obteve do Conselho de Administração e dos Serviços todos os esclarecimentos solicitados.
3. No que se refere ao cumprimento das obrigações legais do Sector Empresarial do Estado o Fiscal Único exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido nas disposições legais aplicáveis, designadamente as previstas no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, sistemas estes implantados em todo o Grupo AdP. O Relatório de Gestão e Contas de 2011, no quadro dos princípios de bom governo constantes da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, integra um capítulo individualizado relativo ao Relatório de Governo Societário, com a estrutura prevista nas orientações emitidas pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças sobre a matéria, onde descreve, designadamente, a forma como deu cumprimento às reduções remuneratórias previstas na Lei nº 55/A/2010, de 31 de Dezembro.
4. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas emitimos ainda, na presente data, a competente Certificação Legal das Contas.
5. Com base no trabalho desenvolvido, o Fiscal Único considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Contas (Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2011, Demonstração do rendimento integral, Demonstração das alterações do capital próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo), lidos juntamente com a Certificação Legal das Contas, são adequados à compreensão da situação patrimonial da empresa no fim do exercício e à forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.
6. O Fiscal Único salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

Face ao acima referido, o Fiscal Único é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2011;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 16 de Março de 2012



ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Duarte Assunção Dias

3. Certificação Legal das Contas

ALNES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.*, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 45.857.109 euros e um total de capital próprio de 569.414 euros, incluindo um resultado líquido de 68.000 euros), a Demonstração do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

- 7. Conforme referido na nota 6 do Anexo, a empresa registou como Activo intangível o montante de 15,8 milhões de euros referente ao direito de utilização das infra-estruturas dos sistemas de abastecimento, que lhe foi conferido pelo Contrato de Gestão, a pagar sob a forma de rendas anuais durante o prazo da Parceria. Caso o montante das referidas rendas fosse actualizado tendo em conta o diferencial entre a taxa de aumento das rendas (inflação esperada-2,5%) e a taxa de juro de financiamento do grupo AdP (6%) o seu impacte na Demonstração da posição financeira em 31/12/2011 seria uma diminuição do Activo e do Passivo em 7,3 milhões de euros, mantendo-se o Capital próprio inalterado.


Opinião

- 8. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito da situação descrita no parágrafo n.º 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.*, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações do capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 16 de Março de 2012


ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Duarte Assunção Dias

Edição

AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.
Rua Manuel António de Brito nº 6 - 1ºF Dto
7800-544 Beja | Portugal
Telf: +351 284 101 100 | Fax: +351 284 101 199
E-mail: info@agda.pt | www.agda.pt

Desenho gráfico

AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.
Direção de Marketing e Comunicação

